

RELATÓRIO & CONTAS 2022

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

RELATÓRIO & CONTAS

2022

"FAZEMOS A NA VIDA

P

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	7	1.9. Síntese de Indicadores	27
A - A EMPRESA	10	2. RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES	27
1. QUEM SOMOS	10	3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	28
1.1. Missão, Visão e Valores	10	B - O NEGÓCIO	30
1.2. Descrição, atividade e presença	12	1. LINHAS ESTRATÉGICAS	30
1.3. Cadeia de Valor	14	1.1. Introdução	30
1.4. As nossas pessoas	15	1.2. Orientações Estratégicas para o Mandato 2021 - 2023	31
1.5. Os nossos <i>Stakeholders</i>	18	1.3. Objetivos e Indicadores de Desempenho anuais para a Águas do Algarve, S.A. para o mandato 2021-2023	34
1.6. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	18	2. ENQUADRAMENTO	36
1.7. O propósito e os compromissos de Integridade e de Sustentabilidade	23	2.1. A Envolvente	36
1.8. Carteira de Participações e Sucursais	26	2.2. O Sector	37
		2.3. A Regulação	41

DIFERENÇA DAS PESSOAS"

3 . O NEGÓCIO	44	D - CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
3.1. Introdução	44	E - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	132
3.2. Água em alta	44	F - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022	136
3.3. Saneamento em Alta	51	Demonstração da posição financeira	138
3.4. Outros negócios	55	Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral	139
4 . SUSTENTABILIDADE	55	Demonstração das variações no capital próprio	139
4.1. Gestão do Risco	55	Demonstração dos fluxos de caixa	140
4.2. Atividade Operacional	60	Notas às demonstrações financeiras	141
4.3. Financeira	91	G - ANEXOS DO RELATÓRIO E CONTAS	198
4.4. Investigação e desenvolvimento / Inovação	96		
4.5. Eventos Posteriores ao Fecho	99		
4.6. Cumprimento das Orientações Legais	99		
C - PERSPETIVAS FUTURAS	126		



ANTÓNIO PAULO JACINTO EUSÉBIO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Acionistas,

A empresa Águas do Algarve, SA respondendo às necessidades da região, transformou o sector do abastecimento de água para consumo e do saneamento de águas residuais, elevando o seu padrão de qualidade e garantindo a preservação do ambiente, contribuindo desta forma para munir o Algarve de um sistema seguro, do ponto de vista de saúde pública dos cidadãos, melhorando os níveis de atendimento e promovendo a qualidade ambiental, fatores essenciais para o bem estar da população e para o desenvolvimento económico e turístico da região.

A entrada na segunda década do século vinte e um, confirma-nos estatisticamente que o impacto das alterações climáticas, tem vindo a notar-se de forma mais evidente. A precipitação tem diminuído ao longo dos últimos anos, observando-se uma irregular distribuição de precipitação ao longo dos meses do período considerado húmido (outubro a abril), ocorrendo por vezes concentrada em um ou dois meses e nem sempre nos que eram tipicamente mais chuvosos (dezembro e janeiro), sendo essa irregularidade prejudicial para a economia e obrigando a uma adaptação dos ecossistemas.

Na sequência do Plano de Eficiência Hídrica, o ano de 2022, fica marcado pelo início da execução dos projetos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência, com um valor total previsto de 143 Milhões de euros. Missão atribuída à Águas do Algarve para a execução dos investimentos previstos nas medidas SM4 - Promover a utilização de ApR; SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta e SM6 – Promover a dessalinização de água do mar.

O Plano de Recuperação e Resiliência, tem-se revelado um grande desafio para toda a empresa, pois as mesmas equipas, com os mesmos meios, têm assumido com responsabilidade e dedicação o cumprimento de tal desígnio,

nomeadamente o reforço da robustez e resiliência do Sistema Multimunicipal e dos seus ativos, o qual está a ser preparado para garantir níveis de serviço em contexto de crescente escassez do recurso principal da nossa atividade. De facto, a importância da Resiliência dos Ativos é encarada como um fator chave na estratégia futura da Região Algarvia, estando a qualidade e fiabilidade, dos serviços num patamar muito elevado.

É neste contexto, que o Conselho de Administração encara com entusiasmo e confiança as perspetivas futuras da Águas do Algarve, S.A. acreditando que a Empresa estará capacitada para enfrentar estes grandes desafios, mas também consciente da necessidade do envolvimento dos seus acionistas e das várias entidades da Tutela que permitirão prosseguir tais objetivos.

O ano 2022, fica também marcado pelo esforço de maior rigor na gestão, com o envolvimento de toda a empresa, garantindo uma disciplina financeira e o estrito cumprimento das melhores práticas ao nível ambiental, de segurança e de governo corporativo.

Em termos de realizações físicas relevantes e por forma a garantir-se o abastecimento, a Nova Reserva do Barlavento foi concluída no primeiro semestre, a Captação do Volume Morto da Barragem da Bravura e a Recuperação de várias Captações Subterrâneas possibilitaram uma gestão mais adequada da água fornecida pelo sistema em alta, nomeadamente, num contexto de elevada escassez hídrica nos Municípios de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur. A reabilitação da ETAR de Lagos prosseguiu o planeamento previsto, bem como, a Captação do Volume Morto da Barragem de Odeleite.

Tratou-se ainda de um ano de preparação de importantes investimentos na região, os quais contribuirão, inclusive, para aquela que é a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas onde se insere a economia circular. Destaco os projetos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência e das Obras Realizadas

para o Aproveitamento de Águas para Reutilização e a Secagem Solar na ETAR de Vila Real de Santo António.

Porque a gestão dos recursos hídricos envolve questões complexas que requerem uma abordagem colaborativa e coordenada, esta tem também vindo a ser sempre acompanhada por uma política de comunicação e educação ambiental consistente e assertiva, abrangendo toda a população da região. Nesta perspetiva de desenvolvimento, o reforço contínuo na Comunicação e na Educação Ambiental continuou a efetuar-se em várias vertentes, destacando-se a realização de ações de comunicação e sensibilização para as questões associadas às alterações climáticas, economia circular, uso sustentável do recurso água, fomento do conhecimento para as ApR, também com o envolvimento crescente da comunidade escolar, entre outros, de forma a promover o reforço das capacidades individuais de todos os indivíduos naquela que deve ser a adaptação às alterações climáticas na nossa região.

A Investigação e Desenvolvimento continua a ser um fator diferenciador da Águas do Algarve pelo número de projetos em que está envolvida, bem como pelo caráter internacional dos parceiros que deles fazem parte, com destaque para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a Universidade do Algarve (UAlg), Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto Superior Técnico, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, FFUL, entre outros.

A Águas do Algarve, S.A. foi galardoada pela ERSAR com 3 distinções, tendo recebido o Prémio de Excelência do Serviço Público de Abastecimento de Água, o Selo de qualidade para o **uso eficiente da água** e o Selo de **qualidade do Serviço** de abastecimento público de água. Sendo que estes galardões pretendem evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para

consumo humano, é mais um motivo que nos enche de muito orgulho.

Na ótica do desempenho financeiro, os resultados líquidos da atividade (sem o Desvio de Recuperação de Gastos) atingiram em 2022 +5,0 milhões de euros, face a + 7,8 milhões de euros registados no ano de 2021.

Esta redução de cerca de 2,8 milhões de euros deve-se essencialmente ao aumento verificado nos gastos com fornecimentos e serviços externos, os quais já refletem o agravamento significativo e generalizado dos preços de aquisição.

Pelo facto de a Empresa ter a sua atividade regulada, sobre o resultado líquido da atividade foram ajustados os números referentes ao Desvio de Recuperação de Gastos de 2022. Assim, o resultado líquido após o Desvio de Recuperação de Gastos foi de +1,7 milhões de euros em 2022, comparando-se este número com + 365,7 mil euros em 2021. A melhoria

face a 2021 tem a ver com o facto de nas contas de 2022 não ter sido reconhecido qualquer ajustamento às métricas da ERSAR, visto a Águas do Algarve ter impugnado judicialmente já em 2022 o Relatório DRG de 2021.

Do ponto de vista da posição financeira, há a relevar que a dívida total de clientes diminuiu 4,9% (-1,9 milhões de euros de 2021 para 2022). Relativamente à dívida vencida registou-se uma redução de 12% (-49 mil euros) na vencida que não está em contencioso. Quanto à dívida vencida em contencioso não se verificaram alterações de 2021 para 2022.

Por outro lado, a Águas do Algarve, S.A., em 2022, manteve a tendência descendente do endividamento dos últimos anos, reduzindo no quadriénio 2019-2022, perante as respetivas instituições financeiras, em 34,5 milhões de euros de 2019 para 2022, e em 3,9 milhões de euros de 2021 para 2022.

Ao nível financeiro, a empresa mantém na sua carteira de ativos o Acordo de Regularização de Dívida assinado em Maio de 2021 com o Município de VRSA, no valor de 16,8 milhões de euros. Este acordo tem sido cumprido pelo cliente. A AdA continua a ter a expectativa de cedência deste ARD a uma entidade financeira.

Finalmente uma palavra de apreço aos acionistas, aos meus colegas de equipa de gestão, aos órgãos de fiscalização e demais entidades públicas e privadas e, especialmente, a todos os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. que, apesar das dificuldades, souberam responder com determinação e responsabilidade, aos novos desafios que lhe foram sendo colocados no exercício da missão de serviço público prestado pela Águas do Algarve, S.A.





A - A EMPRESA

1. QUEM SOMOS

A Águas do Algarve, S.A. constituída pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto encontra-se numa fase de alteração do seu caminho Empresarial, tendo sido assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24/07/2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto I da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante

abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

1.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento



de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector; apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar os recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos e;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

VISÃO

Ser reconhecida como referência Empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

VALORES

A Águas do Algarve, S.A. tal como o grupo AdP tem como valores centrais:

- Espírito de Servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor.

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

O Sistema abrange geograficamente os 16 municípios da região do Algarve, nomeadamente: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Monchique, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Este Sistema é dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na Região. A totalidade dos investimentos efetuados pela Águas do Algarve, S.A. até ao final de 2022 é de 689,8 milhões de euros (não incluindo o valor da integração das barragens de Odeleite e Beliche e os valores relativos aos Ativos sob Direito de Uso).

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA) tem a concessão para a captação, tratamento e adução de água, em alta, para a garantia do abastecimento público de água à região do Algarve., assegurando elevados níveis de qualidade, mediante a implementação de tecnologias avançadas de tratamento e com um rigoroso controlo e monitorização dos processos.

A eficiência e resiliência do SMAASA é fundamental para o Algarve e um fator decisivo para o dinamismo socioeconómico, sendo que a garantia de elevados padrões de qualidade da água para o abastecimento público, constitui um critério diferenciador para o dinamismo socioeconómico da região, nomeadamente para a indústria do turismo, sector industrial e serviços.

Nas últimas duas décadas a AdA tem levado a cabo um conjunto muito relevante de investimentos ao nível da garantia de origens de água e fiabilidade e resiliência do SMAASA. Um dos investimentos mais significativos prendeu-se com a construção, exploração e manutenção do Empreendimento Hidráulico de Odelouca, que compreende a Barragem de Odelouca, seus órgãos de segurança, obras complementares, assim como os restantes investimentos que lhe estão associados, quer para a constituição da albufeira da barragem, quer para as componentes ambientais e sociais associadas ao mesmo deve ainda referir-se a Construção do novo Sistema de Captações Subterrâneas de Benaciate, a Reabilitação e integração no SMAA de captações municipais estratégicas e a Construção de 2 Estações Elevatórias Reversíveis.

Em 25 de Janeiro de 2022, e conforme previsto no Decreto-Lei n.º 160/2019, de 24 de outubro, foi estabelecido, e assinado, por Sua Excelência o Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática, e pela Águas do Algarve S.A., o Contrato de Concessão relativo à gestão do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite-Beliche. Águas do Algarve, S.A., por ser o maior utilizador de usos principais deste Empreendimento Equiparado a Fins Múltiplos, teve assim atribuída a responsabilidade de Gestão dos bens comuns do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite-Beliche.

Associado às medidas estruturais referidas, a Águas do Algarve S.A. (AdA), assumiu também o compromisso de implementar um ambicioso Programa Ambiental, associado à temática da água, desde as origens de água aos meios receptores e às áreas e habitats em que se inserem as infraestruturas da concessão. Na estruturação deste Programa Ambiental, foi entendimento da AdA que as ações a desenvolver seriam tanto mais eficazes quanto maior fosse o seu impacto positivo na biodiversidade, o seu potencial científico, educacional e interpretativo e a sustentabilidade socioeconómica, isto é, medidas cujos efeitos perdurem no médio e longo prazo.

Neste contexto a Conservação do Lince Ibérico teve especial relevância, dado que a principal origem de água do Algarve se localiza numa região histórica de presença desta espécie, mas devem também destacar-se os projetos associados à requalificação de galerias ripícolas, e à valorização e preservação de ecossistemas ribeirinhos na Região do Algarve, nomeadamente na Bacia do Arade. Este programa ambiental contempla ainda a implementação do Projeto Falanges, com foco na preservação de três espécies de peixes endémicas do Sudoeste de Portugal, duas das quais possuem estatuto de “Criticamente em Perigo” de extinção: a Boga-do-Sudoeste (*Iberochondrostoma almakai*) e o Escalo-do-Arade (*Squalius aradensis*); e ainda o Barbo do Sul (*Barbus sclateri*), com estatuto de “em Perigo” de extinção. Este é um relevante projeto de conservação, com ações ex situ, com vista à investigação, manejo e proteção destas três espécies de Ciprinídeos, e posteriores ações de repovoamento, in situ, no seu local de origem, a Bacia do Arade. Prevê também a inclusão de atividades de monitorização ecológica, de ictiofauna e vegetação ripícola, avaliando a qualidade de refúgios térmicos adequados à salvaguarda das populações endémicas de peixes, como forma de garantir a conservação de espécies vulneráveis e ameaçadas e o aumento da sua resiliência e a preservação dos ecossistemas ribeirinhos face aos efeitos gerados pelas alterações climáticas.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – Sistema de Abastecimento de Água é composto atualmente pelas infraestruturas constantes do quadro seguinte:

INFRAESTRUTURAS DO SMAASA	QUANTIDADE
Estações de tratamento de água (ETA)	4
Estações elevatórias	32
Pontos de Entrega	80
Reservatórios	19
Barragens	3
Adutor [kms]	495

No ano de 2022 entrou ao serviço o Reservatório do Barlavento, e no Sistema foram integradas na gestão direta da AdA 2 barragens, de Odeleite e do Beliche, assim como a EEI Beliche.

SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS



O Sistema de Saneamento de Águas Residuais (SSAR) permite recolher, tratar e devolver ao meio ambiente as águas residuais tratadas nas ETAR que integram a concessão.

As condições de funcionamento das infraestruturas que integram o SSAR são da maior importância para o Algarve, na medida em que tal contribui para as exigências ambientais e de tratamento das águas residuais, para a qualidade dos meios recetores, nomeadamente as zonas húmidas e as águas balneares, essencial às atividades económicas da região.

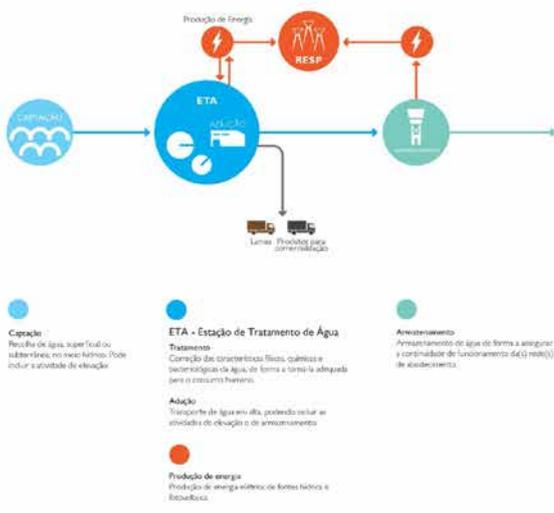
Este sistema, em termos de desenvolvimento de projetos e obras, teve início em 2003 e, atualmente, estão em exploração as infraestruturas constantes do seguinte quadro:

INFRAESTRUTURAS DO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	QUANTIDADE
ETAR	79
Estações elevatórias	192
Colector gravítico (km)	269
Conduta elevatória (km)	213

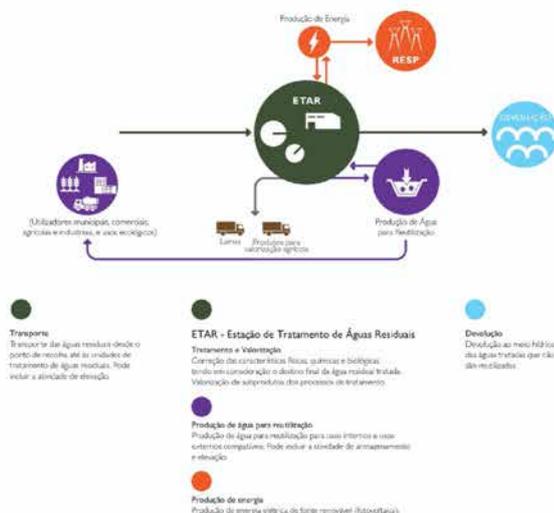
No ano de 2022, foi integrada no sistema de saneamento a ETAR do Autódromo, no entanto não entrou em funcionamento, estando atualmente a AdA, S.A. a preparar um procedimento pré-contratual para a adjudicação de uma empreitada de reabilitação que permitirá a colocação em serviço desta instalação. Esta ETAR não se encontra incluída no quadro acima.

1.3. CADEIA DE VALOR

OPERAÇÃO ÁGUA



OPERAÇÃO SANEAMENTO



1.4. AS NOSSAS PESSOAS

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da Empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

No exercício da sua missão, a Águas do Algarve, S.A. tem optado, ao longo dos anos, por utilizar recursos internos para as tarefas de operação ligadas ao tratamento e abastecimento de água, e utilizar recursos externos e internos, desde 2018, para as tarefas de operação de recolha e tratamento de águas residuais, bem como para as tarefas de manutenção dos equipamentos, quer sejam de água, quer de saneamento.

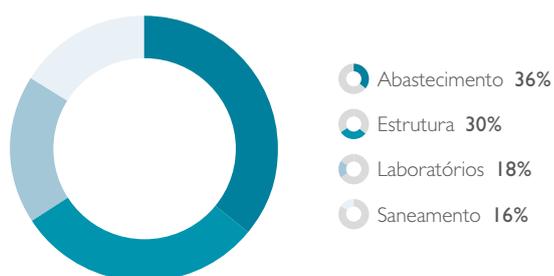
Tendo consciência que o setor de atividade em que a Águas do Algarve, S.A. se insere, e o território onde atua, acarretam exigências muito fortes quanto à qualidade do produto fornecido (água para consumo humano) e qualidade dos serviços prestados (tratamento de águas residuais) numa região (Algarve) basilar para a economia nacional, está implementada a opção de dotar a Empresa de um departamento laboratorial de excelência, com recursos materiais e humanos próprios, altamente especializados, capazes de controlar todos os processos ligados ao ciclo completo da água, levando a que a Águas do Algarve, S.A. tenha sido pioneira em Portugal na obtenção da certificação, segundo normas internacionais, do produto Água por si abastecida.

Como resultado desta estratégia, os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. repartem-se pelas seguintes áreas:

COLABORADORES POR ÁREAS (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2022	2021	2020
Abastecimento	71	56	51
Saneamento	31	31	31
Laboratórios	35	32	31
Estrutura	60	60	57
Cedidos + Licenças sem retribuição	0	0	0
TOTAL	197	179	170

COLABORADORES POR ÁREAS

(%)

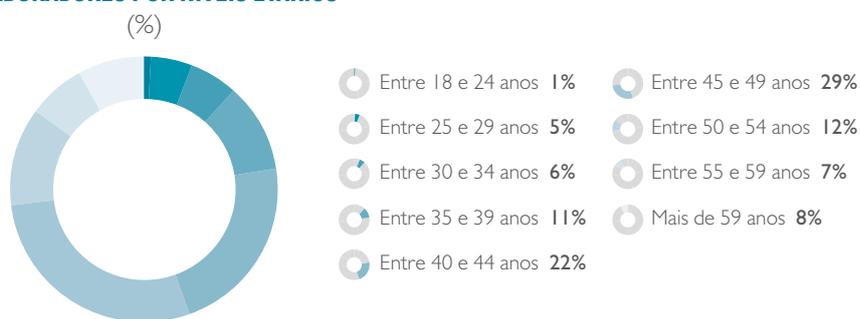


Em 31 de dezembro de 2022 o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 197.

A estrutura etária dos colaboradores da Empresa tem a idade média de 45 anos e é fortemente dominada pela faixa etária dos 45 aos 49 anos.

COLABORADORES POR NÍVEIS ETÁRIOS	2022	2021	2020
Entre 18 e 24 anos	1	5	2
Entre 25 e 29 anos	10	5	3
Entre 30 e 34 anos	11	11	9
Entre 35 e 39 anos	21	21	27
Entre 40 e 44 anos	44	51	51
Entre 45 e 49 anos	57	43	39
Entre 50 e 54 anos	24	18	18
Entre 55 e 59 anos	14	13	11
Mais de 59 anos	15	12	10
TOTAL	197	179	170

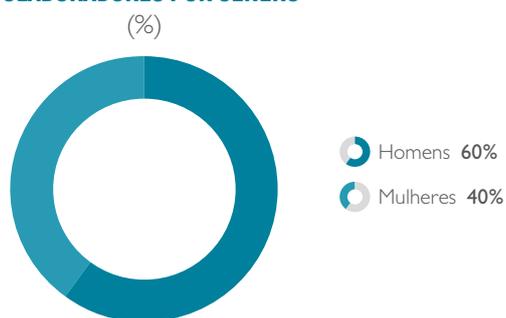
COLABORADORES POR NÍVEIS ETÁRIOS



Em 2022 a distribuição dos colaboradores, ao nível dos géneros, revela uma repartição predominante do sexo masculino:

COLABORADORES POR GÉNERO (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2022	2021	2020
Homens	119	107	103
Mulheres	78	72	67
TOTAL	197	179	170

COLABORADORES POR GÉNERO



Em 2022 a Empresa continuou a evidenciar um nível elevado de qualificação dos seus colaboradores, sendo o peso dos colaboradores com grau de ensino superior de cerca de 60,91%.

GRAU ACADÉMICO DOS COLABORADORES	2022	2021	2020
Ensino Básico ou inferior	28	21	21
Ensino Secundário	49	46	43
Ensino Superior (a)	120	112	106
TOTAL	197	179	170

GRAU ACADÉMICO DOS COLABORADORES



O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2022:

TEMPO DE TRABALHO DOS COLABORADORES (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2022	2021	2020
Potencial de horas de trabalho (1)	329 848	317 100	309 960
Horas efetivas trabalhadas (sem HS) (2)	328 270	292 768	282 444
Horas não trabalhadas (sem férias) (3)=(1)-(2)	12 966	24 332	27 516
Horas de trabalho suplementar (HS)	1 579	2 205	2 174
Taxa de Absentismo	3,93%	7,67%	8,88%

MOTIVOS DO ABSENTISMO (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	2022	2021	2020
Acidentes de trabalho	200	744	116
Doença	4 654	15 463	13 081
Suspensão disciplinar	0	80	96
Assistência a familiares	1 346	549	905
Maternidade/paternidade	4 160	6 505	3 392
Outras causas	2 607	990	1 909
TOTAL	12 966	24 332	19 499

Constata-se que no ano de 2022 o nível de absentismo melhorou bastante como resultado, essencialmente, do decréscimo das horas relacionadas com baixas por doenças e outras causas. Este efeito é grandemente explicado pela diminuição dos efeitos pandemia COVID 19 e pelo facto de, sempre que fosse compatível com o exercício das funções dos colaboradores, a Empresa ter estado todo o ano com recurso ao trabalho remoto como forma de a mitigar.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, S.A., por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento. É também esta a convicção dos seus colaboradores que continuam a apostar na melhoria das suas habilitações literárias, sendo cada vez mais as horas de formação em ambiente académico.

Os princípios básicos ligados à operação, as Energias Renováveis no Sector da Água e as Tecnologias e Gestão da Água, foram as formações com maior número de horas ministradas em 2022.

A formação proporcionada em 2022 vem detalhada no quadro abaixo:

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO EM 2022 (EXCLUINDO ÓRGÃOS SOCIAIS)	HORAS	%
Internas	406	18%
Externas	1 804	82%
TOTAL	2 209	100%

SEGURO DE SAÚDE E SEGURO DE VIDA

A 31 de dezembro de 2022, todos os colaboradores da Empresa estavam abrangidos por um seguro de saúde, extensível aos respetivos cônjuges não separados de pessoas e bens ou equiparados (pessoas em união de facto com o trabalhador) e filhos ou equiparados enteados ou adotados). Os filhos, enteados ou adotados serão excluídos da apólice na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 25 anos de idade, exceto se, cumulativamente, permanecerem no agregado familiar do trabalhador;

forem portadores de deficiência, ou doença crónica, que confira grau de incapacidade permanente, e não auferirem remuneração. Nestes casos a exclusão da apólice ocorre na data da renovação desta ocorrida imediatamente após completarem 30 anos de idade.

A Empresa proporciona ainda a todos os colaboradores um seguro de vida.

SEGURANÇA NO TRABALHO

A promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, consigo trabalham é uma prioridade da Águas do Algarve, S.A. que continua empenhada na melhoria das condições de trabalho e na prevenção de acidentes, em 2022 destaca-se as seguintes ações:

- Acompanhamento da medicina no trabalho: No âmbito da medicina no trabalho o médico esteve presente nas instalações da Empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 12h/mês, tendo sido realizadas 24 visitas;
- Baixo índice de sinistralidade: foram registados 6 (seis) acidentes em 2022, que 2 deram origem a 25 dias de baixa. Embora os acidentes tenham aumentado face a 2021 onde foram registados 3 acidentes, os dias de baixa praticamente não alteraram, pelo que se tratou de acidentes menos graves.
- Formação: foram realizadas diversas ações de formação no âmbito da SST, com especial relevância para as ações sobre trabalhos em altura, produtos químicos perigosos e movimentação de cargas. Estas ações ministradas em diversas instalações da Empresa contaram com a participação de cerca de 143 formandos da AdA. Foram ainda realizados 9 simulacros instalações diferentes.

1.5. OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A Águas do Algarve, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A Águas do Algarve, S.A. cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

1.6. ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Algarve, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um capital social integralmente realizado de 29.825.000 euros. No final de 2022 o capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

ACIONISTAS

	AÇÕES			
	QUANTIDADE	VALOR	CLASSE	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447	16 237 235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270	1 446 350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236	86 180	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046	170 230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787	163 935	A	0,55%
Município de Faro	409 788	2 048 940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813	939 065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726	1 013 630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797	1 693 985	A	5,68%
Município de Monchique	25 718	128 590	A	0,43%
Município de Olhão	230 791	1 153 955	A	3,87%
Município de Portimão	369 206	1 846 030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607	248 035	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439	1 112 195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680	678 400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605	268 025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044	590 220	A	1,98%
Totais	5 965 000	29 825 000		100,00%

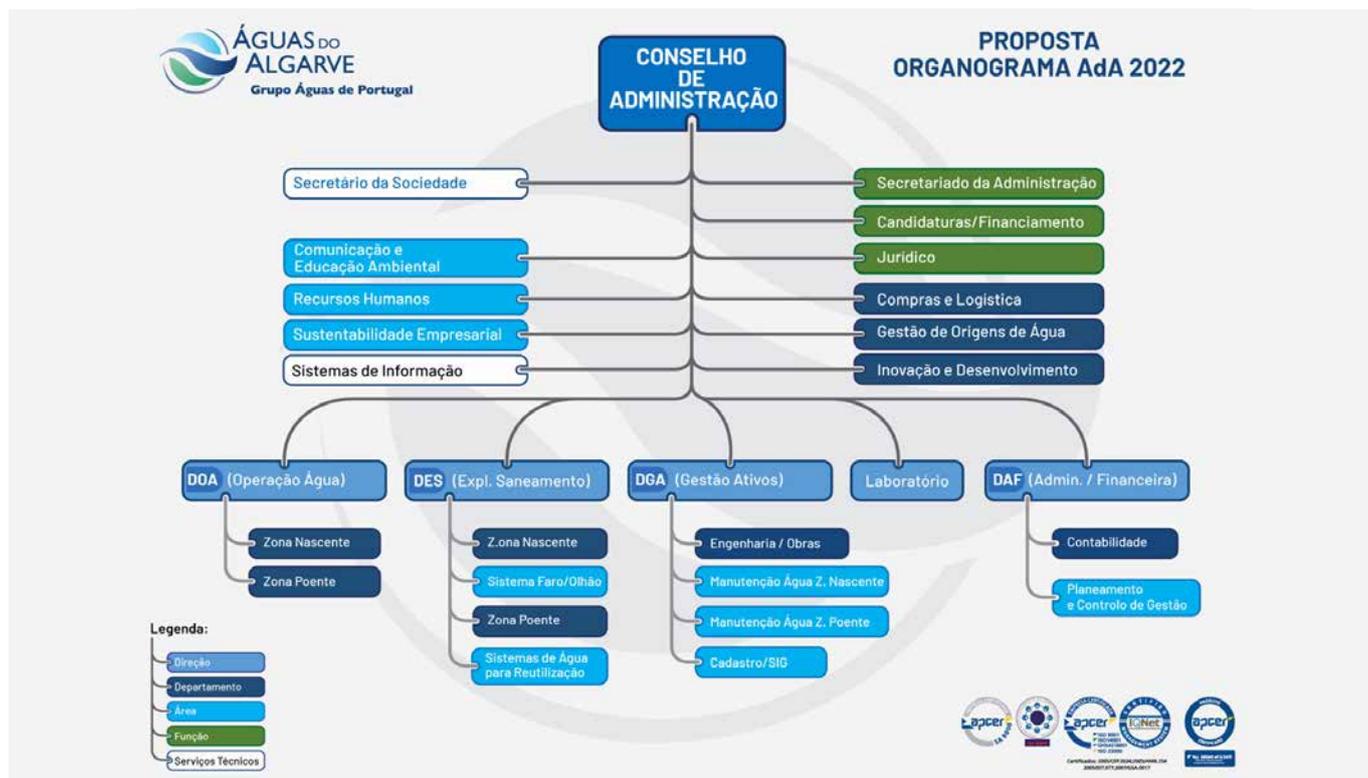
Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3 247 447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2022:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Algarve, S.A. está organizada em quatro direções, dez departamentos, nove áreas funcionais e de suporte e dois serviços técnico.



Para o desempenho das suas atividades, a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de unidades orgânicas, operacionais e de estrutura, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da Empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. Descrevem-se, de seguida as principais características:

DIREÇÃO DE OPERAÇÃO ÁGUA - DOA

Assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, segurança da água, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer; tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores. Coordena o sistema de segurança alimentar; avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes. Coordena as atividades relacionadas com o produto água para consumo humano, assumindo a responsabilidade pelo produto.

DIREÇÃO DE EXPLORAÇÃO SANEAMENTO - DES

Assegura, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS - DGA

Assegura a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas. Responsável por manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

FUNÇÃO CANDIDATURAS/FINANCIAMENTOS:

Compete à Função Candidaturas e Financiamentos a responsabilidade pela instrução, acompanhamento e coordenação administrativa e financeira do conjunto de projetos co-financiados desenvolvidos pela AdA, ao abrigo de diversos programas, seja na área de investimentos (PRR e POSEUR), seja na área de Cooperação transfronteiriça, SIFIDE, Inovação e Desenvolvimento, ou outros.

É uma função transversal, desenvolvida com autonomia, e em cooperação com as várias áreas funcionais da empresa.

Reporta diretamente à Administração sendo o ponto de contacto entre a AdA e as entidades financiadoras externas, nacionais e comunitárias.

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - DAF

A Direção integra três áreas: uma área de Contabilidade e Tesouraria, uma de Planeamento e Controlo de Gestão, e uma de Gestão de Frota.

A Direção assegura a gestão financeira e contabilística da Empresa, de acordo com a estratégia da Administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e a sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa. É responsável por assegurar a prestação da correta informação de gestão aos órgãos decisores para a adequada tomada de decisão, assim como por propor a implementação de medidas corretivas. Elabora o orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa. Contribui, em colaboração com as restantes áreas da Empresa, na preparação e prestação de toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento das obrigações perante o concedente e das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais.

É responsável pela elaboração e controlo do Plano Anual de Compras da Empresa.

Tem a responsabilidade de garantir uma Gestão eficiente e eficaz da Frota Automóvel da AdA.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LOGÍSTICA - DCL

É responsável pelo "Processo de Compras", e todas as atividades/tarefas que lhe são inerentes, com respeito pela atual legislação que regula todo o processo de compras públicas – Código dos Contratos Públicos – por transposição, para o normativo nacional, das diretivas comunitárias 2014/23/UE – relativa à adjudicação de contratos de concessão, 2014/24/UE – relativa aos contratos públicos, 2014/25/UE – relativa aos contratos público celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e posteriores alterações e retificações.

GESTÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA - GOA

Departamento que assegura, com os poderes delegados pela Administração, a gestão e exploração das infraestruturas das Origens de Água do SMAASA, entre elas três Grandes Barragens de Classe I (Odelouca, Odeleite e Beliche), coordenando e garantindo o controlo e fiabilidade dos processos e atividades de Segurança de Barragens, Captação de Água, e sua Adução às Estações de Tratamento de Água, contribuindo para a garantia da produção de água para abastecimento público, na quantidade e qualidade definida. Coordena também as atividades associadas à implementação do Programa Ambiental das Origens de Água.

Tem ainda também como missão, controlar e assegurar o cumprimento das obrigações da AdA nos contratos de concessão e títulos de utilização de recursos hídricos (TURH) das origens de água do SMAASA. E, em consonância com as orientações provenientes da Administração da AdA, a articulação com as várias entidades com competências no território, na área da gestão de recursos hídricos, assegurando a gestão das disponibilidades de água, e sua qualidade, para a captação pelo SMAASA.

LABORATÓRIO - LAB

O Laboratório apoia a operação dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de águas residuais, maioritariamente na área de planeamento e execução de planos de monitorização da qualidade da água. Assegura o escrupuloso cumprimento dos planos legais aplicáveis às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), no Abastecimento, dos Planos de Autocontrolo de Águas Residuais (PAAR), para cumprimento dos parâmetros de descarga no saneamento de águas residuais, dos planos para cumprimento dos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais, bem como dos Planos Operacionais das Origens, Abastecimento e Saneamento. No âmbito da sua atividade, assegura ainda todos os requisitos da norma de acreditação ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, baseado em princípios de confiança, imparcialidade, confidencialidade e objetividade. O Laboratório garante também a execução das colheitas e análises referentes ao Plano de Certificação do Produto água para Consumo Humano, ao abrigo da Recomendação ERSAR nº 02/2011 e Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000).

O Laboratório é acreditado pelo Instituto Português de Acreditação, o que significa que é reconhecido por esta entidade nacional para executar as atividades específicas de avaliação da conformidade, de águas naturais, para consumo humano e residuais, de acordo com os requisitos normativos em vigor.

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - SE

Promove e coordena as atividades relativas ao acompanhamento e melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial de acordo com a estratégia definida pela Administração, assegurando o cumprimento dos requisitos das normas de referência (ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001, ISO 50001 e SA8000), dos requisitos legais e dos compromissos assumidos pela Administração, contribuindo para a otimização dos processos e a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Assegura e organiza as atividades inerentes aos Serviços Internos de Segurança no Trabalho de forma a prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Compila e reporta dados para entidades oficiais, nomeadamente: Concedente, APA, INE, ERSAR, AdP, ACT, quando designado para o efeito.

RECURSOS HUMANOS - RH

É a unidade orgânica responsável pelo tratamento dos processos de recrutamento e seleção de pessoal, avaliação de desempenho dos funcionários, formação, processamento de vencimentos, tratamento de seguros de pessoas, organização dos horários de trabalho e cumprimento das obrigações legais relacionadas com as questões laborais.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CEA

O Gabinete de Comunicação e Educação Ambiental da Águas do Algarve tem como objetivo principal estabelecer uma estreita ligação entre a Empresa e os seus principais stakeholders. Promove também o alinhamento da visão, e daquela que é a missão estratégica da Empresa com os seus diferentes públicos. Definindo estratégias de comunicação globais, internas e externas, online e offline, munindo-se de um conjunto vasto de ferramentas, sem nunca deixar de incorporar a história da marca da Águas do Algarve, de uma forma diferenciadora e eficiente, potenciando as relações também como os nossos acionistas e parceiros de negócio, destacando-se os clientes, fornecedores, consumidores, imprensa, público em geral.

Tem também como objetivo estratégico o reforço da notoriedade da Empresa junto de todos os stakeholders, fortalecendo o bom relacionamento entre estes bem como com os órgãos de comunicação social, e agir como o porta-voz da Empresa, com especial enfoque no que se refere ao envolvimento da Empresa com a comunidade servida pelos serviços prestados pela Empresa, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas promovidas dentro e fora da região.

APOIO JURÍDICO

Trata-se de uma unidade orgânica de apoio à Administração e à Empresa com as atribuições e competências de elaborar pareceres/interpretações da Lei, normativos e regulamentos, e executa atividades que visem o cumprimento de obrigações legais pela Empresa. Assessora nos processos de concurso e sua avaliação. Trata da resolução de disputas e litígios e patrocínio da Empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade presta apoio especializado aos órgãos sociais, de acordo com o Artigo 446-B do Código das Sociedades Comerciais, apoiando sobretudo o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício dos respetivos deveres, assegurando a conformidade com a legislação aplicável, com os Estatutos e com os regulamentos internos.

SECRETARIADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEC

Unidade orgânica responsável por:

- Gerir e priorizar a agenda e compromissos dos membros da Comissão Executiva;
- Convocar reuniões internas e externas de acordo com a orientação da Administração;
- Articular entre a Administração e serviços técnicos de modo a cumprirem-se as deliberações das reuniões de Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- Organizar os dossiers de apoio às reuniões da Administração;
- Conferir os dados da documentação a assinar pela Administração;
- Receção e triagem, digitalização, classificação e despacho da correspondência geral da Empresa;
- Expedição da correspondência;
- Organização e gestão do arquivo da Administração.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D)

Identifica oportunidades de colaboração com entidades públicas e privadas no domínio de Inovação, Desenvolvimento e Investigação (IDI), analisa essas oportunidades e avalia a probabilidade da sua realização, em contato estreito com os vários setores da empresa. Estuda as fontes potenciais de financiamento e cofinanciamento de projetos de IDI, supervisiona a elaboração das respetivas candidaturas e promove e coordena os projetos e estudos relacionados com IDI. Faz a recolha, compilação e análise da informação sobre a atividade de IDI, contribuindo para a elaboração dos relatórios de gestão. Participa em projetos de intervenção e em planos estratégicos do SMAASA, bem como em grupos de trabalho especializados da Holding AdP, em sintonia com o rumo estabelecido no Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SI)

Área responsável pela infraestrutura de dados e comunicações da Empresa e pelos sistemas de informação transversais à empresa, assegura a operacionalidade e adequação de equipamentos informáticos e de comunicação, bem como dos respetivos sistemas e aplicações, às necessidades operacionais.

Acompanha e desenvolve os procedimentos necessários para suprir as necessidades da empresa de hardware e software.

É responsável em primeira instância pela promoção e aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados.

ÓRGÃOS SOCIAIS - 2022

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr. Rogério Conceição Bacalhau Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Faro (Presidente)

Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes (Vice-Presidente)

Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira (Secretária)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Eng.º António Paulo Jacinto Eusébio (Presidente Executivo)

Dr.ª Maria Isabel Fernandes da Silva Soares (Vice-Presidente)

Dr. Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Vogal Executivo)

Dr.ª Ana Paula Fernandes Martins, Presidente da Câmara Municipal de Tavira (Vogal não executivo)

Dr. José Carlos Martins Rolo, Presidente da Câmara Municipal de Albufeira (Vogal não executivo)

CONSELHO FISCAL

Mandato 2019-2021, iniciado em 08 de abril de 2019:

Dr. Luis António Alves da Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Presidente)

Dr.ª Sandra Simões Filipe Valério (Vogal efetivo)

Dr. João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos (Vogal efetivo)

Dr. António Jorge Morgado (Vogal suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS ⁽¹⁾

Mandato 2019-2021, iniciado em 8 de abril de 2019:

PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na OROC sob o n.º 183 e registada na CMVM sob o n.º 20161485, representado por:

Dr. José Alves Bizarro Duarte (ROC Efetivo, ROC n.º 1957), registado na CMVM sob o n.º 202000003;

Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues (ROC Suplente, ROC n.º 1737), registado na CMVM sob o n.º 20161347.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Mandato 2021-2023, iniciado em 15 de março de 2021:

Dr.ª Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente);

Dr.ª Rosa Cristina Gonçalves Palma Presidente da Câmara Municipal de Silves (Vogal Efetivo);

AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

1.7. O PROPÓSITO E OS COMPROMISSOS DE INTEGRIDADE E DE SUSTENTABILIDADE

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

O NOSSO PROPÓSITO

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela Águas do Algarve, S.A. tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

"Fazer a diferença na vida das pessoas" é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

**Assumimos COMPROMISSOS
para cumprir o PROPÓSITO de
FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS**

(1) Por aplicação extensiva da regra aplicável aos administradores – artigo 391.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais (CSC) -, tem a Jurisprudência entendido que os demais membros dos órgãos sociais se mantêm em funções até serem substituídos (a não ser que renunciem). ;O revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas eleita nos termos do artigo 413.º-I-b) do CSC faz parte do órgão social de Fiscalização da sociedade. A PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PWC) foi, por deliberação de 2019.04.08, eleita sociedade de revisores oficiais de contas da Águas do Algarve, S.A., para o triénio de 2019/2021. A sociedade não procedeu, desde 1 de janeiro de 2022 até ao momento presente, à eleição nem do conselho fiscal nem do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas para um novo mandato. A PWC não apresentou renúncia ao cargo de sociedade de revisores oficiais de contas, tendo-se mantido na plenitude de funções. Em 29 de setembro de 2022 reuniu a Comissão de Vencimentos da Águas do Algarve, S.A., tendo a respetiva deliberação expressamente mencionado a "FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE (mandato 2019-2021)" com a seguinte menção: "Mantêm-se inalteradas as remunerações fixadas". Nestas circunstâncias, a Águas do Algarve, S.A., tem vindo a pagar à PWC, desde 1 de janeiro de 2022 até ao presente, as mesmas remunerações decorrentes do contrato assinado entre ambas as partes, respeitante ao triénio de 2019/2021.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa **Política de Integridade**, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela Águas do Algarve, S.A. em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por **Linha de Integridade**, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



AS NOSSAS AMBIÇÕES E OBJETIVOS

AMBIÇÕES	OBJETIVOS
 <p>1 TRABALHAR COM PROPÓSITO</p> <p>Valorizar a relação com os/as colaboradores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos/as colaboradores/as- Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e a inclusão- Garantir a segurança e saúde no trabalho- Promover o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz
 <p>2 AGIR PELO CLIMA</p> <p>Reduzir as emissões de GEE, mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Garantir a neutralidade e autossustentabilidade energética- Reduzir as emissões de GEE- Promover a mobilidade sustentável do Grupo- Promover a resiliência dos sistemas e garantir a disponibilidade, a qualidade e a segurança do serviço e do produto
 <p>3 ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA</p> <p>Gerir o ciclo urbano da água em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Conservar as massas de água- Minimizar os resíduos produzidos e valorizá-los enquanto subprodutos
 <p>4 VALORIZAR OS TERRITÓRIOS</p> <p>Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Elevar a relação de proximidade e diálogo com os clientes e parceiros municipais- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia responsável- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento- Fazer parte integrante da comunidade onde nos inserimos- Proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas- Água como fator essencial da proteção crescente da saúde pública

AMBIÇÕES	OBJETIVOS
 <p>5 INOVAR PARA IMPACTAR</p> <p>Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o Grupo AdP e suas empresas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver projetos de IDI alinhados com as áreas estratégicas de inovação e as necessidades das empresas do Grupo AdP - Desenvolver e lançar produtos, serviços e processos inovadores - Desenvolver uma inovação aberta e assente numa rede multipolar de competências - Promover a transformação digital do Grupo AdP
 <p>6 GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM FRONTEIRAS</p> <p>Cooperar internacionalmente para a promoção da gestão sustentável da água.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Partilhar o conhecimento através de projetos de capacitação e apoio técnico - Promover a entreaajuda em atividades e programas relacionados com a água, saneamento e clima em países em desenvolvimento - Operar numa geografia de referência
 <p>7 EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE</p> <p>Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a educação para o desenvolvimento sustentável - Promover o uso racional da água e a promoção do consumo da água da torneira - Promover o uso sustentável da rede de saneamento - Promover a utilização de ApR - Promover a economia circular e a neutralidade energética - Promover a inovação

Para um maior detalhe deverá ser consultado o Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP em Relatórios de Sustentabilidade (adp.pt)

1.8. CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

1.9. SÍNTESE DE INDICADORES

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	2022	2021	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
Capital Social (€)	29 825 000	29 825 000	0	0,0%
Capital Próprio (€)	32 219 653	30 556 589	1 663 065	5,44%
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos (€)	743 743 970	669 315 164	74 428 805	11,12%
Ativo Líquido Total (€)	554 042 152	483 804 895	70 237 257	14,52%
Volume de Negócios (€) (excluindo serviços de construção)	60 429 039	59 834 278	594 761	0,99%
Resultados Antes de Impostos (€)	2 245 562	-633 135	2 878 697	-454,67%
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 663 065	365 764	1 297 301	354,68
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	5,16%	1,20%	3,96%	
Rendibilidade do Ativo (%)	0,30%	0,08%	0,22%	
Autonomia Financeira -corrigida subs. Investimento (%)	43,21%	37,05%	6,16%	
Endividamento Líquido : EBITDA	6,1	6,0	0,1	1,57%
EBITDA (€)**	26 123 800	29 343 384	-3 219 584	-10,97%
EBITDA : Serviço da Dívida	0,20	0,21	-0,01	-2,64%
Cash-cost (€/m ³)	0,30	0,28	0,02	8,18%
Margem EBITDA (%)	43,23%	49,04%	-5,81%	
ROCE- Indicador AdP (%)	3,40%	1,86%	1,54%	
Colaboradores em 31 Dezembro, excluindo órgãos sociais (nº)	197	179	18	10,06%
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	4 995	4 995	0	0,0%
População Residente na Área Abrangida (nº)	453 839	453 839	0	0,0%
Investimento/Empreitadas do Ano (€)	20 516 554	7 305 966	13 210 588	180,82%
ABASTECIMENTO:				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
População Servida (nº)	408 849	408 849	0	0,0%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	99%	99%	0%	
Volume de Água Vendida (m ³)	71 544 515	71 058 591	485 924	0,68%
Tarifa (€/m ³)	0,4757	0,4728	0,0029	0,61%
Pontos de Entrega (nº)	80	80	0	0,0%
Estações Tratamento Água em Exploração (nº)	4	4	0	0,0%
Rede Adutora (Km)	495	495	0	0,06%
SANEAMENTO:				
Municípios (nº)	16	16	0	0,0%
População Servida (nº)	384 666	384 666	0	0,00%
Acessibilidade física ao serviço (%) (*)	98%	98%	0%	
Efluente Equivalente Faturado (m ³)	41 257 919	37 398 066	3 859 853	10,32%
Rendimentos tarifários (€)***	26 394 150	26 237 120	157 031	0,60%
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	79	79	0	0,0%
Rede Coletores (Km)	482	482	0	0,0%

* Com o contrato de concessão em vigor a partir de 27 de julho de 2020

** Exceto imposto selo operações financeiras e imparidades e subsídios ao investimento

*** Não incorpora os volumes faturados às empresas de limpa fossas

2. RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- Recomendação ERSAR nº2/2011 - Certificação do Produto “água para consumo humano” variante: sistemas de abastecimento público em alta;
- NP EN ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2015 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- NP ISO 45001:2019 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- ISO 50001:2018 – Sistemas de Gestão da Energia;
- SA8000:2014 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2018 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar;
- ISO 17025 - Acreditação de Laboratórios.



GALARDÕES/PRÉMIOS

PRÉMIO ALUSIVO AO PLANO DE EFICIÊNCIA E DE PRODUÇÃO DE ENERGIA

A Águas do Algarve, S.A. foi galardoada pela ERSAR com 3 distinções, tendo recebido o Prémio de Excelência do Serviço Público de Abastecimento de Água, o Selo de qualidade para o uso eficiente da água e o Selo de qualidade do Serviço de abastecimento público de água.

3. DESTAQUES DO ANO / PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Todo o esforço que foi realizado nas várias áreas da Empresa, desde as operacionais às de gestão e apoio à gestão completaram mais um ano de grande profissionalismo e dedicação. Muito do trabalho realizado e dos objetivos atingidos em 2022 terão impactos assinaláveis na qualidade do serviço que a AdA prestará à comunidade no futuro.

Os resultados líquidos totalizaram +1,66 milhões de euros, resultado superior em 1,30 milhões de euros em relação a 2021 e superior em 924 mil euros em relação a 2020. De salientar que 2022 foi um ano de recuperação face a um período de dois anos conturbado pela pandemia Covid-19 que influenciou negativamente a economia global.

RESULTADOS	2022	2021	2020	2019
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	4 965 969	7 766 081	5 577 513	5 208 485
DRG líquido do ano	(3 302 904)	(6 683 003)	(4 466 650)	(4 007 647)
DRG líquido do ano anterior	0	(717 314)	(371 499)	0
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	1 663 065	365 764	739 364	1 200 838



 **ÁGUAS DO
ALGARVE**
Grupo Águas de Portugal



B - O NEGÓCIO

1. LINHAS ESTRATÉGICAS

1.1. INTRODUÇÃO

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Empresa Águas do Algarve, S.A. são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do

regime jurídico do sector Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da sociedade, em 28 de junho de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2021-2023.



1.2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O MANDATO 2021 - 2023

1.2.1. MISSÃO

A Águas do Algarve, S.A. enquanto Empresa responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve, tem por missão garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas Empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela Águas do Algarve, SA.

A atividade prosseguida pela Empresa enquanto instrumento Empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto

n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das Empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a. Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir, com base na qual as Empresas do grupo AdP, designadamente a Águas do Algarve, S.A., desenvolvem a sua atividade;
- b. Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada Empresa;
- c. Definir os objetivos a alcançar pelas Empresas do grupo AdP, designadamente pela Águas do Algarve, S.A. no exercício da respetiva atividade operacional;
- d. Definir o nível de serviço público a prestar pelas Empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

1.2.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a. Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b. Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c. Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d. Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e. Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f. Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g. Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão Empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

1.2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. deverá:

- I.2.3.1. Assegurar o cumprimento da missão da Empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- I.2.3.2. Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- I.2.3.3. Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- I.2.3.4. Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- I.2.3.5. Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- I.2.3.6. Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- I.2.3.7. Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- I.2.3.8. Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- I.2.3.9. Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

1.2.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

1.2.4.1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

- I.2.4.1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
- I.2.4.1.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
- I.2.4.1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.

1.2.4.2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

- I.2.4.2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
- I.2.4.2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
- I.2.4.2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
- I.2.4.2.4. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.

1.2.4.3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- I.2.4.3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
- I.2.4.3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
- I.2.4.3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.

1.2.4.4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza Empresarial, designadamente:

- I.2.4.4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
- I.2.4.4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
- I.2.4.4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

1.2.4.5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza Empresarial e a capacidade técnica, em especial:

- I.2.4.5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
- I.2.4.5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

1.2.4.6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISSO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

- I.2.4.6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
- I.2.4.6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
- I.2.4.6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
- I.2.4.6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

1.2.4.7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

1.3. OBJETIVOS E INDICADORES DE DESEMPENHO ANUAIS PARA A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. PARA O MANDATO 2021-2023

FINANCEIROS

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	AdA
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	10,0%
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumpre: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumpre: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumpre: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior, PMP < -25%.	10,0%
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%

AMBIENTAIS E DE SERVIÇO

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	AdA
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. N° Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. N° Ações executadas face ao previsto >= 80,00%;<90,00% 3. N° Ações executadas face ao previsto >=90,00%	10,0%
Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA >=99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em < 40% do previsto no PAO; 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 40% do previsto no PAO; 3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 60% do previsto no PAO.	7,5%
Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de acção para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a tabela em Anexo (?)	5%
Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de ultimo recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 *após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescentando às ACA's existentes	5%

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato - e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização – enunciados no quadro do ponto B-4.9. deste relatório.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de Indicadores e Metas do ponto B-4.9. deste relatório.

GRAU DE CONCRETIZAÇÃO	AVALIAÇÃO GLOBAL
GC < 1,8	Objetivos não Cumpridos
1,8 ≤ GC < 2,5	Objetivos Cumpridos
GC ≥ 2,5	Objetivos Superados

Em 2022, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pelo Concedente e pela Tutela Setorial e Financeira.

2. ENQUADRAMENTO

2.1. A ENVOLVENTE

CONTEXTO MACROECONÓMICO ⁽²⁾

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

GLOBAL

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionado por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

ZONA DO EURO

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora em um ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o défice é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

(2) Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

INDICADORES ECONÓMICOS	ESTIMATIVA 2022	ANO 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,17%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

2.2. O SECTOR

O SETOR A NÍVEL MUNDIAL ⁽³⁾

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do Objetivo 6, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito,

(3) Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano.
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em e baixos níveis de investimento; e
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exacerbados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA ⁽⁴⁾

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº 136/2022)

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

⁽⁴⁾ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL ⁽⁵⁾

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL

Dados RASARP 2022

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
<ul style="list-style-type: none"> • 9,8 milhões de habitantes servidos • 97% de alojamentos servidos • 184 litros: consumo médio diário de água por habitante • Tarifa média ponderada: 0,558 EUR/m³ • Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,59% 	<ul style="list-style-type: none"> • 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem • 86% de alojamentos servidos • 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento • 86% de alojamentos servidos com tratamento • 1,8 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente • Tarifa média ponderada: 0,535 EUR/m

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- -Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O GRUPO ADP

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

(5) Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, I.ª série;

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional “Campanha Poupe água hoje para ter amanhã”. Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às empresas do grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28/12/2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os ‘Prémios Verdes’ uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os ‘Prémios Verdes’ destinam-se a premiar as pessoas, empresas e organizações que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central “Engenho Humano & Energia”, fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de “Fazer a diferença na vida das pessoas”.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360° e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 M€ com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontra-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360° assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se

pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos eco-reagentes.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima no Peru tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento (Peru), procedeu-se à revisão de termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru.

Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais.
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa AqualnSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

2.3. A REGULAÇÃO

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspetiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

ADA – ATIVIDADE EM “ALTA”

A Águas do Algarve, S.A. é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “alta”.

As tarifas e os rendimentos tarifários em “alta” praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

As tarifas e os rendimentos tarifários aplicadas na faturação durante o ano de 2022 pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR, seguido de aprovação pela Tutela.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2022, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,18%.

O diploma constituinte da Águas do Algarve, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Águas do Algarve, S.A., tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Em 31 de dezembro de 2022 estavam registados nas contas cerca de 39,2 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes do histórico da atividade da Águas do Algarve, S.A..

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A atividade da Águas do Algarve, S.A. é regulada pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) em matéria de qualidade de serviço, sendo aferida anualmente através de um conjunto de indicadores, cujos resultados são publicados no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi disponibilizado pela ERSAR em fevereiro de 2022.

Os indicadores que compõem o sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, encontram-se distribuídos por três grupos:

1. Adequação da interface com os utilizadores;
2. Sustentabilidade da gestão do serviço;
3. Sustentabilidade ambiental.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Algarve, S.A. em: <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/avaliacao-da-qualidade-do-servico-prestado-aos-utilizadores>

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A Águas do Algarve, S.A. que presta um serviço público de abastecimento de água, está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e alterações introduzidas pelo Dec. Lei 152/2017, a Águas do Algarve, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a Águas do Algarve, S.A. implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em outubro de 2021, foi aprovado pela ERSAR o PCQA de 2022 da Águas do Algarve, S.A.. No âmbito deste PCQA, ao longo de 2022 foram efetuadas 8981 análises, tendo sido registados 5 incumprimentos dos valores paramétricos, o que evidencia um excelente desempenho da Empresa, com um resultado de 99.88% no indicador “Água segura”. O resultado foi superior à meta de 99% (objetivo de excelência) definido pela ERSAR, tal como descrito no Relatório Anual do sector (RASARP), publicado pela ERSAR. Ao longo de 2022 foi dada continuidade à implementação das orientações emitidas pela ERSAR.

Em setembro de 2022, foi divulgado o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021.

REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

Como referido anteriormente, a Águas do Algarve, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de regulação, podendo os utilizadores, caso tenham necessidade de pedir informações, ou efetuar reclamações recorrer ao sítio da internet: ERSAR - Reclamações, ou ao livro físico existente na Sede de Águas do Algarve, S.A, ao contacto via correio eletrónico (geral.ada@adp.pt) ou telefónico (289 899 070).

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços são analisados pela AdA e/ou pela entidade reguladora.

Durante o ano de 2022 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a melhoria significativa ao verificado nos últimos anos.

3 . O NEGÓCIO

3.1. INTRODUÇÃO

A Águas do Algarve S.A. é uma sociedade de direito privado de capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, S.A., participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº16 do anexo às demonstrações financeiras.

3.2. ÁGUA EM ALTA

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ALGARVE

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, utiliza origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, ajustando a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua, em função das características dos anos hidrológicos, disponibilidades hídricas registadas nas origens; e da capacidade de redundância e flexibilidade na gestão do SMAAA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

A albufeira da barragem de Odelouca, destinada exclusivamente ao abastecimento público de água, é uma das principais origens de água superficial do SMAAA, o qual recorre ainda às albufeiras do Aproveitamento Hidráulico de fins-múltiplos de Odeleite-Beliche e à água proveniente da albufeira da Bravura, também de fins-múltiplos, através de captação no Canal de Rega deste Aproveitamento Hidráulico.

As origens superficiais do SMAAA são complementadas com o recurso à captação de água subterrânea, através dos Sistemas de Captações Subterrâneas de Benaciate e de Vale da Vila, localizados no aquífero de Querença-Silves e do Sistema de Captações Subterrâneas de Almádena, localizado no aquífero de Almádena-Odiáxere.



VOLUMES CAPTADOS, PARA ASSEGURAR AS NECESSIDADES DO ABASTECIMENTO PÚBLICO AO ALGARVE, ATRAVÉS DO SMAASA

No quadro seguinte, são apresentados os volumes totais captados pelo SMAAA, por origem de água, para assegurar as necessidades do Abastecimento Público ao Algarve, no ano 2022.

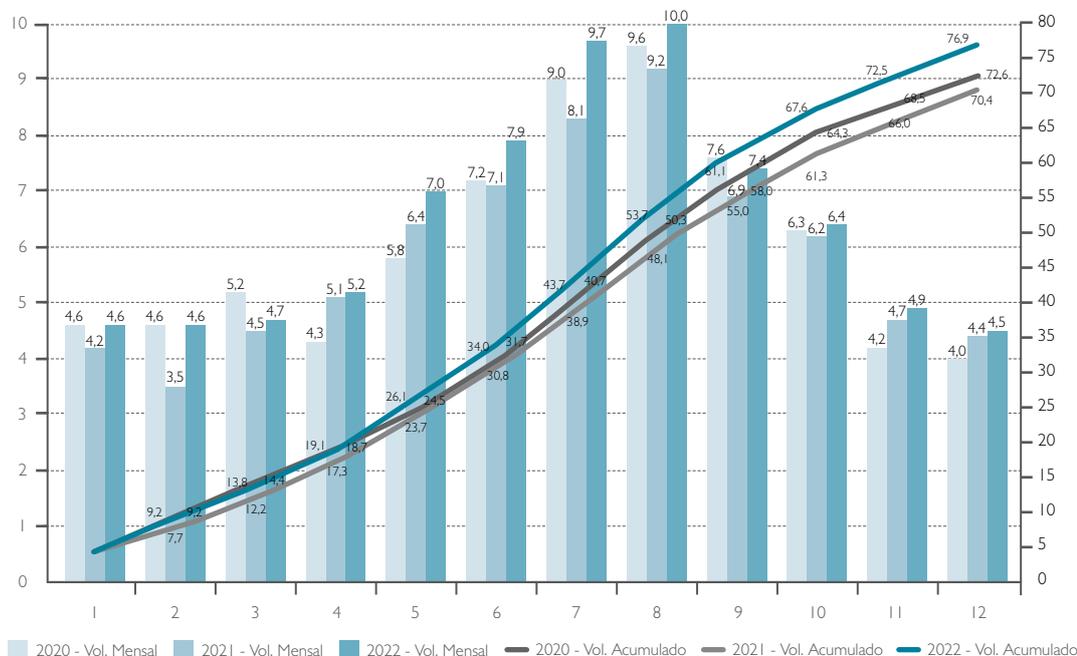
VOLUMES DE ÁGUA CAPTADOS NAS ORIGENS DE ÁGUA DO SMAASA PARA O ABASTECIMENTO PÚBLICO (M³)

	ORIGEM DE ÁGUA		JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022
Superficial	Albufeira da Bravura		1 393 572
	Albufeira do Funcho		4 304 200
	Empreendimento Hidráulico de Odeleite-Beliche		28 801 569
	Albufeira de Odelouca		32 256 100
			66 755 441
Subterrânea	Aquífero de Almádena/Odeáxere		956 237
	Aquífero de Querença/Silves		4 139 085
			5 095 322
Total do Abastecimento Público			71 850 763

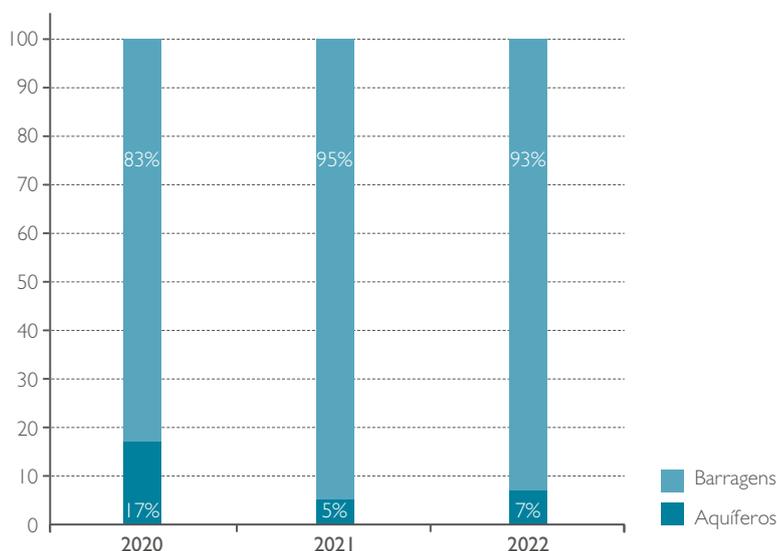
Face aos dados apresentados, pode verificar-se que, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022, foram captados nas diversas origens de água do SMAASA, cerca de 71,9 hm³ de água, com recurso a origens superficiais (66,8 hm³) e origens de água subterrâneas (5,1 hm³).

Nos gráficos seguintes apresentam-se os volumes captados no triénio 2010-2022, considerando o volume mensal, volume acumulado e a proporção por tipo de origem:

VOLUMES CAPTADOS (Hm³)



PROPORÇÃO DO VOLUME CAPTADO POR TIPO DE ORIGEM



SITUAÇÃO DAS ORIGENS DE ÁGUA SUPERFICIAIS DO SMAASA

Nos últimos anos hidrológicos registaram-se fracas afluências na generalidade das albufeiras que constituem origens de água do SMAAA, não tendo sido possível garantir as necessárias regularizações de volumes armazenados, para uma gestão plurianual, e acentuando-se o défice em termos de disponibilidade hídrica destas albufeiras ao longo dos anos. De facto, tem-se verificado a ausência de anos húmidos após 2000, e aumento de anos hidrológicos consecutivos com precipitação muito abaixo da média.

Neste contexto, a AdA tem vindo a aferir constantemente as suas estratégias de gestão das disponibilidades hídricas das origens afetadas ao SMAASA, e numa estratégia de gestão integrada e plurianual dos recursos hídricos, tem vindo a:

- utilizar origens de água quer superficiais, quer subterrâneas, com capacidade de redundância entre elas;
- ajustar a sua estratégia de captação, numa avaliação contínua e numa ótica plurianual;
- em função das características dos anos hidrológicos;
- disponibilidades hídricas registadas nas origens;
- das necessidades de consumo a satisfazer;
- maximizar a capacidade de redundância e flexibilidade de gestão do SMAASA (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição).

Face às Estratégias de Gestão de Origens de Água adotadas pela AdA ao longo dos últimos anos hidrológicos, foi possível fazer face aos episódios de seca registados na região.

Este esforço, ainda que com custos e investimento assinaláveis, tem vindo a conferir ao SMAAA uma maior resiliência, melhorando a resposta a eventuais situações de emergência e contingência, e num contexto de elevada eficiência hídrica.

No último ano hidrológico (2021/2022), a precipitação ocorrida durante o período húmido não permitiu à região do Algarve sair do estado de seca, tendo a situação se agravado ao longo tempo, e grande parte da região atingiu o estado de seca extrema;

A situação de escassez hídrica foi particularmente grave na região do Barlavento Algarvio, com principal foco na bacia da albufeira da Bravura, e nos municípios de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur.

Na Tabela seguinte são apresentados os volumes armazenados, entre 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, nas albufeiras que constituem origens de água superficial do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA).

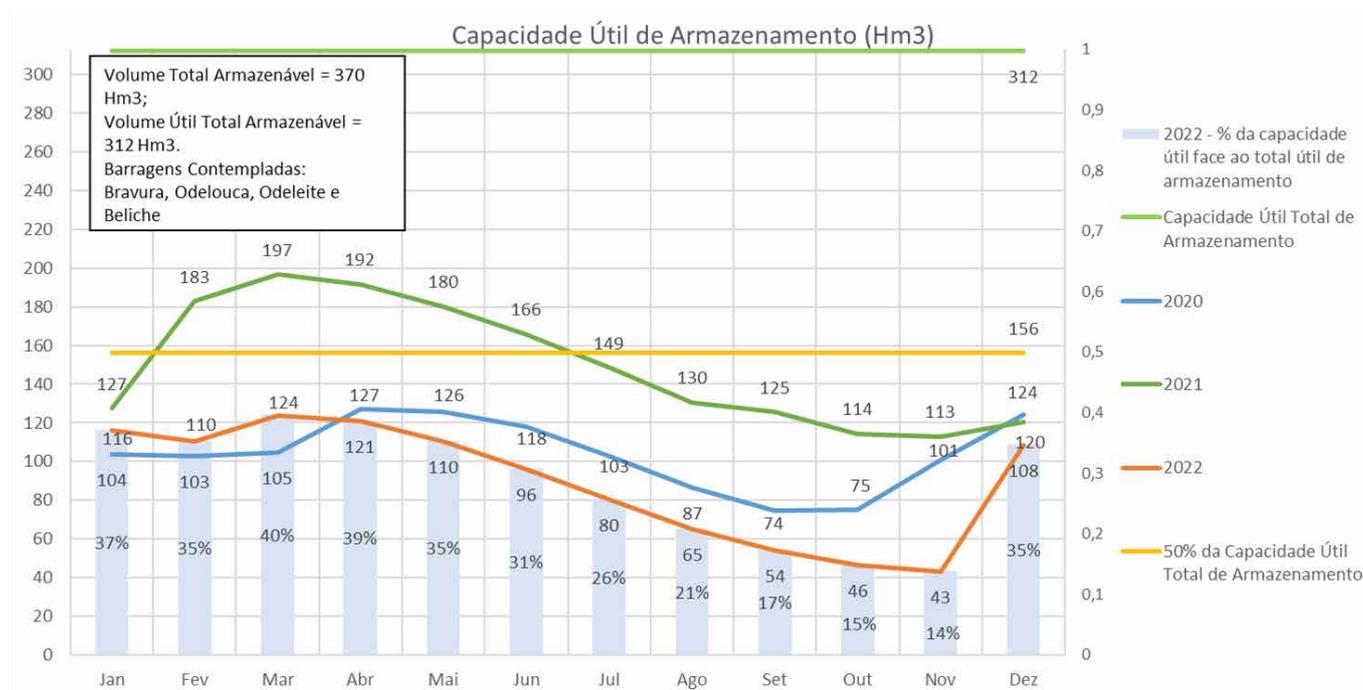
	BARRAGEM DE ODELOUCA				BARRAGEM DE ODELEITE				BARRAGEM DE BELICHE				BARRAGEM DE BRAVURA			
Capacidade Total de Armazenamento (hm ³)	157,14				130,00				48,00				34,82			
Capacidade Útil de Armazenamento (hm ³)	128,20				108,80				42,89				32,26			
Data	Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil		Volume Total		Volume Útil	
	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%	hm ³	%
31/12/2021	81,91	52,13%	52,97	41,32%	69,34	53,34%	48,14	44,24%	21,88	45,59%	16,77	39,11%	4,97	14,26%	2,40	7,44%
31/01/2022	79,24	50,43%	50,30	39,24%	68,18	52,45%	46,98	43,18%	21,47	44,73%	16,36	38,14%	5,01	14,38%	2,44	7,58%
28/02/2022	76,81	48,88%	47,87	37,34%	65,73	50,56%	44,53	40,92%	20,51	42,74%	15,40	35,92%	5,06	14,53%	2,49	7,73%
31/03/2022	75,58	48,10%	46,64	36,38%	76,45	58,81%	55,25	50,78%	24,58	51,21%	19,47	45,40%	5,19	14,89%	2,62	8,12%
30/04/2022	73,67	46,88%	44,73	34,89%	75,45	58,04%	54,25	49,86%	24,17	50,35%	19,06	44,43%	5,35	15,38%	2,79	8,65%
31/05/2022	69,72	44,37%	40,78	31,81%	70,63	54,33%	49,43	45,43%	22,33	46,52%	17,22	40,14%	5,05	14,50%	2,49	7,71%
30/06/2022	65,08	41,41%	36,14	28,19%	64,21	49,39%	43,01	39,53%	19,89	41,44%	14,78	34,46%	4,56	13,10%	2,00	6,18%
31/07/2022	59,75	38,02%	30,81	24,03%	57,05	43,89%	35,85	32,95%	17,49	36,44%	12,38	28,87%	3,95	11,35%	1,39	4,30%
31/08/2022	54,74	34,83%	25,80	20,12%	49,68	38,22%	28,48	26,18%	15,05	31,35%	9,94	23,17%	3,39	9,73%	0,82	2,55%
30/09/2022	51,54	32,80%	22,60	17,63%	44,38	34,14%	23,18	21,30%	13,02	27,11%	7,91	18,43%	3,14	9,03%	0,58	1,79%
31/10/2022	48,98	31,17%	20,04	15,63%	40,40	31,08%	19,20	17,65%	11,61	24,19%	6,50	15,16%	3,18	9,13%	0,61	1,90%
30/11/2022	48,75	31,02%	19,81	15,45%	38,12	29,32%	16,92	15,55%	10,87	22,65%	5,76	13,44%	3,20	9,18%	0,63	1,96%
31/12/2022	59,19	37,67%	30,25	23,59%	77,80	59,85%	56,60	52,03%	25,03	52,15%	19,92	46,45%	4,10	11,78%	1,54	4,76%

No que respeita à albufeira da barragem de Odelouca, (origem exclusiva para o abastecimento público), os caudais afluentes no presente período húmido, ainda não permitiram compensar os volumes captados mensalmente e as perdas e descargas de volumes reservados e ecológicos, pelo que continua a verificar-se uma diminuição significativa dos volumes de água armazenados. Em 31 de Dezembro de 2022 o volume total de água armazenada nesta albufeira era de cerca de 59 hm³ (a que corresponde um volume útil de cerca de 30 hm³), valor que ainda não permite assegurar uma reserva de água de cerca de um ano de consumo do abastecimento público, tendo em consideração os volumes médios captados nesta albufeira, assim como outros consumos (caudais reservados e ecológicos) e perdas por evaporação.

A albufeira da Bravura (fins-múltiplos) permanece em situação muito preocupante, dado que tem vindo a apresentar, nos últimos anos hidrológicos, valores de armazenamento de água muito baixos, face aos valores médios que a caracterizam, e o período húmido do último ano hidrológico não permitiu uma recuperação significativa destes volumes. A 31 de Dezembro de 2022, registou-se um volume total armazenado de cerca de 4 hm³ (que corresponde a um volume útil de 1,5 hm³). De salientar que a Águas do Algarve efetuou um grande esforço no sentido de minimizar os volumes captados para o abastecimento público, nesta origem no ano hidrológico de 2021-2022, e tendo suspenso a captação nesta origem desde dia 30 de Setembro de 2022.

No que respeita às albufeiras de fins-múltiplos de Odeleite e de Beliche, a 31 de Dezembro de 2022 apresentavam volumes totais de água armazenada de cerca de 78 hm³ e 25 hm³ respetivamente (a que corresponde um volume útil total, no conjunto das duas albufeiras, de cerca de 76 hm³).

No gráfico seguinte apresenta-se uma análise plurianual ao somatório das capacidades úteis das barragens acima mencionadas:



MEDIDAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DA SITUAÇÃO DE ESCASSEZ HÍDRICA, PELO SMAASA

A Águas do Algarve S.A. (AdA), tem demonstrado empenho e efetuado investimento significativo, quer na construção de novas infraestruturas, de soluções redundantes de origens de água, tratamento e adução; quer ao nível de projetos, planos, recursos, ferramentas e estratégias de gestão; para promover a melhoria na adaptação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve (SMAASA) aos fenómenos de escassez hídrica, característicos da região do Algarve.

Estas medidas, ainda que com custos e investimento assinaláveis, têm vindo a conferir ao SMAASA maior robustez e resiliência, melhorando a resposta a eventuais situações de emergência e contingência, e num contexto de elevada eficiência hídrica. De entre as medidas concluídas, ao longo dos últimos 15 anos, salientam-se as seguintes:

- a construção da Barragem de Odelouca;
- a construção de sistemas de captações subterrâneas, para uma gestão integrada de água superficial e subterrânea;
- a construção de 2 estações elevatórias reversíveis, para flexibilidade do SMAASA;
- a construção de reservatórios de armazenamento de água, para reforço da resiliência do sistema (entre outras medidas).

Como resultado, e apesar dos fortes condicionalismos e desafios que os anos de seca têm imposto à gestão do SMAASA, não se verificaram, nos últimos 15 anos, falhas no abastecimento público de água no Algarve, na área da Concessão deste Sistema.

No entanto, em cenários de longos períodos de escassez hídrica, como os que vivenciamos nos últimos anos na região do algarve, e que se prevê que sejam cada vez mais recorrentes (no contexto das alterações climáticas) e considerando ainda as necessidades de consumo dos demais utilizadores desta região, as soluções implementadas pela AdA para resiliência do SMAASA, as medidas implementadas terão que ser reforçadas, para garantia do abastecimento público de água ao Algarve.

No âmbito da seca registada em 2022, e das dificuldades verificadas na região do Barlavento Algarvio, verificou-se uma forte articulação entre Entidades para antecipação da situação e gestão do Cenário de Escassez Hídrica na Região: Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ARH do Algarve; Municípios e Entidades Gestoras em Baixa; Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR); Associações de Regantes; Entidades Privadas (Turismo); Saúde; ERSAR, entre outros.

Foi implementado um Plano Estratégico para a gestão da seca no Algarve, com a Identificação de usos e conflitos, a Definição de medidas e metas para os diversos sectores e entidades, e avaliação de medidas de entreaajuda.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS PELA ÁGUAS DO ALGARVE

IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA A GARANTIA DO ABASTECIMENTO PÚBLICO ATRAVÉS DO SMAAA:

- Ativação do *Plano de Contingência do SMAAA para a Escassez Hídrica*, para o Cenário de Bravura;
- Gestão criteriosa e otimizada do SMAAA, no sentido de *maximizar a capacidade de redundância e flexibilidade do Sistema* (em termos de redundância de origens, capacidade de produção de água, transferência de água tratada entre subsistemas e gestão da distribuição);
- *Rigorosa Monitorização dos volumes captados*, face às disponibilidades das origens e necessidades de consumo;
- Reforço da *Monitorização da Qualidade da Água*;
- *Articulação com as Entidades Gestoras em Baixa*, para otimização da gestão dos seus Sistemas e Pontos de Entrega Críticos;
- Instalação de *Sistema Temporário de Captação do Volume morto/não utilizável da albufeira da Bravura*;
- *Reabilitação/Integração no SMAAA de antigas Captações Públicas Estratégicas de água subterrânea*;
- Conclusão da Construção e Arranque de Exploração de Nova Reserva estratégica do Barlavento (aumento da flexibilidade do SMAAA);
- Construção de um *Sistema Temporário de Captação do Volume morto/não utilizável da albufeira de Odeleite*.

No âmbito da adaptação à escassez hídrica da Região do Algarve, um instrumento de extrema importância para a caracterização e definição de estratégias de gestão dos Recursos hídricos, é o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve.

- apresenta uma relevante caracterização da situação dos recursos hídricos na região, avaliação das disponibilidades hídricas e dos consumos sectoriais;
- define um conjunto importante de metodologias, indicadores e metas para a melhoria da eficiência hídrica, apresentado várias propostas/medidas a implementar nos diversos sectores e usos.

A Águas do Algarve está sempre empenhada em assumir o seu compromisso com a Região, na Adaptação à Escassez Hídrica e na Proteção e Gestão dos Recursos Hídricos, e em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e também do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) contribuiu para a identificação de um conjunto de soluções e medidas, de curto, médio e longo prazo.

Algumas destas medidas estão já em curso e destacam-se as seguintes:

CURTO PRAZO:

- Construção de *Solução de Reforço da Capacidade de Escoamento a Jusante do Ponto de Entrega de Chão das Donas*;

- **Conclusão das Captações Subterrâneas da AdA em Almádena-Odeáxere (RA1 e RA2);**
- Avaliação, Reabilitação e **Integração no SMAAA de outras Captações Públicas Estratégicas de água subterrânea** (fases 1 e 2);
- Projetos e Obras de Instalação de Soluções para a **utilização de Águas Para Reutilização (ApR)** em usos urbanos não potáveis, de forma a reduzir a captação de água e a pressão sobre as atuais origens;
- **Reforço de campanhas de sensibilização e comunicação**, sobre a necessidade de redução de consumos de água na região, utilização responsável da água e aumento da eficiência hídrica.

MÉDIO/LONGO PRAZO:

- Estudo e Projeto do **reforço da interligação dos subsistemas de abastecimento do barlavento e do sotavento**, e implementação de obra de otimização da transferência de água tratada no SMAAA;
- Estudos, Projeto e **Construção de uma Estação de Tratamento de Água por Dessalinização;**
- Estudos e Projeto Construção de uma solução para a **Captação de Água no Pomarão, na bacia do Guadiana;**
- Estudos para a avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras, atendendo às alterações previstas em contexto de alterações climáticas;
- Estudo e Projeto do reforço da interligação dos subsistemas de abastecimento do barlavento e do sotavento, e implementação de obra de otimização da transferência de água tratada no SMAASA.

A par das medidas a estudar para aumento da oferta de disponibilidade de água, é também de extrema relevância abordar outros aspetos da ADAPTAÇÃO à escassez hídrica e RESILIÊNCIA, nomeadamente do ponto de vista da procura, e através do aumento da eficiência hídrica e da redução de perdas e consumos.

Neste sentido, a melhoria na articulação com as entidades gestoras em baixa e outros stakeholders é um ponto essencial, quer em termos de sensibilização, comunicação e partilha de informação e colaboração técnica, quer na identificação de aspetos críticos comuns e eventual definição de soluções conjuntas e articuladas.

Outro aspeto essencial diz respeito à melhoria dos instrumentos e processos de monitorização e controlo e aposta em modelos previsionais e de apoio à decisão.

O total de água faturada aos utilizadores do Sistema de Abastecimento de Água em Alta, em 2022, foi de 71 544 515 m³, representando um caudal médio diário de 196 012 m³, sendo superior em 0,68 % em relação ao caudal médio diário de 2021.

O volume de água não faturada foi de 306 248 m³, representando 0,43% do total de água captada para tratamento. As perdas reais foram estimadas em 104 761 m³, ou seja, 0,15% da água captada.

O volume total de água tratada no ano de 2022 foi de 70 656 281 m³ e representou um decréscimo de 1,4% face ao ano anterior.

No ano de 2022 procedeu-se à otimização da etapa de Flotação na ETA de Alcantarilha, verificando-se a significativa redução no consumo de reagentes.

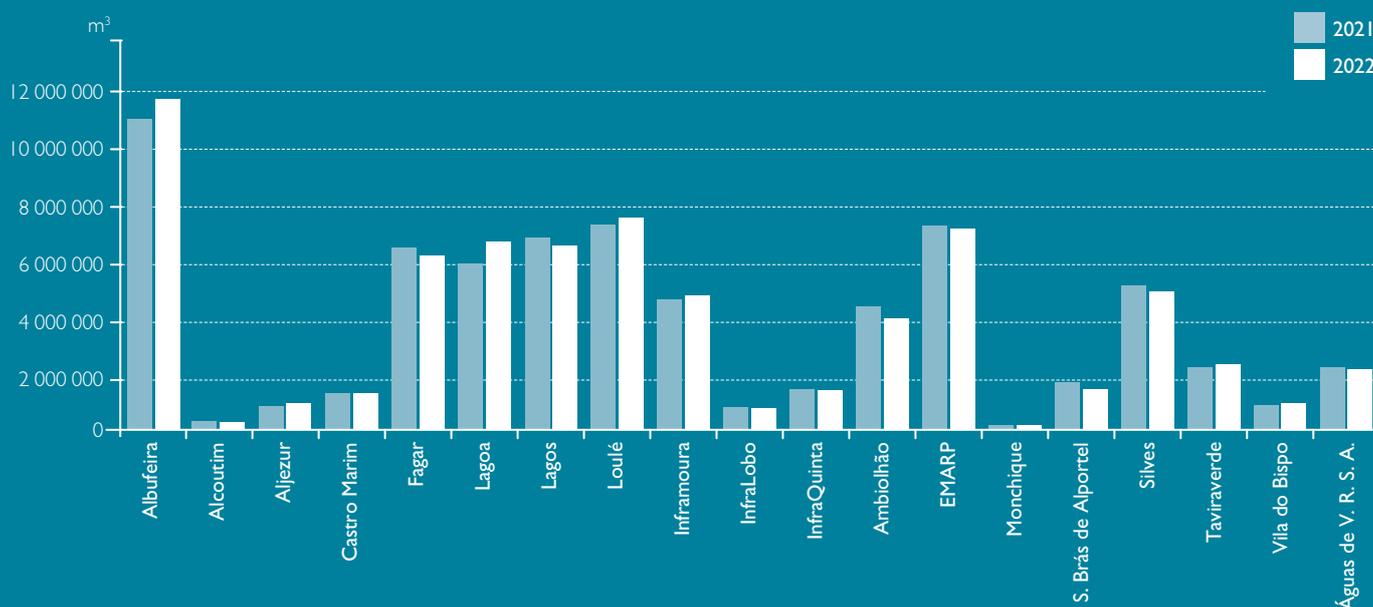
Através da Interligação Reversível, foram transferidos 2 522 106 m³ de água, no sentido Poente – Nascente 472 688 m³ e 2 049 418 m³ no sentido Nascente – Poente, representando um decréscimo global de volumes transferidos de 16 % face ao ano anterior.

Foi ativado o Plano de Contingência do Sistema de Abastecimento de Água em Alta, em 28 de abril de 2022, nomeadamente o Cenário I, com limitação de utilização da ETA de Fontainhas, atendendo à manutenção do estado de escassez hídrica a Barlavento no Algarve, tendo uma das medidas implementadas sido a captação de água no furo municipal LF2, com início a 5 de setembro de 2022, com um volume fornecido diretamente para a adução após desinfeção, de 147 395 m³.

Na sequência da ativação do Plano de Contingência, aumentou significativamente o volume de água captado no furo JK8 no total de 808 842 m³ de água fornecida diretamente para adução após desinfeção.

O Gráfico seguinte apresenta a evolução global dos volumes de água faturada aos Utilizadores Municipais no ano de 2022 face ao ano 2021.

EVOLUÇÃO ANUAL DO VOLUME DE ÁGUA FORNECIDA AOS UTILIZADORES MUNICIPAIS NOS ANOS 2022 E 2021 (m³)



Mantém-se a forte sazonalidade no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, com um fator de ponta em 2022, de 1,63 registado no mês de agosto. Em 2021 o fator de ponta tinha sido de 1,30, também no mesmo mês.

O Gráfico seguinte apresenta a distribuição dos volumes de água faturados por Utilizador Municipal verificados no ano 2022.

DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FATURADA EM PORCENTAGEM POR UTILIZADORES

(2022)



Albufeira 16,21%	Loulé 10,45%	S. Brás de Alportel 2,18%
Alcoutim 0,36%	Inframoura 6,61%	Silves 6,78%
Aljezur 1,41%	InfraLobo 1,26%	Taviraverde 3,42%
Castro Marim 1,93%	InfraQuinta 2,19%	Vila do Bispo 1,45%
Fagar 8,71%	Ambiolhão 5,59%	Águas de V. R. S. A. 3,31%
Lagoa 9,14%	EMARP 9,90%	
Lagos 8,95%	Monchique 0,14%	

O Município com maior percentagem de água faturada foi o de Loulé, incluindo as Empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando cerca de 20,5% da água faturada no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta.

O Utilizador Municipal com maior volume faturado foi Albufeira, representando 16,21% da água fornecida no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta. O Utilizador Municipal com menor volume de água faturada foi Monchique, representando apenas 0,14% da água fornecida.

No mês de abril de 2022 entrou em serviço o Ponto de Entrega de Monchique.

Foi também colocado em serviço em março, a Nova Reserva do Barlavento, com uma capacidade de 10 000 m³.

No ano de 2022 a operacionalidade do Sistema I de Abastecimento de Água em Alta, não registou ocorrências que exigissem a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores Municipais com consequências para o abastecimento público de água, exceto numa rotura no ramal para o PE de Murtais em 26/09/2022, que teve um tempo de reparação de 13h, tendo sido articulado com a entidade gestora em Baixa por forma a não impactar no abastecimento público de água.

QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PARA CONSUMO HUMANO

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água em Alta, no ano 2022, pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 99.98%, uma vez que das 8981 análises efetuadas no âmbito do PCQA - Programa de Controlo da Qualidade da Água – apenas 5 incumpriram com os limites da qualidade da água (valores paramétricos) fornecida, em alta, ao Algarve.

PRODUÇÃO E DESTINO FINAL DE LAMAS DO TRATAMENTO DE ÁGUA

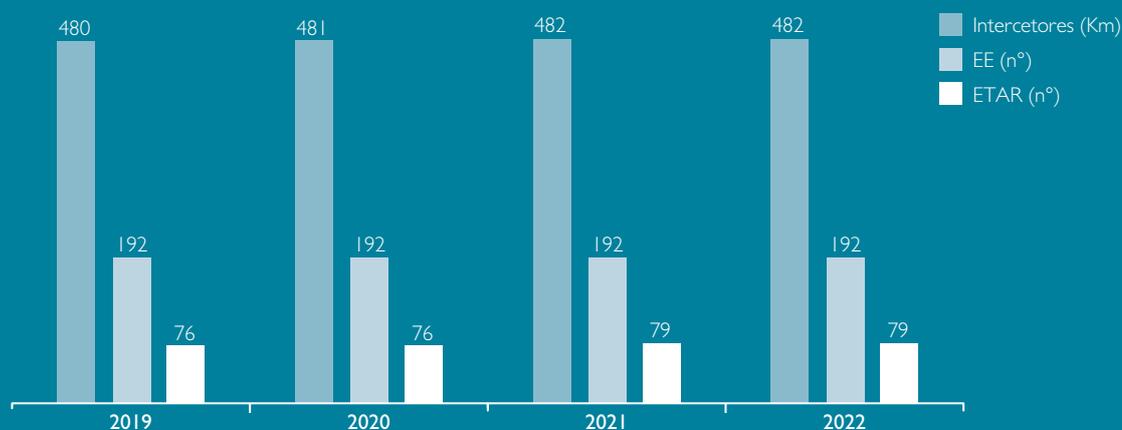
Nas Estações de Tratamento de Água (ETA) do Sistema de Abastecimento de Água em Alta em 2022 foram produzidas 6 148,6 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 5 571,4 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, um decréscimo de 19% na produção de lamas e um decréscimo de 39% nas lamas encaminhadas para valorização.

3.3. SANEAMENTO EM ALTA

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO ALGARVE PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS INSTALAÇÕES

Em 2022, mantêm-se o número de ETAR e EE exploradas em 2021 e o mesmo comprimento dos interceptores, ou seja, foram exploradas 79 ETAR, 192 EE e 482 km de interceptores.

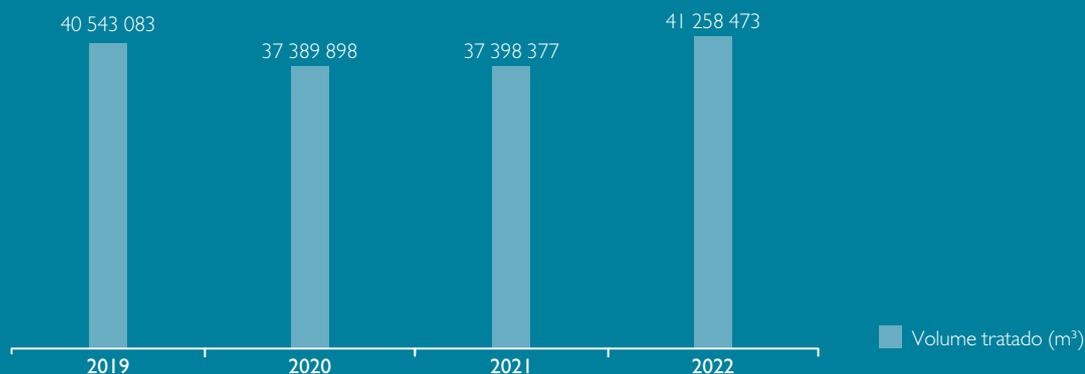
INFRAESTRUTURAS
(2019-2022)



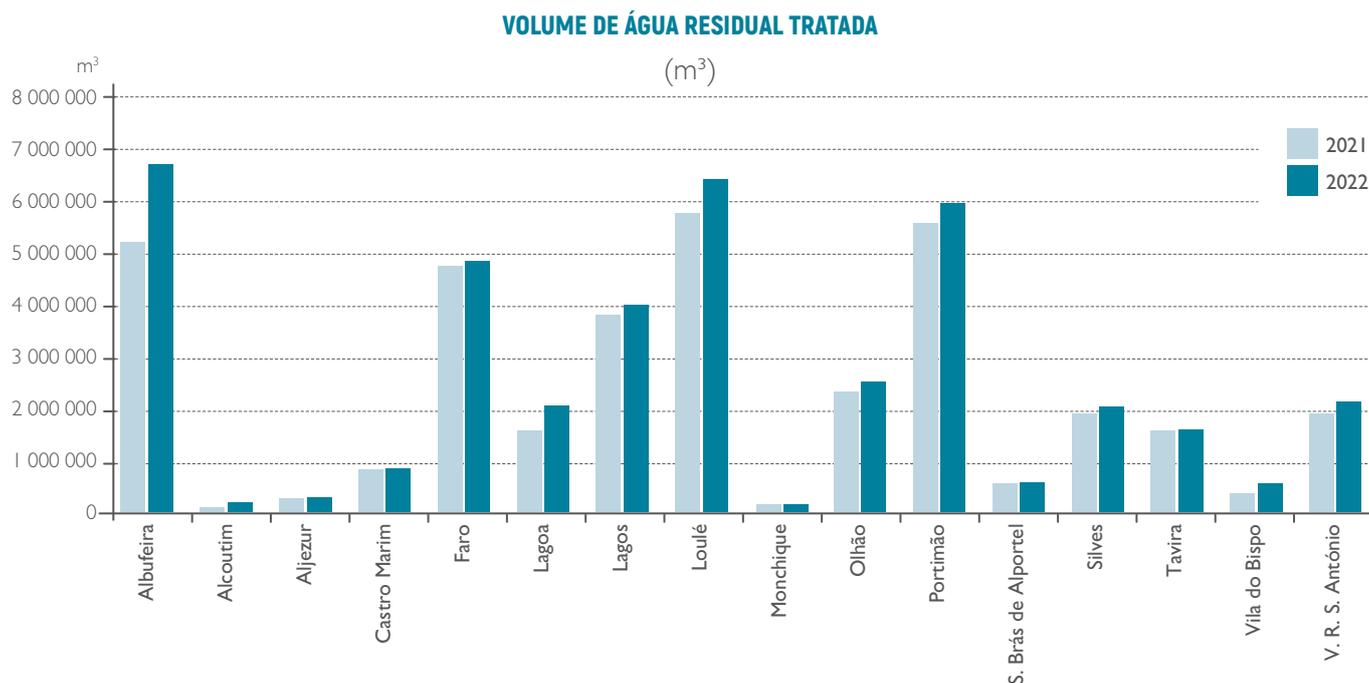
VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA

Em 2022, o volume de água residual tratada foi de 41 258 473 m³, o que representa um aumento de 10% face ao ano anterior. Na figura seguinte estão representados os volumes anuais (m³), de 2019 a 2022.

VOLUME TRATADO
(2019-2022)



A distribuição para 2021 e para 2022, por Município, é a que se apresenta de seguida:



Apresenta-se, na figura seguinte, a proporção de cada Município no volume de água residual tratada em 2022 (%).

ÁGUA RESIDUAL FATURADA

(m³)



- Albufeira 16,37%
- Alcoutim 0,43%
- Aljezur 0,80%
- Castro Marim 2,13%
- Faro 11,74%
- Lagoa 4,95%
- Lagos 9,82%
- Loulé 15,60%
- Monchique 0,52%
- Olhão 6,15%
- Portimão 14,39%
- S. Brás de Alportel 1,51%
- Silves 4,98%
- Tavira 3,99%
- Vila do Bispo 1,36%
- Águas de VRSA 5,27%

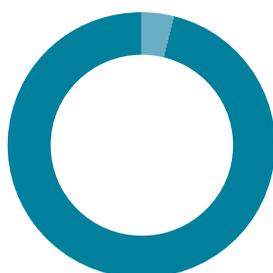
DADOS DE EXPLORAÇÃO

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA COM DESINFEÇÃO MICROBIOLÓGICA

No que respeita à desinfeção microbiológica, 96% do volume de efluente foi tratado em ETARs com sistema de desinfeção por radiação Ultra Violeta, sistema de cloragem associado e/ou em lagoas de maturação.

VOLUME DE ÁGUA RESIDUAL TRATADA COM DESINFEÇÃO MICROBIOLÓGICA

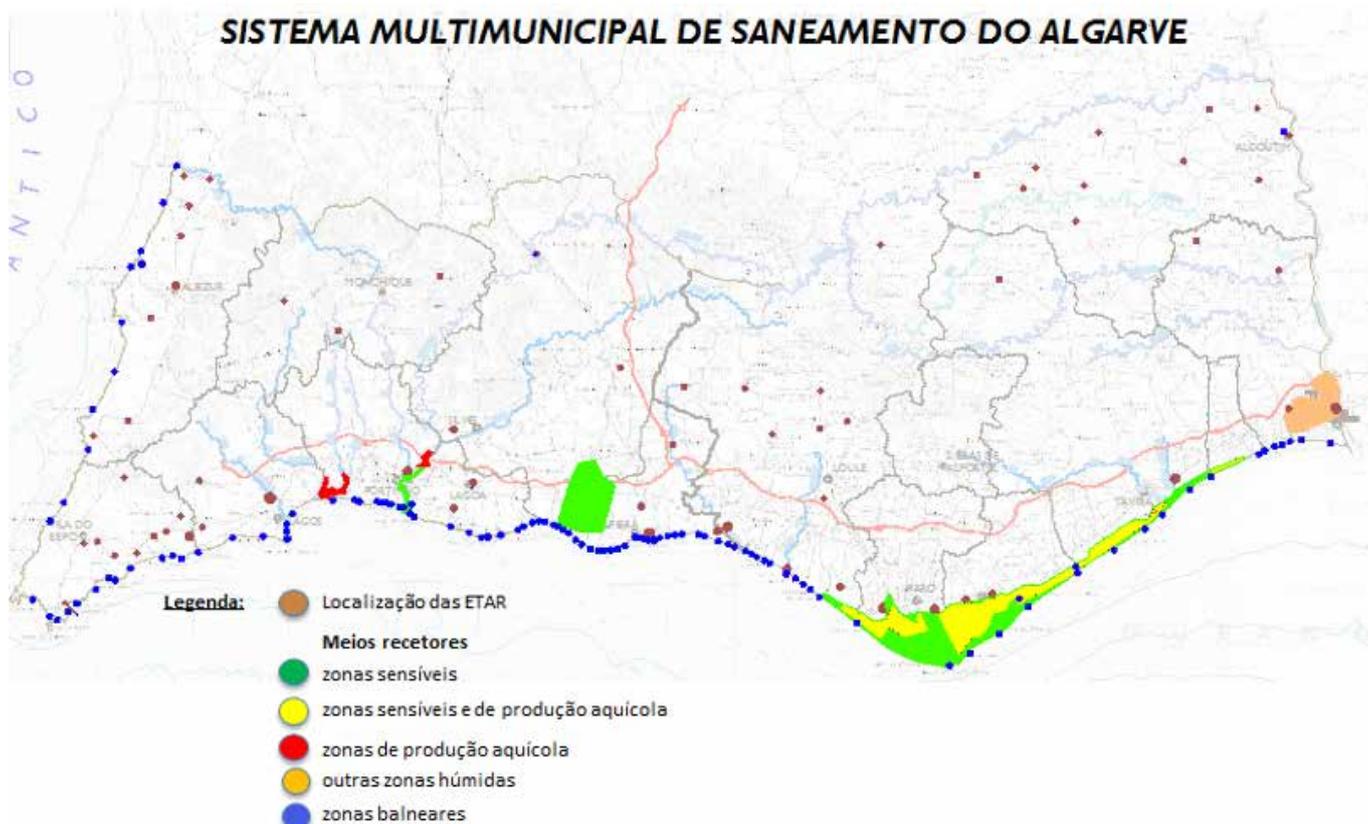
(%)



- Sem desinfeção 4%
- Com desinfeção 96%

LOCALIZAÇÃO DAS ETAR E DOS MEIOS RECETORES

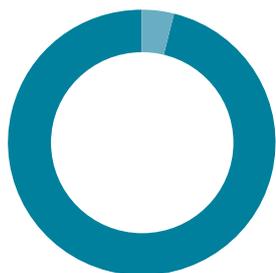
A localização das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis em zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.



No que se refere à capacidade de tratamento instalada no SSAR, 96% dessa capacidade localiza-se junto a zonas sensíveis, balneares ou com produção aquícola.

CAPACIDADE INSTALADA (M³/DIA)

(%)



- Zonas balneares e sensíveis 96%
- Outros locais 4%

CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DE DESCARGA

Em 2022 efetuaram-se 11 635 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores, no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O cumprimento dos parâmetros de descarga é apresentado na figura seguinte (2014-2022).

CUMPRIMENTO DOS PARÂMETROS DE DESCARGA



Verifica-se o aumento do desempenho do indicador em 2022, comparativamente com 2021.

SISTEMAS DE DESODORIZAÇÃO NO SMSA

Nas figuras seguintes apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante equivalente) e EE com sistemas de desodorização.

SISTEMA DE DESODORIZAÇÃO EM ETAR - CAPACIDADE INSTALADA



Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 76% das ETAR têm sistemas de desodorização.

SISTEMA DE DESODORIZAÇÃO EE



Relativamente às Estações Elevatórias, 71 têm sistemas de desodorização (37% do total).

LAMAS

Em 2022 foram geradas e transportadas para destino final adequado 44 384 toneladas de lamas, representando um aumento de 6%, quando comparado com o valor de 2021 (41 755 toneladas).



As lamas têm como destino final preferencial as operações de valorização de resíduos R12 e R13.

PRODUÇÃO DE BIOGÁS

A única instalação onde é feito o aproveitamento energético do biogás é a ETAR de Lagos. O volume de biogás e a energia produzida foram os seguintes:

- Volume de biogás produzido: 1 16 573 m³;

Não houve lugar à produção de energia, dado que o sistema de cogeração esteve fora de serviço, devido a avaria no sistema, e pelo facto de a ETAR de Lagos ir entrar em fase de obra.

3.4. OUTROS NEGÓCIOS

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares, da prestação de serviços de análises do laboratório, da venda de Lixiviados e limpa-fossas e da renda de cabodutos.

4 . SUSTENTABILIDADE

4.1. GESTÃO DO RISCO

A Águas do Algarve, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a Águas do Algarve, S.A. se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível a seguir.

AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

ATIVIDADES DE CONTROLO

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.



MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022 a Águas do Algarve, S.A. continuou o mapeamento dos processos relativos à Fase I do Projeto de Implementação do SCI. Foi ainda iniciada em 2022 a Fase 2 do projeto com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No final de 2022 foi realizada a reunião de arranque da Fase 2 na Águas do Algarve, S.A. que incluiu a definição do cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas empresas piloto e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

A Águas do Algarve, S.A. procedeu à adaptação do Manual base de Controlo Interno do Grupo AdP, com a incorporação das MRC já elaboradas e das métricas aprovadas, tendo a sua aprovação pelo Conselho de Administração ocorrido em 25 de novembro de 2022.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, em 2023 será efetuado um primeiro exercício de verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, não vinculativo, que permitirá, no entanto, à empresa obter uma sensibilidade preliminar para o cumprimento das mesmas, bem como do funcionamento das componentes contempladas no sistema de controlo interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Águas do Algarve, S.A. sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

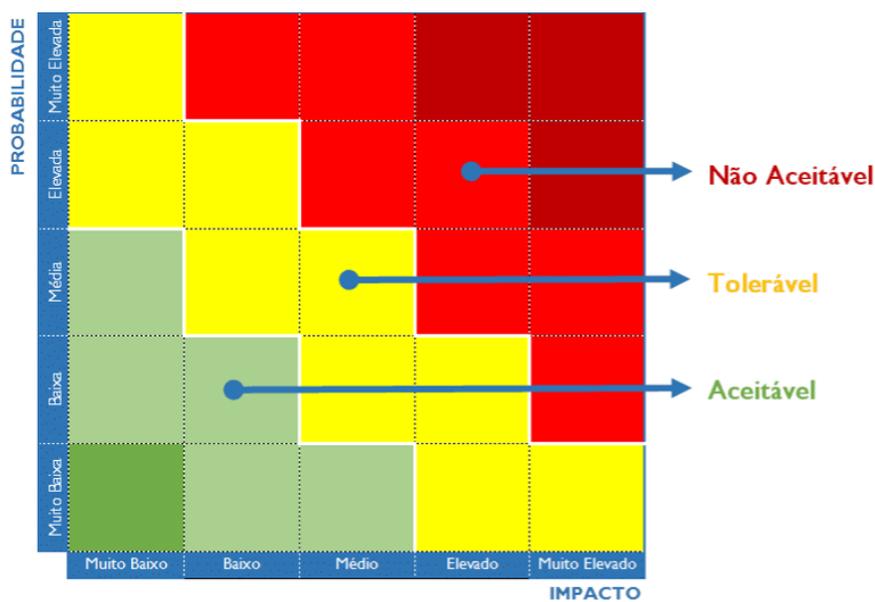
A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas dos Algarve, S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas dos Algarve, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na empresa. No final de 2022 foi iniciado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021. Esta análise permitirá verificar o estado de implementação das medidas preconizadas.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Águas do Algarve, S.A. se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2021:

- **R.2.1.3 – Eventos climáticos extremos**
Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de eventos climáticos extremos: frentes frias, incêndios, inundações, ondas de calor, seca extrema, tempestades e tornados, etc.
- **R.2.3.5– Falha das medidas de ciber segurança**
Infraestruturas e/ou medidas de segurança cibernética na organização ultrapassadas ou obsoletas, devido a cibercrimes cada vez mais sofisticados e frequentes, resultando em perturbações económicas e perdas financeiras para a organização.
- **R.2.3.6– Segurança da informação**
Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação.

- **R.3.4.2 - Capacidade técnica e humana**

Risco de não atingimento dos objetivos definidos para a organização, decorrente da dificuldade na manutenção e gestão dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados e suficientes para a operação do negócio.

- **R.3.4.5 - Infiltrações de saneamento em alta**

Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento “em alta”, diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, por avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas.

4.2. ATIVIDADE OPERACIONAL

4.2.1. LABORATÓRIO

A atividade, e complexidade, do trabalho do Laboratório tem vindo a crescer de forma sistemática ao longo dos últimos anos. Registou-se durante o ano de 2022 um aumento do volume de colheitas e análises de cerca de 20%, relativamente a 2021, assegurando-se desta forma a monitorização da qualidade da água no SMAAA, e respetivas origens, e no SMSA e correspondentes meios recetores, como detalhado a seguir.

CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E RESPETIVAS ORIGENS

O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da Organização Mundial de Saúde, as especificações do Regulador ERSAR e do Plano de Segurança da Água (PSA/ ISO 22000), e ainda da Certificação do produto “Água para consumo humano”, segundo a Recomendação nº02/2011, da ERSAR.

A monitorização da qualidade da água para consumo humano, da empresa Águas do Algarve, abrange o controlo legal e operacional e incide sobre as etapas de tratamento das 4 ETA e todos os pontos do sistema de adução, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA).

De acordo com o definido nos Contratos de Concessão, para utilização dos recursos hídricos, e nas licenças de captação de águas subterrâneas e superficiais (no âmbito da Diretiva Quadro da Água), é também responsabilidade da AdA a monitorização da qualidade das águas de origem nas albufeiras de Odelouca, Sistema de Odeleite / Beliche e nos sistemas de captação de águas subterrâneas de Vale da Vila e Benaciate.

No âmbito da Gestão da Situação de Escassez Hídrica, que se fez sentir durante o ano de 2022, no Algarve, e de forma a acompanhar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), manteve-se a monitorização da qualidade das águas de origem subterrânea no furo JK8 (Lagos), tendo-se iniciado a monitorização no furo LF2 (Portelas). Ainda neste âmbito, e no que respeita às águas de origem, foi dado início à avaliação da qualidade da água no rio Guadiana (localidade do Pomarão), de forma sistemática, tendo-se igualmente dado início à monitorização da qualidade da água nas albufeiras da Bravura e do Funcho, por terem sido origens do SMAAA, em 2022.

O controlo analítico necessário para garantir a qualidade da água captada, produzida e distribuída, pela AdA é efetuado pelo Laboratório, que garante a realização de todas as colheitas e análises incluídas nos diversos planos. Para a monitorização da qualidade da água do SMAAA e das respetivas origens, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem com cerca de 300 pontos de colheita, tendo processado, em 2022, um total de cerca de 110.900 análises nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), em águas superficiais, subterrâneas e para consumo humano. Das análises realizadas no SMAAA, e respetivas origens, apenas 14% foram contratadas a laboratórios externos.

É ainda de salientar o arranque do flotador, um novo órgão de tratamento na ETA de Alcantariha, em outubro de 2020, originou um acréscimo significativo no número de colheitas e análises solicitadas ao Laboratório, durante o ano de 2022, em particular análises não planeadas e com necessidade de resultados imediatos. A nova etapa de tratamento teve assim um impacto muito significativo no trabalho de rotina do Laboratório.

CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUAS RESIDUAIS

O controlo da qualidade das águas residuais do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA) é efetuado de forma a garantir o cumprimento dos valores exigidos nas Licenças de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) da AdA, e respetivos meios recetores.

A monitorização da qualidade das águas residuais incide sobre o controlo legal e operacional das ETAR que constituem o SMSA. Após a alteração do regime de exploração do Sistema de Saneamento (em Abril de 2020), o Laboratório da AdA continuou, em 2022, responsável pelas colheitas e análises de âmbito legal das ETAR das 2 zonas do SMSA e também dos planos de controlo operacional da ETAR de Faro-Olhão, em exploração direta da AdA.

Para monitorização da qualidade das águas residuais, e meios recetores, o Laboratório da AdA utilizou uma rede de amostragem de cerca de 250 pontos de colheita, situados em ETARs, (88%) e meios hídricos recetores (cerca de 12%) do SMSA.

O controlo da qualidade da água do Sistema, ao longo de 2022, implicou a realização de cerca de 20.500 análises, nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), das quais cerca de 10% foram contratadas a laboratórios externos.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR – VENDA DE ANÁLISES PARA CLIENTES EXTERNOS

O Laboratório da AdA encontra-se, desde 2012, habilitado para o exercício da atividade complementar de “realização de análises laboratoriais para clientes externos” na sequência de uma autorização do Concedente e ERSAR.

Ao abrigo desta autorização, o Laboratório da AdA tem vindo a prestar serviços de análises para clientes externos, nomeadamente para a Empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A (AgdA), do Grupo AdP.

Com esta atividade o Lab gera anualmente proveitos conforme descrito no ponto “34- Saldos e transações com partes relacionadas” do presente Relatório.

QUALIDADE DA ÁGUA – REDES INTERNAS ADA

É também responsabilidade do Laboratório a monitorização da qualidade da água consumida internamente nas diversas instalações da AdA (água para consumo humano), através de uma rede que incluiu 82 pontos de colheita e no âmbito da qual se realizaram cerca de 2.800 análises, ao longo do ano 2022.

MÉTODOS IMPLEMENTADOS NO LABORATÓRIO DA ADA

Com o objetivo de garantir a monitorização e controlo da qualidade da água, o Laboratório da AdA tem atualmente implementados cerca de 490 ensaios/determinações analíticas, que executa regularmente na análise dos diversos tipos de águas e subprodutos de tratamento.

ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO - NORMA NP EN ISO/IEC 17025

De modo a satisfazer as exigências regulamentares, e legais, aplicáveis ao setor Águas, o Laboratório da AdA encontra-se acreditado pelo IPAC, desde 2006, pela norma NP EN ISO/IEC 17025, com o certificado IPAC nº L0400.

O Laboratório da AdA mantém um total de cerca de 280 ensaios/determinações analíticas acreditadas - nas áreas técnicas de físico-química, microbiologia e biologia - para os produtos águas naturais, águas de consumo, águas residuais, balneares e piscinas. Adicionalmente, mantém a acreditação de colheita de amostras para os diversos parâmetros analisados nas águas para consumo humano e naturais (superficiais e subterrâneas).

Tal como em anos anteriores, e de forma a garantir uma resposta contínua às exigências de controlo de qualidade da água, o Laboratório tem vindo a adequar a acreditação de parâmetros às normas e Legislação em vigor, e aos pedidos dos diversos clientes, tendo por base as novas exigências de monitorização de qualidade das águas, bem como a alteração da matriz e da qualidade das águas de origem.

CONTROLO DE QUALIDADE EXTERNO DO LABORATÓRIO

O Laboratório participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo de análises. Este tipo de ensaios permite comparar os desempenhos entre Laboratórios, a nível mundial, e assim garantir, e evidenciar, a qualidade técnica das análises efetuadas no Laboratório. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), os resultados destas participações permitem também validar as metodologias dos ensaios acreditados, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA manteve, durante o ano de 2022, um desempenho muito bom nas várias participações em EILs.

COLABORAÇÕES, PROTOCOLOS E PROJETOS

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 / Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a coordenação da referida Equipa (ESA). Participa ainda no projeto de Certificação do Produto “Água para consumo humano”, de acordo com a Recomendação ERSAR 02/2011.

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados, com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho. Em 2022 o Laboratório da AdA passou a integrar a Comissão Técnica CT72 - Qualidade

da Água, coordenada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na sua qualidade de Organismo de Normalização Setorial (ONS/DGA), em coordenação com o Instituto Português para a Qualidade (IPQ) enquanto Organismo Nacional de Normalização. O trabalho desta Comissão tem como âmbito a normalização da qualidade da água, incluindo a definição de termos, amostragem de águas, medição e reporte de características da água. A nível internacional a CT72 acompanha os trabalhos do Comité Técnico CEN/TC 230 "Water Analysis" do Comité Europeu de Normalização e do Comité Técnico ISO/TC 147 "Water quality" da Organização Internacional de Normalização.

À semelhança do efetuado em anos anteriores, manteve-se durante o ano de 2022 uma estreita colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades e Escolas, através da qual foram executados estágios curriculares de licenciatura e mestrado, e planeados estágios para 2023.

O Laboratório participou ainda em projetos de I&D da AdA identificados no ponto B.4.6 deste Relatório.

4.2.2. MANUTENÇÃO

4.2.2.1. MANUTENÇÃO NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2022 os Serviços de Manutenção da área água, afeto à Direção de Gestão de Ativos, deram continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da Empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e HACCP no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

A Prestação de Serviços de Manutenção é efetuada em regime de Outsourcing.

No ano de 2022 continuou a vigorar o Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa BE WATER, S.A., que teve início a 1 de outubro de 2020, com uma duração total de 3 anos.

Com o fim das restrições impostas pela Pandemia do Covid-19, em 2022 os trabalhos de manutenção voltaram ao regime normal, com a retoma da totalidade do Plano Preventivo e com a execução dos demais trabalhos corretivos que, entretanto, surgiram.

No ano de 2022 realizaram-se 16.110 intervenções de manutenção, abrangendo 4 ETAs, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, 18 furos de captação e 425km de adutores, com um total de 13.821 equipamentos ativos.

A área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu em 2022 um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 95%, acima dos 91% conseguidos em 2021, onde ainda vigoravam algumas restrições da Pandemia.

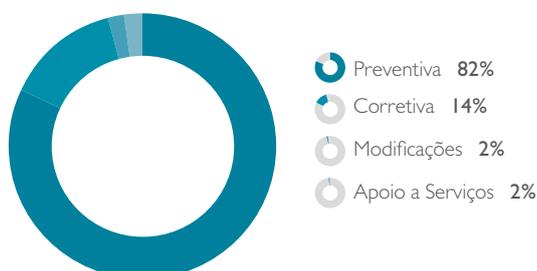
De salientar o esforço efetuado, mesmo com as restrições da pandemia, no sentido de manter toda a instrumentação analítica (321 equipamentos) em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6.501 intervenções Preventivas e 221 intervenções Corretivas, que originaram 19.575 ensaios comparativos com Equipamento Padrão.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

Mão-de-Obra (Horas x Homem – HH's) utilizada, distribuída por "Tipo de Trabalho"

HH's POR TIPO DE TRABALHO

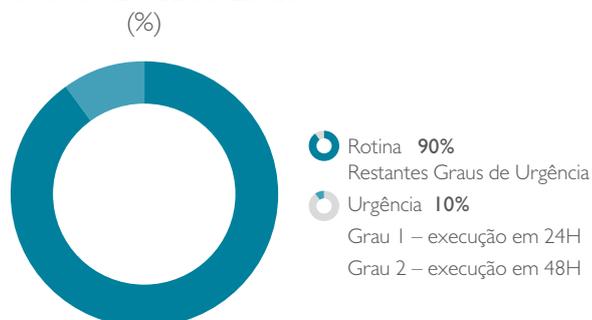
(%)



TIPO DE TRABALHO	HH'S
Preventiva	72 756
Corretiva	12 149
Modificações	2 134
Apoio a serviços	1 998
Total	89 037

N.º de Ordens de Trabalho (OT's), distribuída por "Grau de Urgência"

O.Ts. POR GRAU DE URGÊNCIA



TIPO DE TRABALHO	OT'S
Rotina	14 504
Urgência	1 606
Total	16 110

Cumprimento do Plano Preventivo

TIPO DE TRABALHO	OT'S
N.º Intervenções Previstas	13 083
N.º Intervenções Realizadas	12 452
% de Execução	95%

Relativamente aos anos anterior, continuou-se a verificar uma estabilização dos valores percentuais da mão-de-obra utilizada em manutenção preventiva e corretiva (82% em preventiva e 14% em corretiva) embora com uma redução, em relação a 2021, de 2% na mão-de-obra utilizada em preventiva e um aumento, também de 2%, em mão-de-obra utilizada em manutenção corretiva. Tal é justificado pelo fato de as revisões preventivas não terem necessitado de intervenções muito profundas e de termos tido algumas intervenções corretivas, resultado particularmente de avarias por desgaste e fim de vida que, pela sua complexidade, ocuparam muita mão-de-obra.

Como já referido anteriormente, em 2021, na área de negócio água, conseguiu-se um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 95%, o que representa uma melhoria de 4% em relação a 2021 (91%).

O número de intervenções urgentes (com prazo de reparação imediato ou até 48 horas) sofreu um aumento não significativo de 1% em relação ao ano anterior, fixando-se agora em 10%.

Atendendo à idade das infraestruturas, na maioria com mais de 20 anos, é espectável que comecem a surgir necessidades de substituição de equipamentos, quer por avaria quer por perda de rendimento, com muitos equipamentos a entrarem claramente em fim de vida. Daí algum aumento verificado no n.º de intervenções corretivas e urgentes.

Nesse sentido, estando atentos a esta situação, os serviços de manutenção em conjunto com os outros serviços integrados na Direção de Gestão de Ativos têm vindo a identificar essas necessidades e a implementar a atempada substituição de equipamentos em fim de vida, prevendo em orçamento esses investimentos e a sua calendarização.



Exemplo de uma reparação de rotura em conduta – fuga no ramal que abastece as ilhas da Armona e Culatra.

Reparação de fuga em conduta de PEAD DN250 PN16/transição para FFD, junto a linha de caminho de ferro e em zona afetada pelos níveis freáticos, no parque natural da Ria Formosa. Houve a necessidade de colocação de estacas para segurança da infraestrutura do caminho de ferro e para trabalho em segurança.



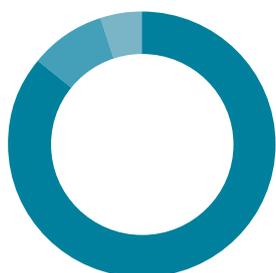
4.2.2.2. MANUTENÇÃO NO SANEAMENTO

Manutenção Saneamento

No âmbito de todas as instalações de saneamento que integram o SSAR, no ano de 2022, apresenta-se nos diagramas seguintes a informação mais relevante, no que se refere à atividade de manutenção:

INTERVENÇÕES EFETUADAS

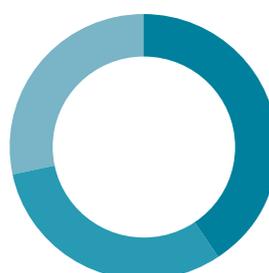
(%)



- Preventiva 86%
- Corretiva 9%
- Outros 5%

INTERVENÇÕES EFETUADAS

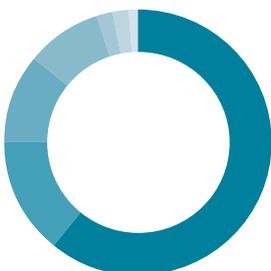
(€)



- Preventiva 728 067 €
- Corretiva 959 534 €
- Outros 661 421 €

TIPO DE INTERVENÇÃO

(%)



- Preventiva Revisão 61%
- Preventiva Inspeção 14%
- Preventiva Condicionada/Compl. 11%
- Corretiva 9%
- Modificações/Alterações 2%
- Obra Nova 2%

- Apoio a Serviços 1%
- Pedido de Orçamento 0%
- Reintervenção Correctiva 0%
- Recuperação Sobresselente 0%
- Reparação Provisória 0%

Agrupamento por Tipo de Equipamentos instalados nos Subsistemas de Saneamento da AdA:

TIPO DE EQUIPAMENTOS	N.º ETAR
Ferramentas Eléctricas e Máquinas-Ferramenta	41
Grupos Geradores	173
Redes Água, AR, etc.	486
Grades Mecânicas	513
Equipamentos Elevação de cargas (Pontes Rolantes, Gruas, etc.)	572
Automação & Comunicações (Supervisão, Telegestão, Automatos, PC, etc.)	926
Outros, etc.	1 246
Segurança (Extintores, Pontos Ancoragem, etc.)	1 402
Instrumentação (Analísadores, Medidores Caudal, Nível, etc.)	1 558
Bombas, Geradores, Grades, etc.	1 693
Equipamentos elevação líquidos (Bombas Centrífugas, Bombas Doseadoras, Motobombas, etc.)	2 047
Eléctricos (Quadros Potência/Comando, Variadores, Postos Transformação, etc.)	3 339
Mecânicos Hidráulicos (Válvulas, filtros, etc.)	5 334
Estruturas (Orgãos ETAR/EE, Condutas, Caixas Visita, etc.)	6 406
Total	25 736

4.2.3. INVESTIMENTO

A componente de investimentos tem-se revelado de elevada importância na continuidade do bom nível de serviço prestado à região do Algarve e na concretização dos compromissos assumidos para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve.

Por outro lado, registando-se um decréscimo dos valores de precipitação registados na Região do Algarve, torna-se fundamental tomar medidas que visem mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência necessária aos efeitos das alterações climáticas.

Assim foram definidas um conjunto de medidas no âmbito do Plano de Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREH), as quais visam a mitigação da escassez e a resiliência aos episódios de seca promovendo a manutenção da disponibilidade de água e a qualidade de serviço.

Assim, no ano de 2021, foi contemplado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) um conjunto de investimentos que caberá à Águas do Algarve, S.A. executar e têm como objetivo, em primeira linha, privilegiar a adoção de medidas do lado da procura através do recurso à utilização de origens alternativas, como sejam as águas residuais tratadas e, em segunda linha, de medidas que permitam superar os períodos de seca prolongada, promovendo o aumento das disponibilidades hídricas da região, recorrendo à otimização da exploração das infraestruturas existentes (de adução em alta e de armazenamento) e ao reforço das origens de água.

Estes investimentos traduzem-se na materialização das seguintes submedidas:

- a) Submedida SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR), através da identificação de potenciais utilizadores desta origem de água não potável, sobretudo em atividades económicas ligadas ao turismo e agricultura e espaços públicos. Para as áreas com maior potencial será desenvolvida a afinação do tratamento das estações de tratamento de águas residuais para um nível de qualidade compatível e serão construídas infraestruturas de elevação, armazenamento e distribuição de modo a permitir a substituição de outras origens de água potável ou o uso de captações próprias, no cumprimento do regime jurídico que regulamenta a produção de ApR, bem como a sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente, seguindo as orientações da proposta do Regulamento Europeu sobre esta matéria.
- b) SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água, nomeadamente reforçando a ligação entre os sistemas de abastecimento de água do Sotavento/Barlavento Algarvio, reforçando as aflúncias à albufeira de Odeleite e otimizando a exploração da sua capacidade de armazenamento, nomeadamente, permitindo a exploração de parte do seu volume morto. Prevê-se, designadamente, o reforço das aflúncias à albufeira de Odeleite através de uma captação no rio Guadiana;
- c) SM6 – Promover a dessalinização de água do mar, através de uma instalação de dessalinização que complemente as outras medidas de reforço da oferta e que permita modularidade e a possibilidade de incrementos adicionais de disponibilidade de água, para mitigação de riscos futuros. Esta infraestrutura prevê a instalação de um sistema de produção de energia fotovoltaica de modo a assegurar a mitigação das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da produção de água por esta via.

Em termos de valores de investimento global previstos para as várias submedidas, o mesmo totaliza o valor estimado de 143 M€, e distribuído da seguinte forma:

INVESTIMENTO GLOBAL						
SUBMEDIDA	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
SM4	- €	547 322,02 €	2 480 867,04 €	10 311 907,00 €	9 659 903,94 €	23 000 000,00 €
SM5	63 278,23 €	950 483,28 €	6 828 781,99 €	18 969 226,96 €	48 188 229,69 €	75 000 000,15 €
SM6	137,26 €	241 758,02 €	749 000,00 €	6 539 275,72 €	37 844 829,00 €	45 375 000,00 €
Total	63 415,49 €	1 739 563,32 €	10 058 649,03 €	35 820 409,68 €	95 692 962,64 €	143 375 000,15 €

Salienta-se que no ano de 2022 os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis atingiram o valor de 20,5 milhões de euros, correspondente a uma realização física de 79,95% face ao orçamento inicialmente previsto para o ano, tendo contribuído positivamente o desenvolvimento das empreitadas “Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório Intermédio”, “Central de Secagem Solar de VRSA” e “Reabilitação da ETAR de Lagos”.

INVESTIMENTO NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Durante o ano de 2022, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema de Abastecimento de Água, foi realizado um investimento total de cerca de 6,1 milhões de euros, em que contribuiu a execução física das seguintes empreitadas:

- Nova Reserva do Barlavento;
- Reparação Túnel DF e Caudal ecológico da Barragem de Odelouca (Injeções);
- Reforço de Adução a Loulé – Reservatório Intermédio;
- Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA - Fase I;
- Sistema de elevação de água para o túnel de Odeleite-Beliche;
- Fornecimento e Montagem Plataforma Bombagem Barragem a Bravura;
- Reabilitação Furos LF2, LF6 e LF8 (Portelas – Lagos).



Figura I - Reforço de Adução a Loulé – Reservatório Intermédio

INVESTIMENTO NO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

No ano de 2022, relativamente ao Sistema de Saneamento, foi executado um investimento de cerca de 14,2 milhões de euros, nos quais se incluem 1,6 milhões de euros em água para reutilização, e ainda a continuidade de empreitadas, das quais se destacam:

- a. Reabilitação da ETAR de Lagos;
- b. Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respetivos emissários;
- c. Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve – 1º contrato.

Foram ainda iniciadas as empreitadas de:

- a. Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA - Fase I;
- b. Reabilitação da EEAR do Vau;
- c. Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve – 2º contrato;
- d. Central de secagem solar de lamas da ETAR da de Vila Real de Santo António;
- e. Novo Balneário da Operação Zona Nascente.



Figura 2 - Trabalhos de Reabilitação da ETAR de Lagos

No que diz respeito à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade à sua contratação a empresas da especialidade, com especial enfoque nos estudos e projetos contemplados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) dando-se como exemplo a contratação dos projetos referentes a:

- a) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura;
- b) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Quinta do Lago;
- c) Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto do Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – Solução da Tomada de Água no Pomarão
- d) Aquisição de Serviços relativa ao Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, Estudo de Impacte Ambiental, Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução do “Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve – “Solução da Tomada de Água no Pomarão”;

e) Aquisição de Estudos e Consultoria para a Implementação da Dessalinização na Região do Algarve;

f) Aquisição de Serviços relativa ao Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, Estudo de Impacte Ambiental e todos os trabalhos complementares do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve;

g) Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de execução da otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final;

Aos investimentos nos Sistemas de Abastecimento de Água, e de Saneamento de Águas Residuais, acrescem 200 mil euros de valores investidos em 2022 em outro tipo de infraestruturas (de Estrutura) não diretamente relacionadas com a atividade.

PERSPETIVAS DE INVESTIMENTO PARA 2023

O ano de 2023 continuará a ser um ano muito importante para a Águas do Algarve, S.A. estando previsto um total de investimento em empreitadas de cerca de 25,2 milhões de euros.

As obras mais importantes a realizar, em 2023, são:

Sistema de Abastecimento de Água

- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio (continuação);
- Sistema de elevação de água para o túnel de Odeleite-Beliche (continuação);
- Fases de Reforço de Adução a Loulé – Fase III (início);
- Novo Ponto de Entrega em Castro Marim - Cerro do Enho (início);
- Reforço de adução ao Concelho de Alcoutim (início);
- Reforço/Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca (SAABO) (início).

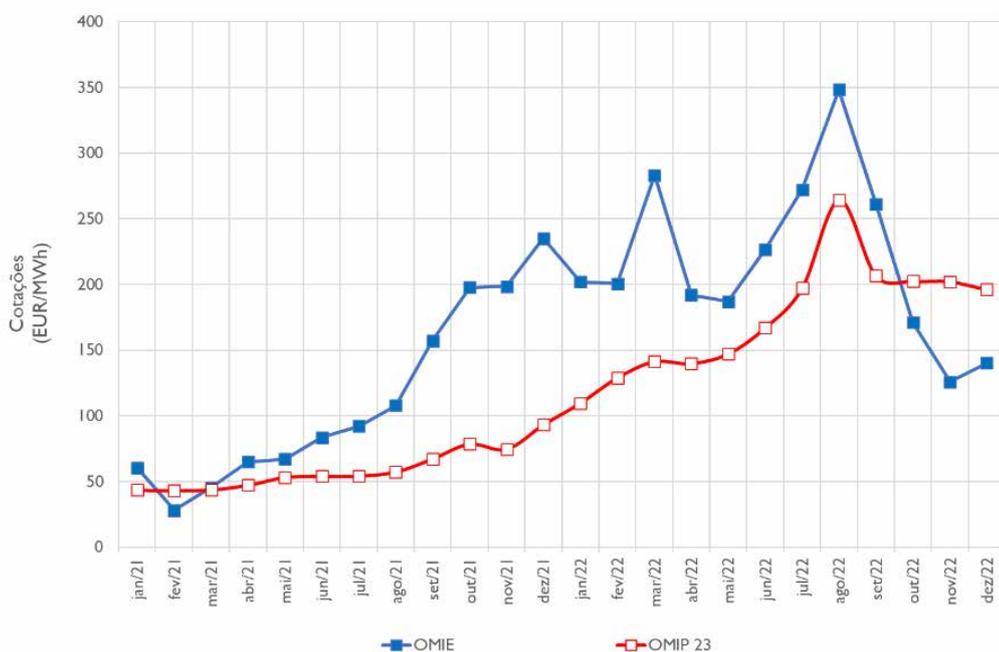
Sistema de Saneamento de Águas Residuais

- Reabilitação da ETAR de Lagos (continuação);
- Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e respetivos emissários (continuação);
- Reabilitação da EEAR do Vau (continuação);
- Reabilitação de Coletores da Zona 4 – Fase 2 – Monte Canelas, Pontealgar e Esteveira (início);
- Remodelação da ETAR de Paderne e Sistema Elevatório do Purgatório (início);
- Central de secagem solar de lamas da ETAR da de Vila Real de Santo António (continuação);
- Reparações e Melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve – 2º contrato (continuação);
- Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura (início);
- Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR da Quinta do Lago (início);
- Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR da Boavista (início).

4.2.4. GESTÃO DE ENERGIA

A ENERGIA NO GRUPO ADP - O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

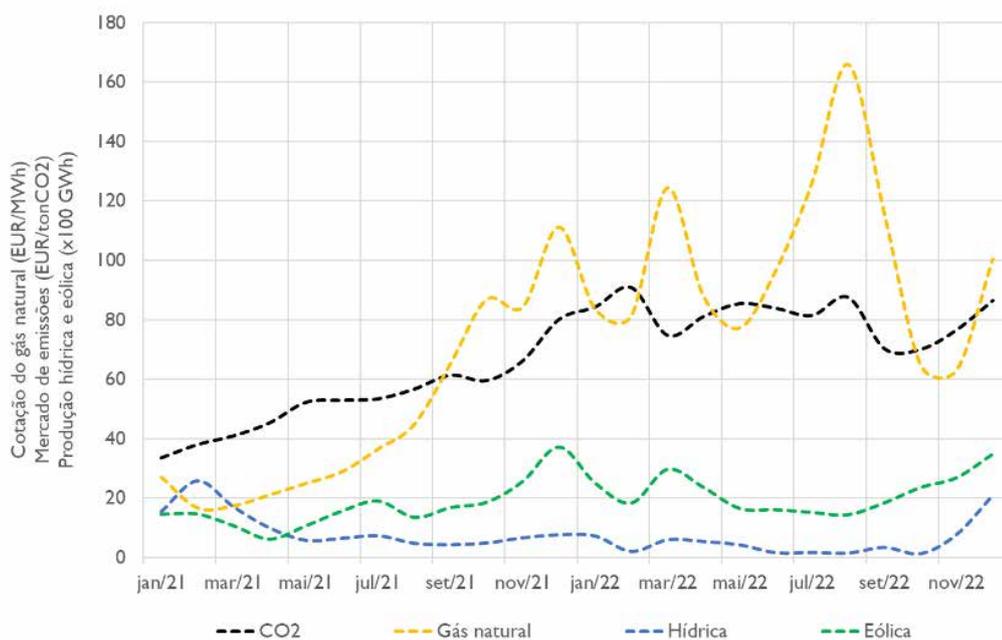
O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte.



Preço da energia elétrica (EUR/MWh)

A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico ⁽⁶⁾ (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,81 €/MWh em 2021). Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.

Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excepcional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio.



Componentes que influenciam o preço da energia

(6) A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN.

Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIACÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DIÁRIO)			
	COTAÇÃO MÉDIA 2022	COTAÇÃO MÉDIA 2021	2022/ 2021
Portugal	217,90	111,81	94,9%
Alemanha	235,46	96,85	143,1%
França	275,89	109,00	153,1%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIACÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DIÁRIO)			
	COTAÇÃO MÉDIA 2022	COTAÇÃO MÉDIA 2021	2022/ 2021
Portugal	176,28	59,46	196,5%
Alemanha	298,65	70,86	321,5%
França	368,00	69,49	429,6%

No ano de 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) - e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano de 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

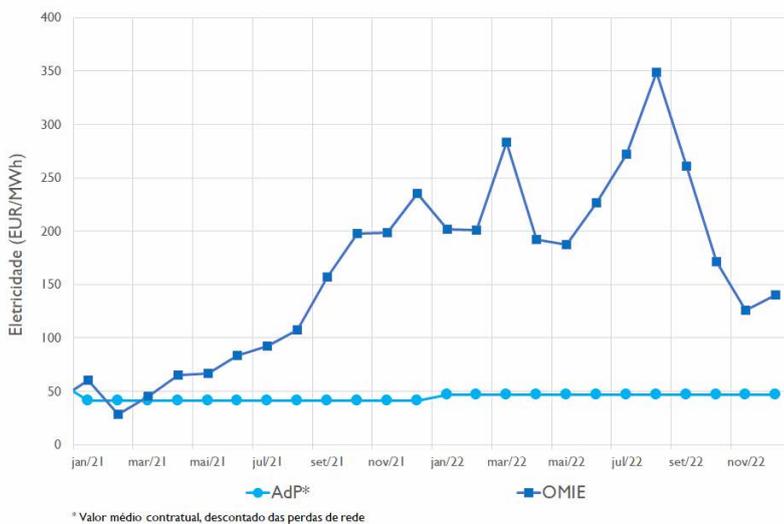
O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

O ano de 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes constrangimentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.



Evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022

Em resultado, no ano de 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,81 €/MWh em 2021).

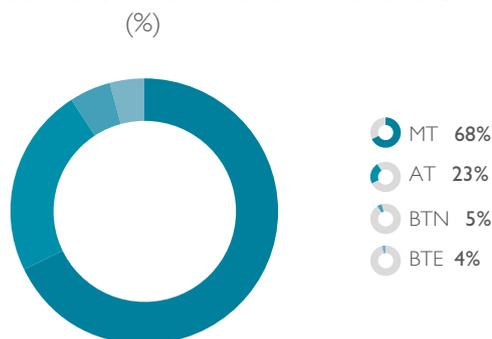
Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de outsourcing, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).

CONSUMO DA RESP DO GRUPO ADP EM 2022 POR NÍVEL DE TENSÃO



No ano de 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável –, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do que em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 705,43 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO₂/kWh para 0,237 kg CO₂/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6 679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

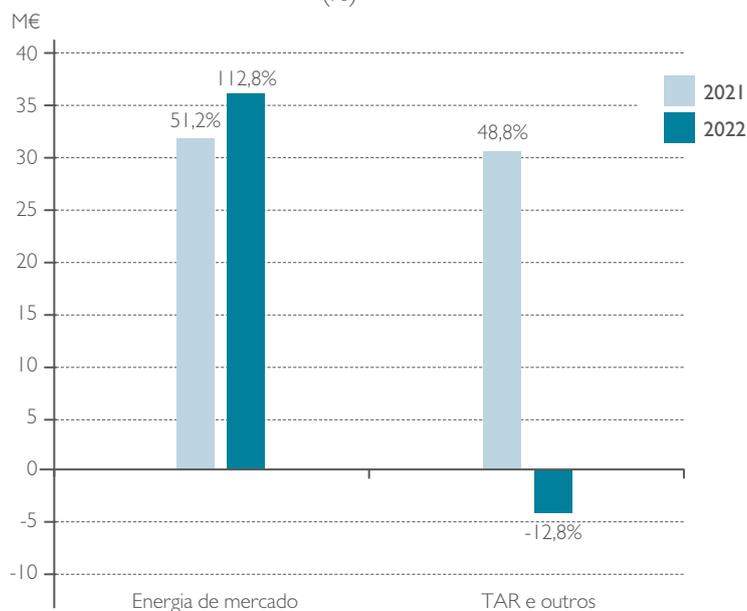
Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.

FATURAÇÃO ENERGIA

(%)



Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,72 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023).

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano de 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.01 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7 676 l/dia, tendo sido de 6 803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *mix* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

Na área da mobilidade elétrica, as viaturas elétricas que constam do parque automóvel da AdA, 14 viaturas ligeiras de passageiros e 2 viaturas ligeiras de mercadorias encontram-se ao serviço de todos os setores da Empresa.

No ano de 2022 estas viaturas percorreram 208.446 km, dos quais as viaturas ligeiras de passageiros percorreram 180.930 km e as viaturas de ligeiras de mercadorias 27.516 km. A utilização das viaturas elétricas implicou um consumo de energia elétrica de 34.897 kWh o qual corresponde à emissão de 16,5 toneladas de CO₂ para a atmosfera. Comparando com um cenário de 16 viaturas de características equivalentes, mas com motor térmico convencional, se essas mesmas tivessem sido mantidas ao serviço, e considerando a mesma quantidade de quilómetros (208.446km), seriam responsáveis pela emissão de 45,0 toneladas de CO₂ para a atmosfera. A substituição das viaturas permitiu assim evitar uma emissão de 28,5 toneladas de CO₂ para a atmosfera.

MOBILIDADE ELÉTRICA 2022

TIPOLOGIA	VIATURAS		VIATURAS CONVENCIONAIS		VIATURAS ELÉTRICAS		VAR. EMISSÕES CO2	
	Nº DE VIATURAS	KM'S PERCORRIDOS	COMBUSTIVEL (LITROS)	T CO ₂	ENERGIA KW H	T CO ₂	EM T CO ₂	%
veiculos M1 (passageiros)	14	180 930	14 474	39,1	28 811	13,6	-25,5	-65,2%
veiculos N1 (mercadorias)	2	27 516	2 201	5,9	6 086	2,9	-3,1	-51,6%
	16	208 446	16 676	45,0	34 897	16,5	-28,5	-63,4%

Na área da certificação da frota, em 2022 a AdA manteve a certificação de toda a frota automóvel de viaturas de serviço da AdA. Trata-se de um sistema de etiquetagem energética da frota (SEEF) que tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, a melhoria do desempenho energético e ambiental das frotas nacionais e, a redução do consumo de combustível e custos associados ao sector dos transportes.



O Algarve, como região do país com mais horas de sol, tem vindo a investir grandemente na construção de centrais fotovoltaicas, sendo a Águas do Algarve, S.A. (AdA), atualmente detentora de 55 instalações equipadas com unidades de microprodução fotovoltaica, com um potência total instalada de 220 kWp, 3 instalações equipadas com unidades de miniprodução fotovoltaica, sendo 2 delas em parceria com a AdP Energias e 1 delas, cujo investimento esteve a cargo da Galp e, atualmente, a exploração e manutenção, também, com uma potência total instalada de 326 kWp.

A produção elétrica resultante das unidades atrás referidas, é para venda à rede elétrica de serviço público (RESP). Para além destas unidades, a AdA dispõe ainda de 3 centrais fotovoltaicas para autoconsumo (UPAC), com uma potência total instalada de 1,2 MWp.

Em termos futuros, no âmbito do Programa ZERO, prevê-se um investimento estimado de 44,9 M€, entre 2021 e 2030, na instalação de centrais de produção de energia verde, ou seja, proveniente de fontes de energia renováveis, com especial enfoque para a eólica, hídrica e reforço do solar, assim como para implementação de medidas de eficiência energética, distribuído da seguinte forma (valores previstos para empreitada e outros trabalhos):

Área (AA,AR, outros)	Código ERSAR	DESCRIÇÃO	PAO 2023	PROJEÇÃO			SOMA
			PAO no Ano 2023	Projeção para o Ano 2024	Projeção para o Ano 2025	Projeção para posterior a 2025	
1 AA+AR	353	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal	2 500	10 667	3 478 969	0	3 492 136
1 AA+AR	354	Programa ZERO - Ação Solar III (solo) (2021-2025)	1 064 495	2 747 001	0	0	3 811 495
1 AA+AR	355	Programa ZERO - Ação Solar III (flutuante) (2021-2025)	145 898	473 952	0	0	619 850
1 AA+AR	356	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE I (2021-2025)	11 250	3 144 762	20 000	0	3 176 012
1 AA+AR	357	Programa ZERO - Ação Solar IV (solo) - FASE II (2026-2030)	0	0	0	7 055 000	7 055 000
1 AA+AR	358	Programa ZERO - Ação Solar IV (flutuante) (2026-2030)	0	0	0	6 223 500	6 223 500
1 AA+AR	359	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE I (2021-2025)	51 390	1 317 300	3 688 920	302 400	5 382 510
1 AA+AR	360	Programa ZERO - Construção Parque Eólico - FASE II (2026-2030)	0	0	0	7 560 000	7 560 000
1 AA+AR	361	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Água do Sistema Multimunicipal	32 917	3 036 083	0	0	3 069 000
1 AA+AR	362	Programa ZERO - Instalação de Centrais Hídricas nas Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal	13 832	163 332	0	0	177 164
1 AA	363	Programa ZERO - Instalação de Central Hídrica na Barragem de Odelouca (2021-2025)	500	50 000	0	0	50 500
1 AA+AR	373	Programa ZERO - Melhorias de Eficiência Energética nas Infraestruturas do Sistema Multimunicipal	243 530	0	0	0	243 530
		SOMA	1 566 312	10 943 096	7 187 889	21 140 900	40 860 697

O consumo de energia elétrica na AdA, seguiu a tendência do Grupo AdP e aumentou, face a 2021, cerca de 6%, cifrando-se em 73,9 GWh.

Por outro lado, a AdA, produziu, em 2022, 2,2 GWh de energia, proveniente das centrais fotovoltaicas para autoconsumo, e das mini e microproduções.

No decorrer do ano de 2022 a AdA concluiu o processo de implementação da Norma ISO 50001 - Sistemas de Gestão de Energia em 10 instalações, tendo a auditoria de concessão decorrido no final do ano. As instalações abrangidas na certificação ISO 50001 são: EEI BELICHE, ETA ALCANTARILHA, ETAR COMPANHEIRA, ETAR FARO/OLHÃO, ETAR VILAMOURA, ETAR VALE FARO, ETA TAVIRA, EE3 STO ESTEVÃO, E.E. DE FARROBO e ETAR ALB POENTE.

Trata-se de um marco importante para a AdA pois, para além de ser um objetivo que há muito ambicionava, vai permitir que sejam criados sistemas de gestão sistemática de energia, e estabelecidos processos necessários ao adequado desempenho energético das instalações, através de usos eficientes, assim como da implementação de medidas de eficiência energética, com vista à diminuição do consumo de energia e conseqüente redução das emissões de gases com efeito de estufa.

4.2.5. COMPRAS E LOGÍSTICA

As funções e competências do Departamento de Compras e Logística, baseiam-se essencialmente na execução de todas as tarefas inerentes ao Processo de Compras e Logística que diariamente são desenvolvidas no intuito de dar resposta às necessidades das várias Áreas Requisitantes, tendo em linha de conta todo o processo de "Procurement" implementado na AdA, nomeadamente através da condução das ações necessárias à contratação, utilizando as ferramentas colocadas à sua disposição, tais como a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, SAP e iPortalDoc, na estrita observância dos preceitos regulados pela atual legislação de contratação pública, o que se traduz nas seguintes tarefas/funções:

- a) Garantir que os procedimentos de aquisição a realizar se encontram enquadrados dentro do regime de contratação em vigor e nas regras refletidas nas Instruções de Trabalho (IT's) aprovadas pela AdA;
- b) Efetuar a tramitação dos procedimentos pré-contratuais na respetiva plataforma eletrónica, ou através de correio eletrónico, de acordo com as regras fixadas nas IT's;
- c) Validar e processar a informação de origem na Área Requisitante, via requisição de compra SAP, elaborando e emitindo os respetivos Contratos Básicos e proceder ao envio da nota de encomenda às Áreas Requisitantes, que promovem ao seu envio ao adjudicatário;
- d) Zelar pelo bom funcionamento do fluxo de compra SAP, identificando e reportando em plataforma própria (PACO) as anomalias que coloquem em risco o processo de contratação pública por incumprimento da legislação aplicável, ou por forma a fomentar uma melhoria contínua do próprio fluxo;
- e) Promover as ações necessárias, no intuito de fornecer uma resposta adequada aos pedidos de apoio dos utilizadores SAP, no que diz respeito à criação de requisições de compra, liberação de contratos e utilização das ferramentas de pesquisa dos diversos documentos;
- f) Propor soluções à medida para a redução dos procedimentos de baixo valor, como é o caso dos Ajustes Diretos Regime Simplificado (ADRS) por forma a conseguir sinergias e alcançar benefícios económico-financeiros para a Empresa.

Por se considerar uma boa prática, potenciada pelos princípios da qualidade, seguindo o exigido pela norma ISO 9001, o DCL produziu em 2016, no momento da sua criação, um conjunto de documentos de suporte à contratação pública, nomeadamente o Processo de Compras da Águas do Algarve, S.A., um conjunto de instruções de trabalho, fluxogramas que tinham o intuito de definir a evolução de todos o processo de compra consoante o tipo de procedimento escolhido e respetivas minutas padronizadas.

A acrescentar, a Águas do Algarve, S.A., implementou o Manual de Contratação Pública da AdP SGPS, bem como outros regulamentos e demais orientações internas, com vista a uma maior eficiência e eficácia do processo de compras.

4.2.5.1 VALORES CONTRATUALIZADOS DURANTE O ANO DE 2022.

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidos pelo DCL um conjunto de processos aquisitivos que se traduziram num valor global de contratações de aproximadamente 98,5 M€ (Noventa e oito milhões e quinhentos mil euros), correspondendo a um número total de Contratos Básicos SAP de 1188.

Do universo de procedimentos pré-contratuais conduzidos pelo DCL há a destacar os que conduziram à celebração dos seguintes contratos:

- Empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio, no valor de 4 892 943,02€+IVA;
- Sistema de Elevação de Água para o Túnel de Odeleite-Beliche - LOTE B – Sistema Elevatório no valor de 2 250 000,00€+IVA;
- Aquisição de serviços para o Projeto de Execução do “Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve-Solução da Tomada de Água no Pomarão. no valor de 1 194 600,00€+IVA;
- Aquisição De Serviços De Operação E Manutenção Do sistema Multimunicipal De Saneamento Do Algarve (Zona Poente- Lote 2), no valor de 58 478 073,60€+IVA.

4.2.5.1.1 Por tipo de procedimento pré-contratual

TIPO DE PROCEDIMENTO	VALOR ADJUDICADO(EUR)
Ajuste Directo-Critério Material	1 015 498,77
Ajuste Directo-Regime Geral	1 14 391,88
Ajuste Direto Simplificado	528 152,67
Concurso Público	88 703 129,86
Setor Especial	3 114 419,41
Contratação Excluída	4 277 852,17
Consulta Prévia	719 693,73
Total Geral	98 473 138,49

4.2.5.1.2 Número de procedimentos por tipo de procedimento pré-contratual

TIPO DE PROCEDIMENTO	N.º DE PROCEDIMENTOS
Ajuste Directo-Critério Material	6
Ajuste Directo-Regime Geral	9
Ajuste Direto Simplificado	467
Concurso Público	49
Setor Especial	539
Contratação Excluída	99
Consulta Prévia	19
Total Geral	1188

4.2.6. MEDIDAS DE EFICIÊNCIA EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE

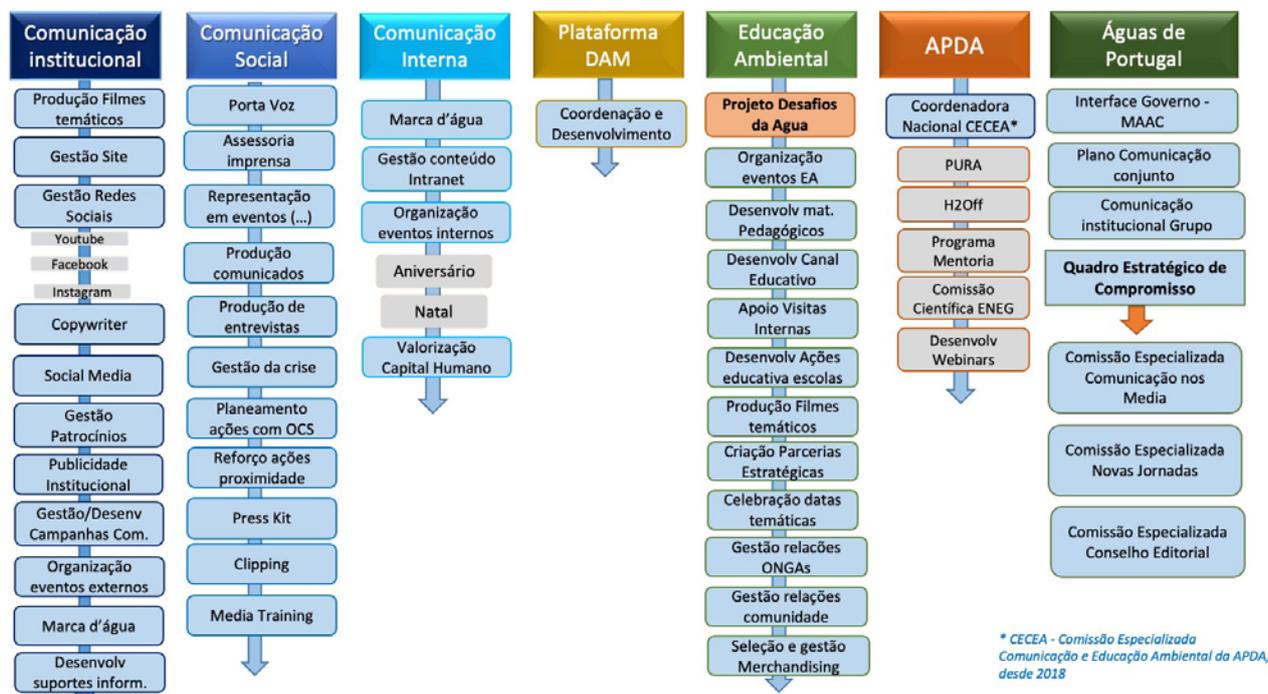
O ano de 2022 foi para a Águas do Algarve um ano de continuidade no desenvolvimento da estratégia, em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo focalizado a sua atenção na:

- Eficiência no Uso da Água** - Prevenção e redução das perdas físicas de água, aumentando a taxa de reutilização de água residual tratada, nomeadamente a nível interno como água de serviço e água para rega e a disponibilização da água para usos externos;
- Projetos de I&D** - Execução de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação que visam desenvolver, testar e aplicar soluções nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais com o objetivo de melhorar o controlo e a capacidade previsional dos mesmos, reduzir os consumos energéticos e a respetiva pegada de carbono, reduzir a produção de lamas de depuração e a recuperação de subprodutos decorrentes dos processos de tratamento;
- Eficiência Energética** – Continuação do investimento na redução da dependência energética do exterior, com a utilização de fontes de energia renováveis. Adequação de condições de funcionamento e de consumos energéticos de alguns equipamentos com vista à redução dos respetivos consumos;

- **Gestão de Resíduos** - Continuação da redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
- **Responsabilidade Social** – Em tempos de pandemia, a AdA voltou a contribuir para a garantia de acesso ao ensino à distância dos filhos dos trabalhadores/as, continuando a proporcionar a flexibilização do trabalho remoto como forma de promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- **Segurança e Saúde no Trabalho** – Para além da contínua disponibilização de EPIs e desinfetantes adequados à prevenção da contaminação com o novo coronavírus, mantivemos o reforço da presença do Médico do Trabalho nas nossas instalações e o Grupo teams para assuntos Covid-19. Foi efetuado um novo protocolo de testagem massiva nas instalações da AdA, que permitiu a testagem de todos os trabalhadores e trabalhadoras que o desejassem.

4.2.7. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável reforça a necessidade da realização de ações/ alianças conjuntas para cuidarmos do planeta melhorando a qualidade de vida, a dignidade e o desenvolvimento das pessoas, garantindo simultaneamente a prosperidade económica e o trabalho decente, caminhando-se desta forma em direção a um mundo mais pacífico, mais justo, com instituições mais responsáveis. Só a partir do envolvimento e trabalho conjunto de empresas, administrações, cidadãos e comunidade educativa e científica, será possível gerar visões partilhadas de futuro, com acordos saudáveis e capacidades transformadoras de ambas. Neste sentido, a Comunicação da Águas do Algarve, no atual mercado global assente numa sociedade de informação, apresenta-se como um importante ativo no plano estratégico da empresa, munindo-a de um distintivo valor acrescentado, determinante na nossa Região.



COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Todas as atividades desenvolvidas tiveram como objetivos principais a manutenção da imagem, reforço de identidade, de valores e divulgação da atividade da Empresa na região, junto dos nossos públicos internos (empregados) e externos (comunidade local, fornecedores, clientes, investidores, entidades públicas e cidadãos em geral), com base na estratégia interna e externa de comunicação e relacionamento.

A Águas do Algarve SA realizou um conjunto de parcerias com entidades públicas e privadas, tendo participado em diferentes projetos e iniciativas a nível local, e nacional, com o objetivo de partilhar o nosso conhecimento e experiência, fruto da nossa convicção que tem a força das alianças na dinamização e criação de conhecimento.

a) Comunicação institucional

A comunicação institucional tem uma importância cada vez maior naquela que é a reputação e a imagem da Águas do Algarve, S.A., sendo a mesma um tónico para a preservação do valor e da marca da Empresa a nível regional, nacional e internacional, a mesma é diariamente gerida de forma refletida e criteriosa.

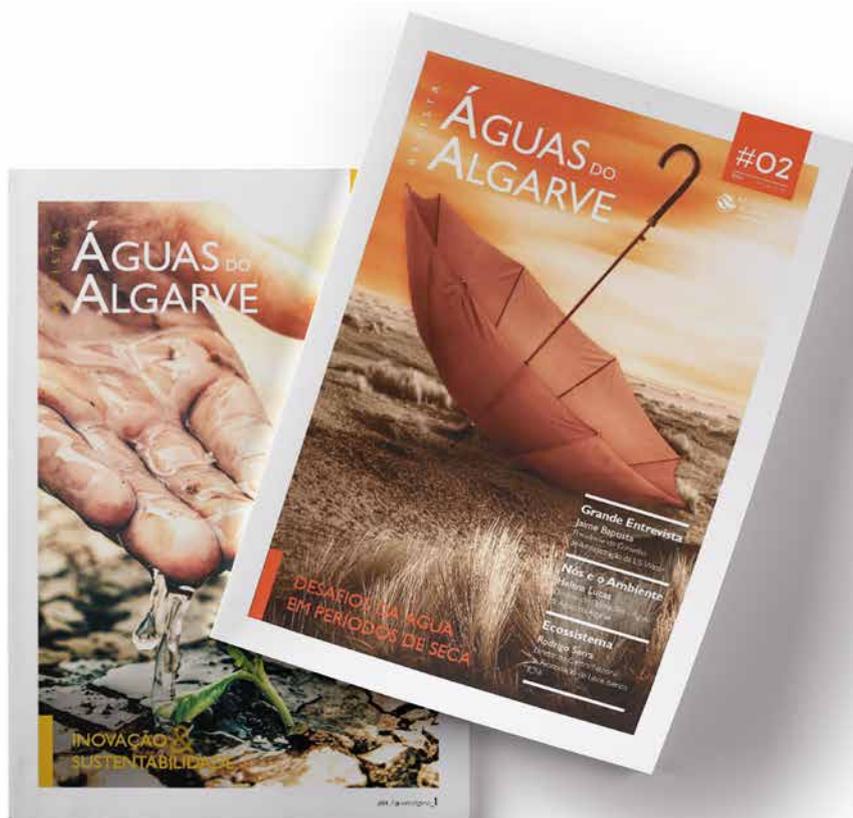
Neste âmbito, no ano de 2022 temos com maior destaque o desenvolvimento no novo Projeto Editorial – A Revista Águas do Algarve.

REVISTA ÁGUAS DO ALGARVE

A principal função deste novo projeto prende-se com o desejo de estreitar da ligação da empresa com os nossos Parceiros, Stakeholders e Clientes. Parte dessa estratégia passou pelo lançamento da revista trimestral Águas do Algarve onde são abordados vários temas de interesse sobre a atividade e iniciativas da empresa, do sector e da região.

A revista surgiu com a motivação de dar corpo à Visão da Empresa - uma empresa virada para o Futuro e para as pessoas - e apoiar a concretização dos objetivos de índole comunicacional inerentes.

Foram duas as edições em 2022. A 1ª Edição teve como tema central a “Inovação e Sustentabilidade”, e a 2ª Edição “Desafios da água em Períodos de Seca”. Estando disponível online em https://issuu.com/adalgarve/docs/revista_guas_do_algarve_n_2_-_2022, a revista surge também em edição imprensa, com distribuição Nacional.



CONCURSO “A ÁGUA E O MAR PARA MIM”

O Concurso artístico convidou os utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social da região a refletir sobre a Água e o Mar e a espelhar essa reflexão numa peça artística dedicada ao tema a partir de um guarda-chuva. Foram recebidas 29 participações de IPSS um pouco por todo o Algarve com trabalhos de extrema criatividade e entrega.

A 17 de dezembro no Teatro das Figuras decorreu a cerimónia de entrega de prémios da 1ª edição do concurso “A Água e o Mar para Mim”. Em ambiente festivo, com exposição de todos os trabalhos, cerca de 200 pessoas marcaram presença na cerimónia que contou com a exibição do Lago dos Cisnes pela Companhia de Dança do Algarve.

Para a iniciativa foram produzidos vídeos de apresentação de cada associação, filmados para o efeito e foi produzido um vídeo do evento.

Vídeo do projeto <https://youtu.be/I5BRAEMcirk>

TEMPLATE DE EMAIL

Atitude, aparência e coerência na comunicação visual e verbal são ferramentas essenciais de uma Imagem com credibilidade. Melhorar, controlar a impressão que transmitimos aos outros é um ativo que devemos desenvolver e rentabilizar de forma inteligente.

Porque o Email é uma poderosa ferramenta de comunicação nas funções diárias, considerou-se fundamental a criação de um banner informativo para ser utilizado nesta ferramenta, de acordo com as várias ações promovidas pela Empresa, ao longo de todo o ano.



REDES SOCIAIS E SITE

A Águas do Algarve SA, tem vindo a acompanhar a evolução no marketing digital, apostando fortemente no Marketing de conteúdo nas Redes Sociais, estando presente na internet com diferentes plataformas que se complementam: Facebook/Instagram/Youtube e Site. Certos de que as redes sociais criam proximidade entre a Águas do Algarve SA e os nossos públicos, mantemos uma presença regular e assídua, sendo também esta uma oportunidade de ganhar visibilidade enquanto desenvolvemos e ampliamos a nossa imagem. Algumas das datas celebradas através das redes foram, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, Dia Mundial da Conservação da Vida Selvagem, Dia Mundial Sem Compras, Dia Mundial da Ciência, Dia da Floresta Autóctone, Dia Universal dos Direitos da Criança, Dia Nacional do Mar, Dia de São Martinho, Dia Europeu da Alimentação e da Cozinha Saudável entre outras, para além de informação acerca da empresa, concursos, atividades desenvolvidas, mensagens de sensibilização para a população e geral, acerca da preservação dos recursos hídricos, reutilização e do ambiente de forma geral.

<https://www.facebook.com/aguasdoalgarve>

<https://www.instagram.com/aguasdoalgarve/>

<https://www.youtube.com/channel/UCI8c4qdLW8Fy4u1ly4qsdaw>



FEIRAS E FESTAS POPULARES

Marcámos presença nas maiores feiras da região mantendo assim um contacto direto com milhares de pessoas levando a estas a mensagem de poupança de água e dando a conhecer a área de atuação da Águas do Algarve. Marcámos presença na Feira da Serra em São Brás de Alportel de 28 a 31 de julho, marcámos presença na Fatacil em Lagoa de 18 a 28 de agosto e na Feira da Dieta Mediterrânica de Tavira de 8 a 11 de setembro.

Nestas feiras foram estabelecidas dinâmicas que permitiam testar os conhecimentos da população em geral sobre a água e oferecidos milhares de pequenos prémios.

PROJETO AGUARTE - * TORNA-TE ÁGUA".

O valor da Água, enquanto recurso não é adequadamente percecionado pela generalidade da sociedade civil. Esta circunstância reflete-se, de forma clara, no modo como a água continua a ser desperdiçada ou, também, nas constantes críticas ao "preço" da água. Na verdade, e apesar da água ser a única coisa sem a qual não podemos viver, dos vários serviços que utilizamos nas nossas casas, e em todo o lado, é habitualmente aquele que os cidadãos mais "regateiam". Porquê? Simplesmente porque as pessoas não têm uma perspetiva real sobre a importância deste recurso na sua vida (exceto quando falta na torneira...).

Face ao panorama existente, e por se entender ser absolutamente fundamental alterar a perceção sobre este importante recurso, numa altura em que os desafios que se colocam relativamente à sua gestão são cada vez maiores, e mais complexos, e numa perspetiva que se pretende integradora e unificadora a Águas do Algarve remeteu convite de parceria à Cruz Vermelha de Faro / Loulé, para uma união de esforços e competências no que diz respeito à conscientização social da água no desenvolvimento pessoal, humano e comunitário. Esta parceria deu origem à criação do Projeto "Aguarte * Torna-te Água". Inserido no Projeto de Educação Ambiental da Águas do Algarve: "Águas Sem Fronteiras", o Projeto "Aguarte * Torna-te Água" dinamizou a consciência hídrica junto de vários públicos: Jovens, Adultos, Sénior e comunidade em geral.

AGUARTE
ESPETÁCULO FINAL

4 de Outubro no Teatro Lethes em Faro, às 21h00
8 de Outubro no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Castro Marim às 15h00
20 de Outubro no Auditório Carlos do Carmo em Lagoa às 15h00

Exposição dos trabalhos feitos pelos alunos das escolas de todo o Algarve

Teatro d'Água - Grupo de Teatro Sénior (Pedro Monteiro)

Performance artística / espetáculo "Voz Ritual - Conversas com a Água"
(Cátia Alhandra e Tiago Rego)

Saiba mais em www.desafiodaagua.pt | Reserve já o seu lugar em comunicacao.ada@adp.pt ou 289 899 070

Um projecto de: **ÁGUAS DO ALGARVE** Grupo Águas de Portugal

Com o apoio de: **DESAFIO DA ÁGUA** (recurso hídrico sustentável), **Castro Marim** (município), **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA** (Associação), **Lagoa** (município)

De carácter inovador, este projeto utilizou de diversas formas de expressão artística como meio transmissor da mensagem de preservação da água e o seu valor intrínseco à vida humana, não só no sentido biológico, mas também como arquétipo histórico de desenvolvimento social e económico. Neste, a Água, além de matéria-prima essencial à vida humana, surge como elemento arquétipo ligado às emoções, conectando-se a tudo aquilo que nos torna humanos, as sensações, as emoções e a sua expressão artística.

Das várias ações resultantes, destaca-se a criação de um grupo de teatro sénior centrado na escassez hídrica.

Este grupo teatral sénior, orientado pelo encenador Pedro Monteiro com uma vasta experiência teatral, era para ser composto por 8 elementos da academia sénior, no entanto acabaram por aderir 11 elementos ao projeto. Juntos, através das suas próprias experiências e vivências conhecimento produziram a peça de teatro "Teatro d'Água". Durante o mês de outubro, os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano no projeto Aguarte foram reunidos e apresentados ao público em 3 espetáculos gratuitos e abertos à população em geral.

Assim, a 4 de outubro no Teatro Lethes em Faro, a 8 de outubro na Biblioteca Municipal de Castro Marim e a 20 de outubro no auditório Carlos do Carmo em Lagoa foram apresentados ao público os trabalhos feitos pelos jovens numa exposição ambulante, foi exibido o espetáculo som ritual pela Cátia Alhandra e Tiago Rego, tal como foi exibido o trabalho efetuado pelo grupo de teatro sénior da academia: O teatro d'água. Num espetáculo unicamente direcionado para as questões hídricas trabalhadas pelas mais diversas perspetivas artísticas este espetáculo teve um alcance direto de mais de 600 pessoas no público, tendo depois sido divulgado através das redes sociais dos envolvidos, Águas do algarve e de diversos jornais regionais.

DIAS ABERTOS

Foram promovidos dias abertos ao longo de todo o ano quer às origens da água (Barragem de Odelouca), como às ETAs (Tavira e Alcantarilha) ou das ETAR. Esta iniciativa foi uma iniciativa de grande sucesso tendo tido um impacto junto de centenas de pessoas que sempre tiveram curiosidade em conhecer o processo de origem tratamento de águas e tratamento de efluentes. Estes dias abertos a toda a comunidade, levaram também às visitas de diversas escolas às nossas instalações.

b) Comunicação Interna

Para ter uma imagem consolidada é necessário transformar os nossos funcionários em verdadeiros embaixadores da “boa vontade da Empresa”. Neste sentido, é objetivo essencial tornar os nossos colaboradores pessoas influentes, informadas e integradas naquela que é a atividade e do que acontece na Águas do Algarve, S.A., fazendo-os sentir parte desta. A comunicação interna, é neste ponto imprescindível à Empresa, tendo merecido também o apoio da Administração no desenvolvimento da sua atividade diária.

Abaixo apresentam-se exemplos dos principais meios utilizados pela Águas do Algarve, S.A. para a prossecução dos objetivos acima definidos durante o ano de 2022:

INTRANET

Esta ferramenta tem como principal objetivo a centralização das informações internas da Empresa num único local, com o intuito destas informações poderem ser facilmente acedidas e partilhadas por pessoas autorizadas, de qualquer departamento. Sublinha-se o facto de que todos os colaboradores têm acesso a esta ferramenta. Acresce dizer que a porta de acesso da intranet é um endereço de internet que pode ser acedido também pelos funcionários da Empresa mesmo que estes estejam fora desta

Ao abrir o Internet Explorer automaticamente abre a página da intranet, funcionando como um canal de fluxo permanente de informações e comunicação. É atualmente um instrumento essencial na rotina dos nossos colaboradores, sendo muito provavelmente a primeira opção de fonte para obter informações, notícias e outros dados.

Repartida por vários temas específicos, a atualização da Intranet é efetuada sempre que a Empresa tenha informações a comunicar.

CELEBRAÇÃO DO NATAL

Este ano devido à pandemia esta data não foi celebrada nos moldes habituais.

Houve, contudo, a oferta de um cabaz de Natal a todos os funcionários, e uma prenda de Natal para os filhos dos funcionários, com idades até aos 12 anos inclusive.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Esta temática é assumida pela Empresa como uma ferramenta estratégica no processo de compreensão integrada do ambiente, incentivando à participação individual e coletiva, responsável e permanente como valor inseparável da cidadania, fundamentais a um futuro com desenvolvimento sustentável.

A Águas do Algarve consciente das responsabilidades a nível de sensibilização e educação para a sustentabilidade desenvolveu durante o ano de 2022 um conjunto vário de ações, e de parcerias, apresentando de seguida as que mais se destacaram:

DESAFIOS DA ÁGUA

Foi em Março de 2022 que se deu o arranque do Projeto Águas Sem Fronteiras, que pela dimensão que ganhou, teve a necessária alteração do nome para Desafios da Água, acompanhando desta forma a evolução natural do Projeto nas suas mais diversas formas.

Somos conscientes de que a educação desempenha um papel vital, no combate às alterações climáticas, sendo uma ferramenta fundamental para entender como a crise climática causada pelo ser humano está a afetar o planeta. Porque temos como objetivo principal, garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e as competências necessárias para promover um futuro com base no desenvolvimento sustentável, lançámos por isso o Projeto de Educação Ambiental e Sensibilização Social, que abrange toda a região do Algarve, onde se incluem todos os 16 municípios da região.

Para além de um Torneio inter-escolas, outras iniciativas estenderam-se durante todo o ano, assente numa vertente educativa pró-ativa, com a dinamização de sessões de sensibilização ambiental dentro das escolas. Estas tiveram início no mês de fevereiro, e foram um autêntico desafio. Durante o mês de março as ações de sensibilização percorreram vários municípios da região, em escolas, eventos, exposições, (...) chegando a mensagem de poupança de água a mais de 5000 alunos, por todo o Algarve. Também os projetos ERASMUS se manifestaram interessados no projeto, o que acrescenta aos muitos portugueses, vários outros participantes oriundos de diferentes países europeus destacando-se Espanha, França, Polónia, Finlândia e Republica Checa.

De forma descontraída levámos a toda a comunidade escolar, ações de sensibilização e educação ambiental desenvolvidas à medida das exigências escolares de cada ciclo.

Os temas abordados focaram-se principalmente nas questões da Sustentabilidade hidrológica: ciclo natural da água, ciclo urbano da água, enquadramento da atuação da Águas do Algarve no ciclo hidrológico no Algarve, economia circular, alterações climáticas,

preservação do ambiente, uso eficiente da água entre vários outros assuntos que estão na ordem do dia, e essenciais para a manutenção da sustentabilidade ambiental que todos auguramos. O Projeto Águas Sem Fronteiras, irá continuar a intervir na região na vertente educacional, com através de diferentes iniciativas, diferentes abordagens, diferentes palcos, para diferentes públicos. Os nossos Embaixadores muito especiais são a Clarinha e o Salpico.

Para o projeto de educação ambiental direcionado aos mais novos: o Desafio da Água – Poupança Sem Fronteiras foi construído um website que serviu não só como plataforma agregadora de conteúdos para os professores, pais e alunos, como ainda foi o meio de inscrição das turmas e contato com os vários stakeholders.



O site do projeto, será sempre uma referência de acesso e de atualização de informação – <https://aguassemfronteiras.pt/>

Filme de apresentação do Projeto <https://youtu.be/U5bn-QAxg8I>

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO “DESAFIO DA ÁGUA - POUPANÇA SEM FRONTEIRAS”

Foi também organizada toda uma campanha de comunicação que incluiu publicidade nos autocarros, notas de imprensa comunicadas em diversos jornais regionais e da especialidade além de comunicado cada iniciativa do projeto em ambas as revistas “Águas do Algarve” publicadas no segundo semestre do ano e divulgadas por toda a comunidade.

Filmes do Projecto <https://youtu.be/xrGgYfOmHvE> <https://youtu.be/aGcaqUBIYLA>

TORNEIO SEM FRONTEIRAS

Num convite à criatividade dos mais novos: foi feito um torneio no qual as turmas foram convidadas a competir entre si. Encarregues de difundir a mensagem de poupança da água, os alunos do 1.º ao 9.º ano das escolas algarvias, tiveram por missão construir de raiz toda uma campanha publicitária. Desde o seu conceito, slogan, materialização em cartazes ou outras formas de comunicação concebidas, construídas, pintadas, feitas pelos próprios alunos utilizando todos os materiais que a criatividade permitiu. Inicialmente foi feito um convite a todos os professores da região. Recebemos 202 inscrições dos 16 municípios algarvios, Santarém e Pombal.

O torneio e a mensagem de poupança de água tiveram um alcance de 3437 alunos. A turma vencedora do 1.º Ciclo recebeu um jogo de ciência sobre o tema da água e a turma vencedora do 2.º Ciclo recebeu um smartwatch. Os melhores trabalhos apresentados no Torneio tiveram acesso ao Dia Sem Fronteiras. O Dia Sem Fronteiras aconteceu no dia 8 de junho na Praia da Gaivota em Quarteira

e recebeu turmas de Vila do Bispo, Castro Marim, Lagos, Quarteira, Faro e Olhão. Com animação, jogos educativos, circuito de atividades lúdico-educativas, houve capoeira, exposição dos trabalhos vencedores, música dança e muita animação.

Estiveram presentes 138 alunos e foram distribuídos no evento os prémios do torneio, brindes, a turma vencedora do torneio recebeu uma visita ao Oceanário, além de facilitadas visitas às ETA, ETAR e Barragem às restantes turmas. Todos receberam prémios e foi um dia de muita alegria.

Vídeo de apresentação do projeto Desafio da Poupança de Água <https://youtu.be/m9WVeLSJ0N1o>

DIA MUNDIAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E À SECA

Como forma de assinalar esta data comemorativa foi produzido o “Vídeo Que Não É Uma Seca” um vídeo que em 3:24 segundos explica aos mais novos o que é a seca, os tipos de seca que existem e as suas consequências sociais e no ambiente. Este vídeo foi traduzido para língua gestual portuguesa e teve um alcance de 180 visualizações. Além do vídeo foram produzidas fichas adaptadas a cada ciclo escolar integralmente dedicadas ao tema.

Vídeo de apresentação <https://youtu.be/WQyKgzxAxkM>

CLUBE

O Clube integra uma das mais importantes áreas do site onde a Clarinha e o Salpico encaminham os alunos pelos 3 ciclos escolares através de fichas de atividades, desenhos, jogos, vídeos, passatempos, visitas virtuais às ETAR da Companheira e Faro / Olhão, com conteúdos lúdicos e pedagógicos realizado para cada ciclo. <https://desafiodaagua.pt/o-clube/>.

Com acesso aos professores foram construídas cerca de 50 fichas educativas passíveis de download para usufruto em sala de aula ou em casa. Os exercícios sempre direcionados para a sustentabilidade foram organizados por ciclos escolares. Além das fichas de atividades, foram também produzidos desenhos para os mais novos.

OS EMBAIXADORES DA ÁGUA

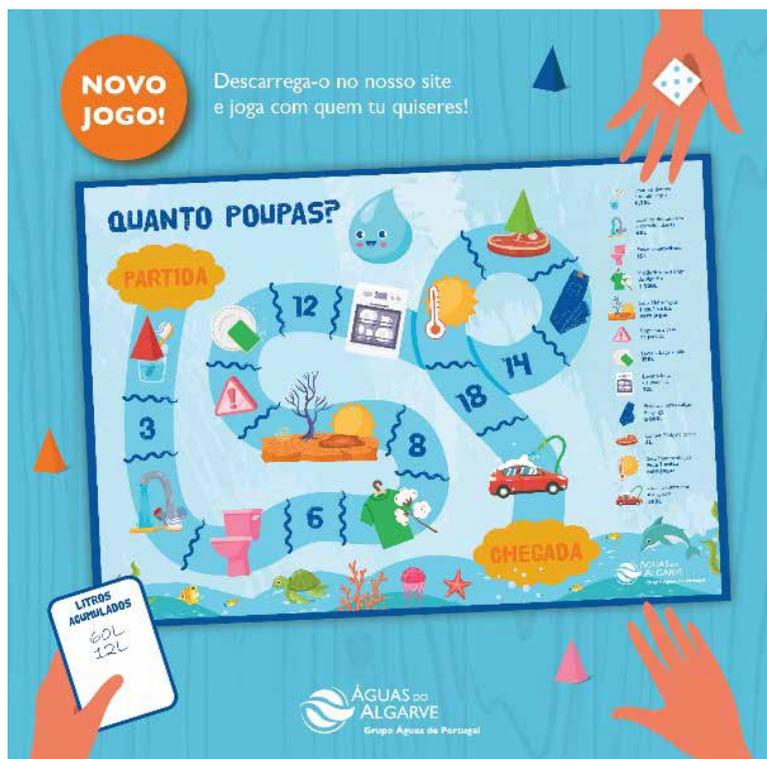
A Clarinha e o Salpico são os Embaixadores eleitos para representar a Águas do Algarve nos mais diversos momentos. Jovens, alegres e divertidos, a Clarinha e o Salpico acompanharam todo o projeto de comunicação e educação ambiental -Desafios da Água.

Vídeo de apresentação do projeto em <https://youtu.be/6r5PrXh-pBk>



DIA MUNDIAL DA MONITORIZAÇÃO DA ÁGUA 18 DE SETEMBRO

Para celebrar esta data foi criado o jogo “Quanta Água Poupas”, um jogo de tabuleiro onde o desafio é jogar os dados e tentar gastar o mínimo de água possível. O consumo de água está representado, com as respetivas atividades, nas diferentes casas. Ganha o jogador que consumir menos água.

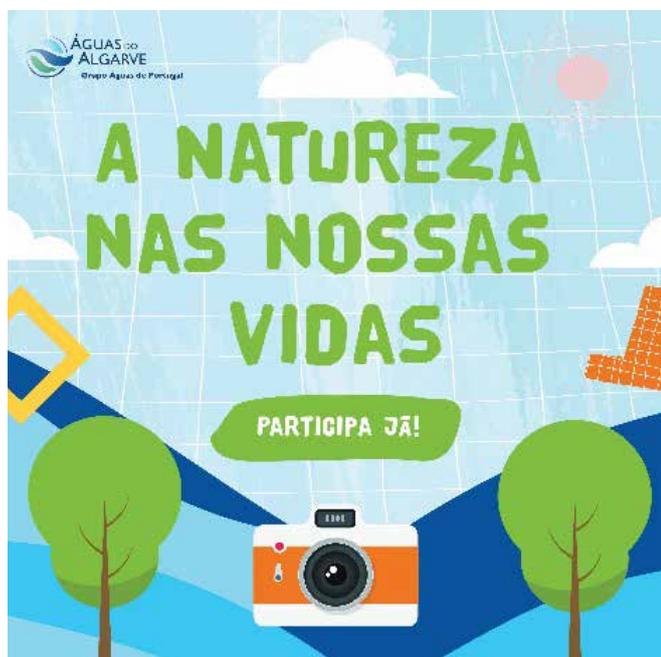


Este jogo é um printable digital, foram impressos 200 exemplares e foi promovido nas redes sociais da Águas do Algarve. O mesmo está disponível em <https://desafiodaagua.pt/desafio-da-agua/#jogo>

O jogo foi também desenvolvido em papel para ser disponibilizado às escolas.

DIA MUNDIAL DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - 28 DE JULHO

Lançámos o passatempo “A Natureza nas nossas vidas” nas redes sociais com intuito de desafiar a comunidade a partilhar fotografias sobre o elemento natural que consideram mais importante preservar, juntamente com uma justificação, uma frase inspiradora sobre a preservação da natureza. O vencedor, o David anos de 5 anos pode ir com a família ao Badoca Park com a seguinte fotografia e frase “A felicidade está dentro de nós quando preservamos o que existe de melhor em nós assim como a água desliza suavemente a natureza brilha com o seu encanto e beleza em todo o seu esplendor!”



TEATRO INFANTIL "À TONA DE ÁGUA"

A peça de teatro "À Tona de Água" foi uma peça de teatro infantil de cerca de 40 minutos que percorreu 16 escolas dos 16 municípios do Algarve sendo também convidado a atuar fora do protocolo escolar como por exemplo em feiras, bibliotecas, auditórios etc. A história prende-se com o rico, abastado, rabugento e negligente Sr. Ezequiel. E para o Sr. Ezequiel a água não é um problema. Mas para a sua escriturária a água é um bem precioso e que deve ser protegido a todo o custo. Numa viagem pelo passado, presente e futuro, o Sr. Ezequiel irá aprender sobre a importância de poupar água.

A peça de teatro infantil teve impacto direto sob mais de 2500 alunos.



ROADSHOW ESCOLAR

Simultaneamente com o teatro à Tona de Água foi desenvolvido um roadshow escolar. Uma atividade didática que percorreu 29 escolas pelos 16 concelhos algarvios em que os alunos tinham de escolher formas de poupar água nas suas atividades diárias. Esta atividade pretendia incentivar às melhores decisões hídricas em cada momento do quotidiano dos alunos em casa e na escola.

Foi uma atividade muito solicitada e apreciada pelas 29 escolas que receberam a atividade.

Esta atividade teve um impacto direto em cerca de 650 alunos.

DIA NACIONAL DO MAR 16 DE NOVEMBRO

Como forma de assinalar o Dia Nacional do mar foi organizado um concurso em que através das redes sociais, os jovens foram desafiados a fazer um desenho sobre o mar. Os vencedores ganharam uma aula particular de surf.



DIA INTERNACIONAL DO SANEAMENTO 19 DE NOVEMBRO

Responsável não apenas pelo fornecimento de água da torneira, mas também pelo tratamento dos efluentes domésticos, a Águas do Algarve compreende o essencial papel do saneamento na sociedade e bem-estar das comunidades e ecossistemas. Assim, de forma a sensibilizar os mais jovens para a importância do saneamento a Escola Básica de Alvor foi a selecionada, com base na sua participação ao longo de todo o ano nas várias iniciativas que a empresa lançou na região, para receber uma completa decoração numa casa de banho com frases alusivas ao ambiente.



SESSÕES SENSIBILIZAÇÃO ESCOLAS

Além de todas as atividades em conjunto com as escolas da região, foram também feitas visitas e sessões de sensibilização em largas dezenas de escolas de toda a região chegando a mensagem de preservação do meio ambiente a mais de 2 milhares de alunos dos 3 ciclos de escolaridade.

O MAR COMEÇA AQUI

O Mar representa uma área aproximada de 97% do território português. O mar tem uma importância inestimável nas diferentes áreas e setores da nossa sociedade, seja na cultural, saúde, economia, emprego, política e claro no Ambiente. A importância que este projeto assume na proteção das águas do nosso mar é muito significativa, motivando-nos a efetuar esta Parceria com a ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa. Trata-se de uma iniciativa, que em conjunto com outros que desenvolvemos e apoiamos na nossa Região, nos permite garantir uma valiosa colaboração na dinamização dos valores ambientais, cada vez mais fundamentais para a sustentabilidade do nosso Planeta e da vida de todas as espécies na Terra. Na nossa página web pode ser consultado um vasto conjunto de informação sobre a temática dos mares e dos oceanos, incluindo infografias disponíveis para imprimir:

<https://www.aguasdoalgarve.pt/content/oceanos>

12ª EDIÇÃO ÁGUA JOVEM

**HAPPENING/
PERFORMANCE**

**DESENHO
DIGITALIZADO**

ÁGUA JOVEM
FORMATO DIGITAL/ON-LINE
pré-escolar 1º, 2º e 3º Ciclos do ensino Básico

Temas a concurso
A RIBEIRA DE ODELOUCA
O (VERDADEIRO) VALOR DA ÁGUA

VÍDEO E ÁUDIO

TEXTOS

Info/regulamento
www.aguasdoalgarve.pt
www.voluntariadoambientalagua.apambiente.pt
www.facebook.com/concurso.agua.jovem

O Concurso “Água Jovem”, que tem como principal objectivo sensibilizar os jovens do Algarve para o conhecimento e a preservação do património água. O concurso tem como grupo alvo crianças e jovens que frequentem o pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do ensino Básico e os alunos que beneficiam de medidas educativas seletivas e adicionais. Os Temas desta edição são dois: Tema I – A importância da Água para a Biodiversidade; Tema II – A Ria de Alvor

MOVIMENTO S

O Movimento S contou com 3 grandes ações, programa de TV, ações junto das escolas e roadshow nacional, contando com o Grupo AdP como especialista no que concerne ao consumo de água da torneira, mas também nas questões referentes ao saneamento, economia circular, preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade, etc. Localmente foram gravados 13 programas de TV, que contaram com a participação local e regional de cada das empresas do Grupo. O programa foi transmitido na SIC Mulher, onde foram apresentadas desde receitas que privilegiaram a economia circular e o desperdício zero. No que toca às ações junto das escolas o Movimento contou com o apoio da Direção Geral da Educação, onde também tivemos um papel fundamental, indo novamente ao encontro dos nossos objetivos de sermos reconhecidos por essa entidade como especialistas nas nossas áreas de atividade, algo que também consta dos objetivos do plano global de comunicação, objetivo definido por este grupo de trabalho. Tratou-se de um projeto da SIC Esperança, com uma vertente de responsabilidade social, algo que também está no nosso AdN.

Filme disponível em <https://youtu.be/RIUxLhehvMM>

MINUTOS VERDES

No âmbito da sensibilização da população em geral, para as questões da sustentabilidade, foram desenvolvidos 4 Minutos Verdes, com a Quercus. 1) Escassez água na região do Algarve A emitir no dia 17 Junho (Dia Mundial do Combate à Seca e à Desertificação) Local: Barragem de Odelouca; 2) Uso eficiente água / o que está antes da torneira- A emitir no dia 17 Setembro (véspera do Dia Mundial da Monitorização da Água), Local: ETA Alcantarilha / Laboratório; 3) Reutilizar é essencial A emitir no dia 1 Outubro (Dia Nacional da Água), Local: ETAR da Companheira, Portimão e 4) O que não deitar para o esgoto. A emitir no dia 19 Novembro (Dia Mundial do Saneamento) Local: ETAR da Companheira, Portimão.

Os minutos estão disponíveis para consulta em <https://youtu.be/t9otj-8WrKc>, https://youtu.be/Jli_Dg5JzbY

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO “FECHE A TORNEIRA À SECA”

A seca hidrológica na região do Algarve assume hoje um carácter estrutural com tendência de agravamento devido ao efeito expectável das alterações climáticas. A mudança de paradigma na utilização do recurso água impõe-se face à evidência da insuficiente eficácia das medidas até agora adotadas, sendo necessário, por isso, repensar e encontrar novos caminhos em estreita articulação entre a administração, os utilizadores e a comunidade científica’. O movimento de sensibilização para a importância de se integrar o uso eficiente e racional de água de forma permanente é, cada vez mais, uma causa nacional, e planetária uma vez que a escassez de água é uma realidade inevitável para a qual população deve estar cada vez mais desperta, designadamente no contexto das alterações climáticas. Com esta Campanha pretendemos dar um contributo para a criação de uma maior consciência coletiva relativamente ao valor da água e ao imperativo da mudança de comportamentos, junto dos principais utilizadores e da população para o uso parcimonioso da água. A melhoria da eficiência hídrica é um imperativo dado que a água é um recurso limitado que é necessário proteger, conservar e gerir para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas e dos serviços que estes proporcionam à sociedade em geral e para garantir a sustentabilidade de outros recursos intrinsecamente associados.

MOVIMENTO H2OFF - 22 DE MARÇO

No dia 22 de Março, em que se celebra o Dia mundial da Água, a Águas do Algarve apela à reflexão de todos os consumidores e utilizadores da água, na tomada de consciência, para uma atuação mais consciente na gestão deste bem precioso, que mais que não é que a própria VIDA. A Águas do Algarve, consciente da importância deste Recurso, tem investido ao longo dos anos na melhoria e resiliência do serviço primordial que presta à região, nomeadamente no que concerne ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Algarve. Para assinalar o Dia Mundial da água, que se celebra a 22 de março, a Águas do Algarve junta-se à iniciativa H2OFF, promovida pela Comissão Especializada de Comunicação e Educação Ambiental da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, a qual é coordenada pela nossa colaboradora Teresa Fernandes, pretendendo assim chamar à atenção de TODOS do valor deste precioso recurso VITAL – a ÁGUA.

4.2.8. SERVIÇO DE CADASTRO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

A Águas do Algarve (AdA), desde a sua existência, tem aumentado o seu portefólio de ativos, dependendo destes para garantir um serviço à população e caracterizando-se, conseqüentemente, como uma empresa ativo-intensiva. Desta forma, é exigida uma criteriosa gestão baseada, maioritariamente, nos dados disponíveis nos diferentes sistemas de informação, quer sejam dados operacionais, geográficos, de manutenção e/ou financeiros.

Dada a dimensão de dados gerados diariamente pelo sistema multimunicipal, é crucial uma boa gestão da informação, sendo que é um dos pilares essenciais da gestão de ativos, nomeadamente na fiabilidade que esses dados têm de possuir, associados aos ativos.

Neste sentido, todos os processos de recolha, sistematização, organização e de atualização da informação são fulcrais para o tratamento de dados e realização de sucessivas avaliações ao desempenho dos ativos por forma a justificar convenientemente a tomada de decisão sobre as intervenções a realizar ao longo do seu ciclo de vida.

Tendo em conta o referido, a Administração da AdA aprovou em 2022 a passagem do serviço Cadastro e SIG (CADSIG) para Área, valorizando o papel que o este (antigo) serviço técnico assumiu ao longo dos anos na Águas do Algarve, dotando a Empresa de maior robustez com vista às tomadas de decisão superior.

De facto, esta área tem assumido um papel essencial no apoio à decisão dos investimentos a levar a cabo pela Empresa, participando no planeamento, estudos e priorização desses investimentos aos quais, atualmente, se juntaram os Planos, de Recuperação e Resiliência (PRR) e de Neutralidade Energética – Programa Zero do Grupo AdP (PNE).

É de extrema importância a adequada partilha da informação, onde durante o ano de 2022, foram também disponibilizados no WEBSIG as linhas delimitadoras do Domínio Público Marítimo (DPM), nomeadamente a Linha Limite do Leito (LLL) e Linha Limite da Margem (LLM) das águas do mar.

Ainda com o objetivo de partilha de informação, foi adquirido um disco rígido de grande capacidade e solicitada a ligação aos servidores da Águas do Algarve, S.A. de forma a ser disponibilizado a todos os colaboradores as Telas Finais em posse desta Área e criada uma pasta “análise” para consulta e análise dos processos, externos, mas com afetação de infraestruturas geridas pelas várias áreas e departamentos desta Empresa.

A gestão e a atualização do arquivo central da Empresa, continua a ter grande relevância, estando em fase de desenvolvimento os trabalhos de digitalização dos processos de expropriação e de criação de base de dados para codificação, organização dos mesmos, pretendendo-se que futuramente permita ainda a consulta dos mesmos.

Relativamente ao Processo Orçamental, ao Plano de Atividade e Orçamento e ao novo Estudo de Viabilidade Económico-financeiro, esta Área voltou a participar nos mesmos, na componente de investimentos e integrações.

De referir que no âmbito das integrações, foi possível concluir o processo relativamente à ETAR de Autódromo, concelho de Portimão.

Continuamos a promover a atualização do cadastro geométrico das parcelas expropriadas, um processo moroso e particularmente difícil, devido aos constrangimentos temporais de operacionalização e conclusão por parte da Direção-Geral do Território (DGT). Salienta-se que este trabalho tem sido executado pela AdA, uma vez que a DGT não efetua operações de renovação cadastral, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho.

Foi cumprido o acompanhamento e reporte quinzenal para o Ministério da Tutela dos trabalhos de remoção da biomassa vegetal em redor das nossas instalações, localizadas em espaços classificados como rurais, dando integral cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, recentemente revogado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

À semelhança dos anos anteriores, em 2022, efetuamos a recolha e validação dos valores de cada componente, referentes à Taxa de Recursos Hídricos (TRH), efetuando à posteriori, a previsão para o ano seguinte e apurando os valores unitários a cobrar por metro cúbico a cada área de negócio.

Continuaram-se os trabalhos referentes à uniformização dos números e legendas das peças desenhadas tanto produzidas na Empresa como as que são criadas pelos projetistas e/ou empreiteiros contratados por esta Empresa, e manteve-se o processo de regularização de parcelas expropriadas e a consequente obtenção de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos nossos prédios ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 1, alínea p), do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação dada pelo artigo 9.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro.

Face ao que tudo antecede, esta área continuará a prosseguir as ações da sua responsabilidade a realizar durante o ano de 2023, com ponto focal nos novos projetos a desenvolver no combate às alterações climáticas e à concretização dos processos de integrações de infraestruturas municipais em curso, no SMAASA.

Prevê-se ainda, e no âmbito da partilha de informação e capacitação da Empresa de mais informação para decisão de possíveis intervenções a realizar, que durante o ano de 2023 sejam integradas na Base de Dados AdASIG as inspeções vídeo efetuadas ao longo dos últimos anos e as que se verifique necessário executar.

4.3. FINANCEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA

O Volume de Negócios associado à atividade de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais da Empresa cifrou-se em cerca de 60,4 milhões de euros em 2022, representando um aumento de 1,0% face ao ano anterior. Este acréscimo resultou da combinação de vários fatores, nomeadamente:

- de um aumento dos volumes faturados na área de negócio do abastecimento, passando de 71,06 Mm³ para 71,54 Mm³ (+0,68%) em 2022;
- do acréscimo de 0,61% na tarifa praticada no abastecimento de água, nomeadamente, de 0,4728€/m³ para 0,4757€/m³ e nos rendimentos tarifários, de 26 237 120 de euros para 26 394 150 de euros.

Relativamente ao volume de efluente tratado em 2022, verificou um aumento de 3,86 Mm³, embora, não tivesse impacto no volume de negócio da Águas do Algarve, S.A. por força da adoção do método de faturação por via de rendimentos tarifários.

Abaixo o volume de negócio em euros:

VOLUME DE NEGÓCIOS ⁽¹⁾	2022	2021	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Vendas	34 033 726	33 596 511	437 215	1,30%
Prestação de serviços	26 395 313	26 237 766	157 547	0,60%
Volume de negócios	60 429 039	59 834 278	594 761	0,99%

(1) O volume de negócio apresentado não inclui os Rendimentos dos Serviços de Construção e DRG

Relativamente aos rendimentos e gastos relacionados com a manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais é de evidenciar o seguinte:

- No caso do abastecimento de água, os serviços de operação são assegurados totalmente por recursos internos (da AdA) e os serviços de manutenção estão contratados externamente. No saneamento, todos os serviços de operação e manutenção foram contratados externamente exceto para a nova ETAR de Faro/Olhão;
- Este modelo de gestão do sistema de saneamento teve início em abril 2020, com dois contratos de operação e manutenção para as duas zonas de saneamento, Nascente e Poente.

Assim, considera-se que o cash-cost é o indicador mais adequado para retirar conclusões, indicador esse que se explicita de seguida:

CASH-COST LÍQUIDO	2022	2021	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Gastos de Vendas (1)	1 779 906	1 959 076	-179 170	-9,15%
FSE	26 632 599	23 893 319	2 739 280	11,46%
Gastos com o Pessoal	6 073 378	5 598 973	474 405	8,47%
Outros gastos operacionais *	878 017	651 085	226 932	34,85%
Soma 1	35 363 900	32 102 454	3 261 446	10,16%
Subsídios à exploração	241 131	338 098	-96 967	-28,68%
Outros rendimentos operacionais **	817 531	1 273 461	-455 931	-35,80%
soma 2	1 058 662	1 611 559	-552 898	-34,31%
Cash-Cost = soma 1 - soma 2	34 305 239	30 490 894	3 814 344	12,51%

* - exceto imposto selo operações financeiras e imparidades

** - exceto subsídios ao investimento

(1) - O Gasto das Vendas apresentado não inclui os Gastos dos Serviços de Construção

Como se constata, o cash-cost aumentou fruto da variação desfavorável dos gastos ocorridos principalmente na rubrica de "FSEs", somando no conjunto 3,26 milhões de euros cujo 84% é formado por aquela rubrica. Verificou-se igualmente uma redução na compra de água bruta para a ETA de Fontainhas (-73,8 mil euros), com origem na Barragem da Bravura (devido a escassez de água bruta naquela albufeira), a redução dos gastos com reagentes motivada pela entrada em funcionamento da etapa de flotação na ETA

de Alcantarilha e uma significativa redução nos gastos com Energia, motivada pela redução do preço unitário no fornecedor e pelo aparecimento de um mecanismo de apoio de sinal negativo que influencia em baixa o preço, que reduziu o efeito do aumento das outras rubricas de FSE's.

Assim, apresenta-se de seguida, o detalhe dos gastos mais significativos, os quais representam cerca de 94% dos gastos em FSE:

RUBRICA	2022	2021	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
621 - Subcontratos	14 088 247	11 134 618	2 953 629	26,5%
6241 - Electricidade	1 596 557	3 209 701	-1 613 144	-50,3%
6261 - Rendas e alugueres	347 585	122 540	225 045	183,6%
6263 - Seguros	490 715	228 832	261 883	114,4%
6226 - Conservação e reparação	3 310 255	2 931 342	378 913	12,9%
6221 - Trabalhos especializados	4 690 426	4 274 465	415 961	9,7%
62681003-Material de laboratório	476 125	332 939	143 186	43,0%
Outros FSE	1 632 689	1 658 883	-26 194	-1,6%
62 - FSE	26 632 599	23 893 319	2 739 280	11,5%

Contando que os contratos de operação e manutenção das infraestruturas de saneamento começaram a ser executados em abril de 2020 tem-se verificado desde então um agravamento do saldo da rubrica subcontrato, por efeito direto da atividade e ainda acrescido de que o contrato da zona nascente começou, por imposição legal, a ver o seu preço revisto. Posto isto, verifica-se, em 2022, um aumento de 26,5% (+2,95 milhões de euros) na rubrica de subcontratos, um aumento de 9,7% (+416 mil euros) na rubrica trabalhos especializados, um aumento de 12,9% (+379 mil euros) na rubrica conservação e reparação, um aumento de 114,4% (262 mil euros) na rubrica de seguros e ainda um aumento de 183,6% (+225 mil euros) na rubrica Rendas e alugueres. Em contraciclo, verifica-se uma redução de 50,3% (-1,61 milhões de euros) na rubrica de energia, explicada pelo acima exposto relativamente aos contratos de operação e manutenção das infraestruturas de saneamento e pela redução do preço unitários no fornecedor.

A diferença entre o Volume de Negócios e o Cash-Cost representa o EBITDA gerado pela Empresa, cuja evolução se apresenta no quadro seguinte, evidenciando-se igualmente o peso do EBITDA no Volume de Negócios.

EBITDA	2022	2021	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
Volume de negócios	60 429 039	59 834 278	594 761	1,0%
Cash-Cost Líquido	34 305 239	30 490 894	3 814 344	12,5%
EBITDA	26 123 800	29 343 384	-3 219 584	-11,0%
EBITDA: VN	43,2%	49,0%		-5,8%

A componente financeira associada aos gastos com os recursos das entidades financiadoras da Empresa (bancos + empréstimos AdP) e com os proveitos decorrentes das aplicações financeiras e juros de mora imputáveis aos clientes evoluiu conforme quadro seguinte:

RESULTADOS FINANCEIROS	2022	2021	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Gastos financeiros (1) (2)	5 515 353	6 282 497	-767 144	-12,21%
Rendimentos financeiros (1)	885 875	1 821 140	-935 265	-51,36%
Resultados Financeiros	4 629 478	4 461 357	168 121	3,77%

(1) - exceto justo valor

(2) - inclui imposto selo operações financeiras

Os gastos financeiros diminuíram 12%, sendo que o respetivo endividamento reduziu em 2%, de 2021 para 2022.

Os rendimentos financeiros de 2022, excluindo o efeito do justo valor, diminuíram 51,4% relativamente ao ano 2021. Isto foi devido ao cumprimento do ARD celebrado com o Município de VRSA, e por conseguinte à redução nos proveitos em juros de mora.

Conjugando os valores do EBITDA com os Resultados Financeiros e IRC, conforme quadro seguinte, chegamos ao indicador Cash-Flow Líquido, que diminuiu em valor absoluto e no peso face ao Volume de Negócios.

CASH FLOW LÍQUIDO	2022	2021	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
EBITDA	26 123 800	29 343 384	-3 219 584	-10,97%
Resultados financeiros	34 629 478	4 461 357	168 121	3,77%
IRC	582 497	-998 899	1 581 397	-158,31%
Cash Flow Líquido	20 911 826	25 880 927	-4 969 101	-19,20%
Cash Flow Líquido: VN	34,6%	43,3%		

Pelo quadro anterior podemos concluir que o denominado cash-flow líquido piorou face ao volume de negócios, passando de 43,3% em 2021 para 34,6% em 2022.

O quadro seguinte evidencia, em detalhe, a evolução das restantes rubricas de gastos e rendimentos associados ao investimento e justo valor, cujo agregado denominamos gastos de investimento.

GASTOS E RENDIMENTOS LIGADOS AO INVESTIMENTO E JUSTO VALOR	2022	2021	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Amortizações	22 670 339	20 226 439	2 443 901	12,08%
Provisões / Perdas por Imparidade	1 478	1 040 188	-1 038 710	-99,86%
Gastos (justo valor)	153 843	149 811	4 032	2,69%
Soma 1	22 825 661	21 416 438	1 409 223	6,58%
Subsídios ao Investimento	7 956 973	5 771 409	2 185 564	37,87%
Rendimentos (justo valor)	39 713	39 236	477	1,22%
Margem (IFRIC12)	0	0	0	
soma 2	7 996 686	5 810 645	2 186 041	37,62%
Gastos Inv = soma 1 - soma 2	14 828 975	15 605 793	-776 818	-4,98%

Conjugando os valores do Cash-flow líquido com os deste último quadro (gastos de investimento), chegamos aos Resultados Líquidos da Empresa, cuja evolução se apresenta de seguida:

CASH FLOW LÍQUIDO	2022	2021	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
Cash-flow líquido	20 911 826	25 880 927	-4 969 101	-19,20%
Gastos Inv	14 828 975	15 605 793	-776 818	-4,98%
Resultados Líquidos	1 663 065	365 764	1 297 301	354,68%
Resultados líquidos / Capital Social	5,58%	1,23%		

Enquanto os resultados antes de impostos reduziram-se significativamente em 2020 e em 2021 face a 2019, 2022 revelou estar em contraciclo. O mesmo se verificou em relação aos resultados líquidos, gerando uma rentabilidade dos capitais próprios de 4,1% em 2019, 2,5% em 2020, de 1,2% em 2021 e 5,6% em 2022. O principal motivo para este decréscimo está relacionado com o registo contabilístico a partir de 2019, e nos termos do novo Contrato de Concessão assinado em julho de 2019, dos desvios de recuperação de gastos (superavit tarifário). E ainda ao facto de para o ano de 2022 a empresa não ter registado nas contas quaisquer ajustamentos ao DRG de 2021, visto ter impugnado judicialmente a decisão do Regulador.

Em 2022 o DRG registado, em termos líquidos de impostos diferidos, ascendeu a cerca de 3,3 milhões de euros.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Da análise económica efetuada acima resulta que a situação financeira da Empresa mantém-se robusta apesar do contexto macroeconómico verificado em 2022, nomeadamente:

- A Empresa manteve a tendência de redução do seu passivo oneroso, i.e., -1,9% do que em 2021. O Prazo Médio de Pagamentos piorou ligeiramente, passando de **38 para 43 dias**. O valor de dívidas vencidas de clientes baixou em 0,4%.
- Em termos de Resultados o rácio EBITDA / Volume de Negócios piorou face a anos anteriores, grandemente impactado pela subida generalizada de preços, passando de 45,5% em 2020 para 49,0% em 2021 e 43,2% para 2022, e o Resultado Líquido da Atividade (sem o Desvio de Recuperação de Gastos) baixou 36,1%.

No capítulo abaixo designado por “prazos médios de recebimento e pagamento” analisa-se o comportamento dos clientes e da Empresa face aos fornecedores, de que resultou uma tesouraria melhorada para a Águas do Algarve, S.A..

Quanto aos investimentos, a nota 6 do anexo às contas evidencia o acréscimo de 20,5 milhões de euros em ativos tangíveis e intangíveis brutos. Neste montante não se inclui o valor de avaliação das barragens de Odeleite e do Beliche, as quais estão contabilizadas por 53,9 milhões de € no ativo da empresa, visto as mesmas terem sido integradas a custo zero.

O quadro seguinte dá-nos conta de como decorrem as candidaturas no âmbito do POSEUR:

CÓDIGO - DESIGNAÇÃO	CANDIDATURA - CONTRATO EM VIGOR		PEDIDOS DE PAGAMENTO				COMPARTICIPAÇÃO		
	VALOR DA CANDIDATURA (1)	COMPARTICIPAÇÃO (2)	DESPESAS APRESENTADAS (3)	DESP. ELEGÍVEIS JÁ APROVADAS (4)	DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS (5)	DESPESAS EM ANÁLISE (6)	COMPARTICIPAÇÃO APROVADA (7)	VALOR RECEBIDO (8)	VALOR APROVADO AINDA NÃO RECEBIDO (9)
FC-000028-Faro Olhão	16 221 382	13 907 047	17 176 079	16 017 481	1 158 598	0	13 736 899	13 524 001	212 898
FC-000027-Companheira	10 696 314	9 096 271	12 033 285	10 694 814	1 338 471	0	9 095 463	8 638 714	456 749
FC-000026 - Vila do Bispo Sagres	2 026 246	1 722 309	2 087 797	2 016 806	70 991	0	1 716 423	1 716 423	0
FC-000025 - Algoz Tunes	1 817 039	1 544 483	1 849 668	1 773 438	76 231	0	1 507 422	1 431 728	75 694
FC-000002 - Monchique Norte	652 549	554 667	781 018	652 549	128 469	0	554 667	554 667	0
FC-000835 - Beneficiação da ETA de Alcantarilha	5 068 330	3 505 759	5 010 095	4 942 774	67 321	0	3 395 243	3 235 271	159 971
FC-0001445 - Construção de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR de V. R.S.A.	1 156 332	816 551	1 484 664	1 107 458	8 053	0	816 551	768 961	47 590
FC-001563 - Remodelação da ETAR de Lagos	12 237 056	10 401 498	5 397 311	4 047 984		0	4 047 984		4 047 984
FC-001564 - Nova Reserva do Barlavento	2 329 896	1 980 412	1 899 649	1 424 737		0	1 424 737		1 424 737
TOTAIS	52 205 144	43 528 996	47 719 566	42 678 040	2 848 133	0	36 295 388	29 869 766	6 425 622

1) Montante Elegível aprovado na Candidatura

2) Montante máximo de comparticipação aprovada

3) Montante total de despesas apresentadas em PP

4) Montante elegível total aprovado, das despesas apresentadas em PP

5) Montante não elegível validado, das despesas apresentadas em PP

6) Pedidos de Pagamento em análise

7) Montante de comparticipação aprovada, face às despesas elegíveis apresentadas em PP

8) Montantes de comparticipação já recebidos

9) Montantes de comparticipação já aprovados, por pagar

Da tabela acima as candidaturas referentes à Remodelação da ETAR de Lagos, e à Nova Reserva do Barlavento, para as quais a respetiva comparticipação soma conjuntamente 12 381 910€, foram concedidas em regime de “overbooking”.

PRAZOS MÉDIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

A Águas do Algarve, S.A. é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento “em alta” para a região do Algarve. Como consequência, os Clientes são as Câmaras Municipais ou Empresas detidas exclusiva ou maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 19 clientes.

Os quadros seguintes resumem a dívida (não corrente e corrente) dos clientes no final de 2022 e 2021 e os prazos médios de recebimento:

DÍVIDA	2022	2021	VARIAÇÃO €	VARIAÇÃO %
Dívida Vencida	13 399 228	13 444 722	-45 494	-0,3%
Dívida Não Vencida	23 075 908	24 905 133	-1 829 226	-7,3%
TOTAIS	36 475 136	38 349 856	-1 874 720	-4,9%

Os saldos acima correspondem a valores brutos, portanto sem imparidades (2 718 640€ em 2022), e faturados, ou seja, sem Acréscimos de juros de mora não faturados a clientes (4 272 345€ em 2022).

PRAZOS MÉDIOS DE RECEBIMENTO	2022	2021	VARIAÇÃO DIAS	VARIAÇÃO %
PMR (Dias)	50	57	-7	-12,7%

Verifica-se no final de 2022 uma diminuição da dívida total de clientes, uma ligeira diminuição da dívida vencida por contrapartida da dívida total não vencida. Este efeito tem origem em 2020, no recebimento de dívidas de clientes não vencidas antes do fim do prazo de pagamento. A semelhança de anos anteriores, e conforme pode ser verificado no quadro da dívida total de clientes, a Empresa renovou o esforço em procurar resolver diferendos com clientes com vista à recuperação de créditos vencidos, o qual resultou em 2022, na diminuição da dívida vencida em 48 mil euros.

A semelhança do verificado no mandato anterior, após a nomeação do Conselho de Administração em 15 de março de 2021 para o triénio 2021-2023, foram efetuadas várias reuniões com os municípios com idade do saldo superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos.

Os pontos mais relevantes são os seguintes:

TAVIRAVERDE E.M.

O valor vencido, 3,32 milhões de euros, corresponde a 4 Processos que se encontram no Supremo Tribunal a aguardar decisão;

VRSA, SGU E.M. / MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

A 25 de maio 2021 foi celebrado um Acordo de Regularização de Dívida (ARD), para 16,8 M€. À data de fecho do ano de 2022 o cliente amortizou as respetivas prestações trimestrais consideradas no Plano de Pagamento do ARD. A expectativa da AdA é a de que o remanescente do ARD à data seja regularizado via FAM – Fundo de Apoio Municipal, ou através de uma cessão de posição contratual a um banco comercial ou ao BEI.

Atendendo ao acima referido, tendo sido celebrado o referido ARD, reclassificou-se, para não vencida, a dívida incluída no acordo. A restante dívida poderá ser resolvida extrajudicialmente, favorecendo o indicador de gestão “Dívida Comercial de Devedores Municipais”, caso este se mantenha em 2022, independentemente da data de entrada em caixa ou equivalente de caixa se verificar. Fora do ARD ficaram 9,8 M€, que se mantêm em tribunal.

ÁGUAS DE VRSA

No final do exercício, o cliente registava uma dívida vencida de 240 mil euros correspondente às faturas AA e AR de outubro de 2022. O Cliente tem registado valores vencidos nos fechos de cada mês, liquidando-os num prazo entre 60 e 90 dias.

FAGAR

Relativamente ao Acordo de Regularização de Dívida (ARD), celebrado em 2011 entre a Empresa e a FAGAR, a AdA mantém contabilisticamente um valor em aberto de 1,06 milhões de euros. Aquando da integração das infraestruturas de saneamento no património da AdA, S.A., haverá lugar à compensação de valores que resultarem da valorização final das infraestruturas, a qual irá ser ainda feita.

Em 2022 foi iniciado um processo para conciliação de registos contabilísticos e acerto de contas com a CM Faro e a FAGAR, visando resolver algumas divergências que persistiram durante alguns anos. A conciliação foi realizada durante o exercício de 2022.

Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito, que desejavelmente permitirá no curto prazo regularizar os processos em aberto entre a AdA e a FAGAR.

Relativamente aos **restantes clientes**, verifica-se, em termos gerais, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem a faturas emitidas a 30.11.2022 e 31.12.2022.

Para além dos valores contabilizados na conta de clientes, estão registados na rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, 4,3 milhões de euros referentes a juros de mora estimados para os atrasos na regularização de dívida, tais como a dívida de clientes em injunções/processos administrativos (ver nota 11).

No que respeita ao pagamento a fornecedores, os prazos contratualmente estabelecidos, em regra 30 dias, estão a ser antecipados. De notar que o saldo de fornecedores de imobilizado incorpora valores de integração de património municipal ainda não liquidados por razões de natureza administrativa, nomeadamente obtenção das autorizações do concedente para proceder à integração, bem como retenções de pagamento de faturas como garantia prevista em contrato, nos termos do Código da Contratação Pública.

PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO	2022	2021	VARIAÇÃO DIAS	VARIAÇÃO %
PMP (Dias)	43	38	5	14,0%

O valor do PMP piorou ligeiramente de 2021 para 2022, passando de 38 para 43 dias, respetivamente. A empresa tem a expectativa de recuperação deste indicador em 2023.

4.4. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

No ano de 2022 deu-se seguimento à execução dos projetos IDI, iniciaram-se novos projetos e elaboraram-se novas candidaturas, tendo-se apoiado igualmente a realização de estudos e projetos por parte de entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

PROJETOS I+I&D

PROJETO AA-FLOODS

Em 2022 a AdA deu continuidade à execução do projeto AA-FLOODS - Novas ferramentas de prevenção, alerta, coordenação e gestão de Emergência por Cheias ao nível local – no âmbito do Programa Europeu - Espaço Atlântico, que conta com nove parceiros de cinco países, especificamente de Portugal, Espanha, França, Irlanda e Reino Unido. O projeto iniciou-se em 1 de março de 2019, tendo uma duração de 36 meses. Contudo, devido à conjuntura associada à Pandemia, o Projeto foi prorrogado até 30 de junho de 2023.

As cheias são os fenómenos decorrentes das Alterações Climáticas que afetam mais pessoas na área do Espaço, sendo uma matéria de gestão e responsabilidade não só dos governos nacionais e regionais, mas também dos municípios, comunidades locais, entidades gestoras de água, meio científico e ONGs. O objetivo do AA-FLOODS é unir esses atores para criar e testar novas ferramentas, projetos pilotos, planos e regulamentos que melhorem a gestão e a resposta a situações de inundações.

No âmbito do projeto AA-FLOODS a AdA desenvolve novas ferramentas ao nível dos sistemas de prevenção e simulação de inundações/cheias, com especial foco no vale a jusante da Barragem de Odelouca, e com o objetivo de otimizar o regime de descargas da barragem, num compromisso entre assegurar o cumprimento das descargas necessárias à garantia da segurança estrutural da barragem e minimizar o risco e danos no vale a jusante.

No ano de 2022 continuou-se a definir as metodologias a adotar para implementação dos objetivos do projeto, promoveu-se a produção de Modelo Digital de Terreno (MDT), Modelo Digital de Superfície (MDS), Modelo Digital de Elevação (DEM) e Ortofotomapas da área de influência da descarga da barragem de Odelouca através da utilização de LIDAR (*Light Detection And Ranging*) e Aerofotogrametria.

WATER MINING

Continuou-se com a execução projeto de I&D e inovação WATER- MINING – “*Next generation water-smart management systems: large scale demonstrations for a circular economy and society*”, que é coordenado pela Universidade Técnica de Delft (Países Baixos) e conta com a participação de 38 parceiros europeus dos setores científico – tecnológico e empresarial, público e privado, provenientes de 12 países. O projeto é financiado pela União Europeia ao abrigo do programa Europeu de inovação e investigação H2020, no tópico CE-SC5-04-2019 - *Building a water-smart economy and society*, subtópicos *Symbiosis between industry and water utilities* e *Large Scale applications with multiple water users at various relevant scales*.

No caso da AdA o principal objetivo é desenvolver e testar uma instalação à escala protótipo na ETAR de Faro/Olhão que envolve a extração e produção de substâncias poliméricas extracelulares (EPS), do tipo alginatos, denominados por Kaumera, a partir das lamas aeróbias granulares produzidas no sistema NEREDA. Estes tipos de substâncias têm aplicabilidade em vários setores, designadamente no setor agrícola devido às suas propriedades como bioestimulante do crescimento das plantas e de absorção da água.

O protótipo, desenvolvido em 2021 e no primeiro semestre de 2022, chegou à ETAR de Faro/Olhão em setembro de 2022, após cerca de três meses de testes e ensaios na ETAR de Utrecht. Após montagem do protótipo realizaram-se os ensaios de produção do biopolímero no período outubro-dezembro 2022.

A reunião anual do projeto realizou-se em setembro de 2022, em Palermo, tendo o foco da mesma sido nas várias componentes de avaliação do mercado dos diferentes casos de estudo.

A convite da Águas do Tejo Atlântico, S.A. a AdA esteve presente na 6.ª edição do evento “O Caminho da Inovação”, no painel “Projetos de Inovação e Economia Circular”, através da apresentação de uma comunicação relativa ao projeto Water-Mining intitulada “A lama de depuração como fonte de recursos - Projeto Water-Mining”.

A segunda reunião participativa da Comunidade de Prática teve lugar dia 28 de outubro, na ETAR de Faro/Olhão, tendo envolvido um número próximo de trinta participantes, em representação de dezassete entidades. A sessão foi igualmente transmitida pela via telemática de forma a ser acompanhada remotamente por outros parceiros do projeto. Privilegiou-se a dinâmica de grupo, tendo

a reunião sido muito participativa, com maximização da discussão e da interação entre os participantes. Identificam-se os aspetos relevantes a nível do mapa de mercado, designadamente as barreiras existentes (e.g., tecnológicas, ambientais, económicas, sociais, legais, políticas) e as respetivas causas e definiram-se medidas para as ultrapassar, promovendo assim o debate e recolhendo os contributos das partes interessadas, com vista a apoiar os processos circulares relevantes. Na tarde do dia 28 de outubro procedeu-se à inauguração do protótipo de produção do biopolímero Kaumera, com participação das várias partes interessadas.

Foram estabelecidos contatos com a Universidade do Algarve, juntamente com o Coordenador do projeto, para realização de estudos no âmbito do curso de Mestrado “Ciclo Urbano da Água”, tendo-se concretizado através da apresentação de dois conceitos de aplicação do biopolímero, desenvolvidos por dois grupos de alunos.

Realizaram-se ainda duas sessões de partilha do conhecimento na ETAR de Faro/Olhão com setores da AdA para apresentação do projeto e dos principais resultados obtidos até esse momento.

SINERGEA

Em 2022 entrou-se no terceiro ano de execução do projeto SINERGEA – “Sistema inteligente para apoio ao uso eficiente de recursos e à gestão de emergências de inundação e de contaminação balnear em cidades costeiras”, que tem como principal objetivo criar uma plataforma inteligente e inovadora de suporte à gestão integrada e otimizada da energia, da qualidade da água balnear e da inundação em cidades costeiras.

O projeto é cofinanciado pelos programas Portugal 2020, Fundo Europeu de Desenvolvimento.

O projeto é financiado pelo PORTUGAL 2020, ao abrigo do Aviso n.º 03/SI/2017 - SI I&DT Empresarial, contando como parceiros para além da AdA a SIEMENS S.A. (promotor líder), o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a Universidade do Algarve (UAAlg) e o Instituto Superior Técnico. O Município de Albufeira (MunAlb) e a Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA-ARHAlg) são igualmente parceiros do projeto, embora não sejam financiados.

Em 2022 continuaram-se a desenvolver as atividades A2 - Desenvolvimento da infraestrutura de modelação integrada energia - inundações urbanas - zonas balneares, A3 - Desenvolvimento da plataforma inteligente XHQ-SINERGEA e A4 - Demonstração em caso de estudo real - a cidade de Albufeira e ambientes adjacentes. Realizaram-se ainda campanhas experimentais para avaliar a evolução da qualidade da água em locais de descarga e a sua influência na zona costeira, sendo os dados utilizados para a calibração e validação dos modelos, bem como na definição de cenários que irão ser simulados.

SARS CONTROL

O projeto SARS Control, que se iniciou em 2021, teve como objetivo compreender o comportamento do vírus SARS-CoV-2 ao longo da cadeia de tratamento de águas residuais urbanas (fases líquida e sólida) tendo-se concluído que as ETAR constituem barreiras eficazes à viabilidade e disseminação do vírus, o que é relevante tanto a nível da saúde pública e dos ecossistemas, bem como num contexto de economia circular, tendo em conta os fluxos gerados nas ETAR. A ETAR de Faro-Noreste, com sistema de tratamento por lamas ativadas em regime de arejamento prolongado, foi a instalação selecionada pela AdA para fazer parte deste estudo.

O projeto foi coordenado pela AdP VALOR, fazendo parte do Consórcio a FCIências.ID, o Laboratório de Análises do Instituto Superior Técnico (LAIST) da Universidade de Lisboa, o Centro de Engenharia Biológica da Universidade do Minho e as empresas Águas do Norte, SIMDOURO, Águas do Centro Litoral, Águas do Tejo Atlântico e SIMARSUL, para além da AdA.

Em 31 de março foi efetuada a apresentação de resultados do projeto SARS-Control, através da via telemática, com participação dos diversos parceiros do projeto. Anteriormente, em 29 de outubro, os principais resultados do projeto foram partilhados internamente na AdA, igualmente pela via telemática, promovendo-se assim a partilha do conhecimento na empresa.

APLICAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO (UE) 2021/472 - ESTABELECIMENTO DE UMA VIGILÂNCIA SISTEMÁTICA DO SARS-COV-2 E DAS SUAS VARIANTES NAS ÁGUAS RESIDUAIS NA EU

O projeto tem como objetivo a implementação da Recomendação (UE) 2021/472 da Comissão, de 17 de março de 2021, para a vigilância do vírus SARS-CoV-2, com vista à criação de um sistema nacional de vigilância das águas residuais orientado para a recolha de dados relativos a este vírus e às suas variantes nas águas residuais afluentes às ETAR, a modelação epidemiológica e ecológica dos dados gerados e comunicação dos dados às autoridades nacionais de Saúde e Ambiente e à Comissão Europeia.

Para a sua execução foi estabelecido um Protocolo de Cooperação entre os diversos parceiros, sob coordenação da APA e da DGS, sendo os demais parceiros os seguintes: AdP Valor, AdTA, AdN, SIMDOURO, AdCL, AdA, Águas e Energia do Porto, EM, GERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada e FCIências.ID - Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências.

A AdA participa na tarefa de compilação dos dados de base e na caracterização da situação de referência das águas residuais, assim como pela amostragem dos afluentes às ETAR abrangidas, sendo esta financiada pelo Fundo Ambiental.

OUTROS PROJETOS

- Plano de Segurança da Água do SMAAA e certificação do produto “água para consumo humano” - Em 2022 foi mantido o Plano de Segurança da Água do SMAAA e a certificação do produto “água para consumo humano” de acordo com a recomendação ERSAR n.º 2/2011.
- Prosseguiu-se com o desenvolvimento e execução de atividades de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais e Qualidade de Água, Águas Subterrâneas e Fauna Bentónica em conformidade com o preconizado na DCAPE, no RECAPE e EIA da ETAR de Faro-Olhão, dando-se seguimento ao estabelecido no Acordo Específico de Colaboração entre a AdA e a Universidade do Algarve.
- A UAlg tem vindo a realizar vários estudos para monitorização dos contaminantes de interesse emergente (e.g., fármacos), disponibilizando a AdA acesso às instalações, partilha de amostras e, ou discussão dos resultados obtidos:
 - a) Projeto de Investigação e Desenvolvimento sobre tratamento terciário de águas residuais com microalgas e valorização de biomassa em biorefinaria. A AdA apoia a realização da Tese de Doutoramento na área de Sistemas Ambientais da Universidade do Algarve, referente à utilização de microalgas, uma tecnologia sustentável e de baixo custo, para remoção de contaminantes de interesse emergente (CIE), disponibilizando acesso às suas instalações para recolha de amostras de águas residuais passíveis de serem utilizadas nos ensaios laboratoriais.
 - b) Projeto de Investigação da UAlg “Bioaugmentação e transferência de plasmídeos por conjugação utilizando bactérias de ambientes extremos para aumentar a biodegradação de poluentes recalcitrantes em lama – BIOEXTREMDEGRAD”. A AdA apoia a realização deste projeto através da disponibilização de lama aeróbia granular como inoculo para os reatores laboratoriais e do acompanhamento e discussão dos resultados obtidos.
 - c) Projeto de investigação da UAlg “eGROUDWATER”. Este projeto tem como objetivo apoiar a gestão sustentável e participativa das águas subterrâneas na região do Mediterrâneo, através da conceção e teste de sistemas de informação tecnológica, que permitam o envolvimento e a participação dos cidadãos, sendo o estudo de caso nacional o aquífero de Campina de Faro. Neste âmbito a UAlg procedeu à monitorização de compostos farmacêuticos em várias ETAR.
 - d) Projeto de Investigação da UAlg “MicroFish”. Neste projeto, apoiado pela AdA, a UALG efetua a monitorização de compostos farmacêuticos no efluente líquido, à entrada e saída da ETAR de Faro/Olhão.

PUBLICAÇÕES / COMUNICAÇÕES / POSTER

- De Morais EG, Marques JCA, Cerqueira PR, Dimas C, Sousa VS, Gomes N, Teixeira MR, Nunes LM, Varela J, Barreira L. 2022. Tertiary urban wastewater treatment with microalgae natural consortia in novel pilot photobioreactors. *Journal of Cleaner Production*. Vol. 378. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.134521>.
- Campinas M, Viegas RMC, Almeida CMM, Martins A, Silva C, Mesquita E, Coelho MR, Silva S, Cardoso VV, Benoliel MJ, Rosa MJ. Powdered activated carbon full-scale addition to the activated sludge reactor of a municipal wastewater treatment plant: Pharmaceutical compounds control and overall impact on the process. *Journal of Water Process Engineering*. Vol. 49. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jwpe.2022.102975>.
- Martins A, Wilfert P, van Loosdrecht M, Fontinha P, Rosário S, Freire J, Barreto S, Micó M, Renard V. A lama de depuração como fonte de recursos - Projeto WATER-MINING. O Caminho da Inovação. 4 outubro 2022. Fábrica de Água de Alcântara. Lisboa.
- Eusébio A. Projetos de Resiliência do Algarve. XIII Jornadas de Engenharia. 28 novembro 2022. FIL. Lisboa.
- Bento N, Martins A, Freire J. Metodologia de avaliação e gestão do risco associado ao Licenciamento de ApR ao nível da Produção. XIII Jornadas de Engenharia. 28 novembro 2022. FIL. Lisboa.
- Ramos P, Sousa J. Dessalinização do Algarve. XIII Jornadas de Engenharia. 28 novembro 2022. FIL. Lisboa.
- Ramos P, Sousa J. Secagem Solar. XIII Jornadas de Engenharia. 29 novembro 2022. FIL. Lisboa.
- Martins A. Plano de Ação ApR – em Execução. XIII Jornadas de Engenharia. 29 novembro 2022. FIL. Lisboa.

4.5. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

A Águas do Algarve está em processo de finalização de formalização de contratos de fornecimento de água para reutilização a clientes sediados no Concelho de Castro Marim.

Mantém-se o cenário de elevada incerteza no teatro geopolítico mundial, com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia sem desenlace à vista, e com o aumento de carácter estrutural da generalidade dos preços de aquisição de bens e serviços, com especial ênfase os da energia.

Não obstante este quadro incerto a Administração da Águas do Algarve entende que a solvabilidade da Empresa, bem como a continuação da sua atividade normal, não estão em causa.

DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos no dia 10 de Fevereiro de 2023 à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2022.

Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de gastos operacionais relacionados com os aumentos significativos de preços de aquisição, a Empresa propôs à ERSAR que não haja lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2022.

Importa realçar que o contexto de atuação da ERSAR para a partir desta Remuneração Acionista de 2022, e anos posteriores está marcado pela impugnação judicial intentada pela AdA ainda durante o ano de 2022 contra a ERSAR e contra o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2021, e o respetivo ajustamento (corte) na Remuneração Acionista desse ano.

Independentemente do mencionado atrás, a Empresa entende que os efeitos e consequências que os haja não põem em causa as contas de 2022.

4.6 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

ENQUADRAMENTO

As Empresas deverão incluir nos seus R&C um capítulo autónomo (anexo I) dedicado ao Cumprimento das Orientações e Obrigações Legais, conforme estipulado nas Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022, constantes do ofício-circular identificado.

O presente documento respeita a ordem constante do ofício-circular mencionado, e visa auxiliar as Empresas na elaboração do referido anexo, designadamente através da disponibilização de textos a constar. Todavia, os textos em causa não dispensam a inclusão da restante informação, nomeadamente os quadros solicitados no anexo.

Reforça-se a necessidade da justificação dos eventuais incumprimentos ser efetuada no ponto a que respeita (*"Qualquer eventual não cumprimento dos aspetos legais ou das orientações transmitidas, deverá ser objeto de fundamentação rigorosa, com a indicação da data prevista para a regularização desse incumprimento, bem como com a explicitação de eventual Despacho/Diploma Legal que permita a exceção."*). Paralelamente, no quadro do apêndice 2, na coluna da justificação, deve constar a remissão para o respetivo ponto.

Chama-se a atenção para a necessidade de assegurar a consistência dos valores reais (históricos) agora a reportar com outros anterior e formalmente reportados (nomeadamente em sede de PAO e de R&C anteriores).

Quando se verificarem discrepâncias dever-se-á apresentar o motivo e, se possível, demonstrar a reconciliação dos números (ex.: n.º trabalhadores: diferente critério no apuramento do número – especificar qual).

PONTO 1 - OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38º DO REGIME JURÍDICO DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

a) Apresentação dos Objetivos Definidos

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 28 de junho de 2021 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e Objetivos e Indicadores de Gestão para o mandato em curso (2021-2023), cujo grau de concretização relativamente ao exercício de 2022 será objeto de apreciação na assembleia geral anual de março de 2023.

Glosário

AA = Abastecimento de Água;
 AR = Águas Residuais;
 PRC = Plano de Redução de Custos;
 PAO = Plano de Atividade e Orçamento;
 PMP = Prazo Médio de Pagamento;
 RCM = Resolução de Conselho de Ministros;
 PP = Ponto Percentual;
 RL = Resultado Líquido;
 DRG = Devido de Recuperação de Gastos;
 AQA = Avaliação da Qualidade da Água;
 AQAR = Avaliação da Qualidade da Água Residual;

Os objetivos e indicadores de desempenho, com metas a atingir e fórmulas de cálculo para aferir o grau de cumprimento dos mesmos foram os seguintes:

FINANCEIROS			
INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	AdA
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	10,0%
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumpre: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumpre: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumpre: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Excede: face ao ano anterior; PMP < -25%.	10,0%
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%

AMBIENTAIS E DE SERVIÇO

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	AdA
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. N° Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. N° Ações executadas face ao previsto >= 80,00%; <90,00% 3. N° Ações executadas face ao previsto >=90,00%	10,0%
Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA >=99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior a 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em < 40% do previsto no PAO; 2. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 40% do previsto no PAO; 3. Lançamento, em cada ano, de concursos de empreitadas para reduzir produção de lamas em 60% do previsto no PAO.	7,5%
Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de ação para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a tabela em Anexo (?)	5%
Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de ultimo recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 *após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescentando às ACA's existentes	5%

Para 2022 não foram considerados os seguintes Indicadores:

- Neutralidade Energética
- Plano de Lamas
- Água para Reutilização (incluído no Plano de Eficiência Hídrica)
- Efluentes Agroindustriais e agropecuários

Tendo os respetivos ponderadores sido distribuídos proporcionalmente pelos restantes indicadores. Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores estabelecidos:

FINANCEIROS

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	AdA
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var < +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	12,5%
Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	12,5%
Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = [\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (Ano N-1)}] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação.	12,5%
Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com a RCM 34/2008: 1: Incumprir: quando PMP aumenta mais de 1 dia face ao ano anterior; 2: Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia; 3: Exceder: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumprir com a RCM 34/2008: 1: Incumprir: PMP > -15% face ao ano anterior; 2: Cumprir: -25% <= PMP <= -15%, face ao ano anterior; 3: Exceder: face ao ano anterior, PMP < -25%.	12,5%
Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% *excluindo o efeito DRG	12,5%

AMBIENTAIS E DE SERVIÇO

INDICADOR	CÁLCULO	ESCALA	AdA
Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. N° Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. N° Ações executadas face ao previsto >= 80,00%; < 90,00% 3. N° Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	12,5%
Qualidade da Água Fornecida	$AQA = QA (\text{Ano N})$	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% *sem deterioração face ao ano anterior	9,4%
Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = QAR (\text{Ano N})$	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% *sem deterioração face ao ano anterior	9,4%
Plano de Eficiência Hídrica	Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve.	Cumprimento do plano de acção para as medidas de interligação Sotavento/Barlavento, Aproveitamento do volume morto - Beliche; Águas para Reutilização, Tomada de Água no Pomorão e Dessalinização, de acordo com a tabela em Anexo (?)	6,3%

FINANCEIROS

(CONTINUAÇÃO)

PONTUAÇÃO FINAL DO PERÍODO

PRC à data 2022 (%)	PRC à data PAO 2022 (%)	PRC Dez para Cumprir (%)	Var 2022 - PAO à data (%)	Classificação
54,39%	53,52%	53,52%	0,87%	1
Dívida Vencida Cliente 2022 à Data (M€)	Dívida Vencida Cliente 2021 à Data (M€)	Dívida Vencida Cliente 2022 Dez para Cumprir (M€)	DCDMA (%)	Classificação
14,46	14,50	15,23	99,67%	2
Stock da Dívida 2022 Data Ajustado (M€)	Stock da Dívida 2021 à Data (M€)	Stock da Dívida 2022 para cumprir (M€)	Endividamento (%)	Classificação
170,2	175,8	179,4	-3%	3
PMP 2022 à Data (dias)	PMP 2021 à Data (dias)	PMP 2022 Dez para Cumprir (dias)	Var PMP (N/N-1) ou PMP (N) (dias ou %)	Classificação
43	38	39	43	1
RL sem DRG 2022 à Data (€)	RL sem DRG à Data PAO 2022 (€)	RL sem DRG 2022 Dez para Cumprir (M€)	Var RL 2022 - PAO Data sem Efeito do DRG	Classificação
4 965 969	5 661 432	5 378 361	-12%	1

AMBIENTAIS E DE SERVIÇO

(CONTINUAÇÃO)

PONTUAÇÃO FINAL DO PERÍODO

Número de Ações Realizadas em 2022 à Data	Número de Ações Previstas em 2022 à Data	Número de Ações Realizadas em 2022 Dez para Cumprir	Execução do Plano de Manutenção (%)	Classificação
12.452	13.083	80% do número de ações previstas	95,2%	3
Análises Realizadas (AR) ao abrigo do PCQA 2.º Semestre 2022	Análises Conformes Segundo o PCQA 2.º Semestre 2022	Análises Conformes (AC) Segundo o PCQA 2021 Dez para Cumprir (%)	Qualidade da Água Fornecida (%)	Classificação
8981	8976	AC=AR=100%	99,9%	3
Análises Realizadas (AR) ao abrigo do Normativo de Descarga 2021	Análises Conformes (AC) Segundo o Normativo de Descarga 2021	Análises Conformes (AC) Segundo o Normativo de Descarga 2021 Dez para Cumprir (%)	Qualidade das Águas Residuais (%)	Classificação
2216	2181	AC/AR>90%	98,4%	3
Cumprimento do Plano de Implementação de Eficiência Hídrica no Algarve				
Interligação Barlavento - Sotavento - Aprovação dos projetos de execução (Barlavento e Sotavento)	Aproveitamento do volume morto - Beliche - Abertura do procedimento execução Comporta e Sistema Elevatório	Tomada de água no Pomarão Adjudicação procedimento para Avaliação Impacto Ambiental	Dessalinização - Adjudicação procedimento Estudo de Impacto Ambiental	Classificação
1	3	2	3	2

MODO DE AVALIAÇÃO		AVALIAÇÃO DOS GESTORES	
1	Não Atingido	< 1,8	Não Cumprido
2	Atingido	1,8 ≤ Avaliação < 2,5	Cumprido
3	Superado	≥ 2,5	Superado

A avaliação dos gestores é feita pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório da pontuação de cada indicador determinado nos termos do disposto acima.

A Empresa atingiu o objetivo global de 2022 com um valor de 2,1. Em 2021, a empresa atingiu uma nota de 2,7 o que corresponde a classificação de superado.

b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2022

Por outro lado, os princípios estabelecidos no Estatuto do Gestor Público quanto ao exercício das funções de administração nas Empresas do Setor Empresarial do Estado implicam que, de forma eficiente e empenhada, se cumpre a missão da Empresa como concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, “em alta”, para a região do Algarve.

A materialização dos objetivos que daí resultam é efetuada no plano de atividades e orçamento (PAO) que foi elaborado e aprovado a 15 de março 2022.

Em linhas gerais, o Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos, assentou no estabelecimento de um conjunto de objetivos para 2022, face ao ano de 2019, que de seguida se apresentam:

- i. A melhoria da eficiência operacional, traduzida numa redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios;
- ii. A contenção dos gastos com pessoal;
- iii. Que o crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos não excede os 2%;
- iv. Que novas atividades sejam sustentadas em análise de custo-benefício demonstrativas da racionalidade económica para a prossecução dos objetivos gerais da Empresa.

E ainda, em cumprimentos com as instruções da DGTF em matéria de prestação de contas apresentam-se os seguintes indicadores:

INDICADORES	PAO 2022	EXECUÇÃO 2022	DESVIO (+/-)
Resultado Líquido	711 589 €	1 663 065 €	951 475
EBITDA	28 494 339 €	26 123 800 €	-2 370 539
Resultado Operacional (1) (EBIT)	6 254 019 €	11 633 421 €	5 379 401
Volume de Negócio (2)	61 752 042 €	60 429 039 €	-1 323 003
Endividamento	156 835 555 €	172 472 202 €	15 636 647
Dívida Financeira Líquida (3) / EBITDA	550%	605%	55%

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN.

3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

c) Execução do Plano de Atividade e Orçamento 2022 na vertente Investimento e nível de Endividamento.

PLANO DE INVESTIMENTO	PAO 2022	EXECUTADO 2022							DESVIO (PAO VS EXECUTADO)
		TOTAL	FONTES DE FINANCIAMENTO					OUTRAS	
			AUTOFINANCIAMENTO (RECEITAS PRÓPRIAS)	ORÇAMENTO DO ESTADO	ENDIVIDAMENTO	FUNDOS COMUNITÁRIOS	PRR		
Valor total do investimento	29 958 781	20 516 554			17 705 264	662 374	2 148 917		9 442 227
Investimentos previstos no PAO mas excedeu o montante aprovado	585 930	3 680 587	0	0	1 031 622	662 374	1 986 591	0	-3 094 658
133 - Nova Reserva do Barlavento	53 550	883 165			220 791	662 374			-829 615
215 - Reformulação do sistema de telegestão do SMAAA	12 720	115 167			115 167				-102 447
341 - Sistema Elevatório Água para o Túnel de Odelouca/Beliche	240 300	1 701 918			0		1 701 918		-1 461 618
343 - Reforço Ligação Sotavento/Barlavento	15 000	132 281			0		132 281		-117 281
230-Reforço de adução ao Concelho de Alcoutim	3 262	29 842			29 842				-26 580
284 - Reforço\Melhorias do Sistema de Aviso e Alerta da Barragem de Odelouca (SAABO)	12 898	13 540			13 540				-642
336 - Sistemas de Medição de Energia	500	107 526			107 526				-107 026
342 - Reabilitação da EEAR do Vau	187 700	544 756			544 756				-357 056
350 - Reforço do abastecimento de água ao Algarve. Solução de tomada de água	60 000	152 393			0		152 393		-92 393
Investimentos não previstos PAO	0	1 313 330	0	0	1 313 330	0	0	0	-1 313 330
53A - Fases de Reforço de Adução a Loulé - Ligação ao Reservatório da Pedra da Água	0	9 480			9 480				-9 480
231 - Beneficiações da ETA de Alcantarilha	0	14 630			14 630				-14 630
252 - Reparação do emissário submarino do Carvoeiro	0	12 600			12 600				-12 600
340 - Reparações e Melhorias em Infraestruturas do Sistema Multimunicipal de AR	0	621 895			621 895				-621 895
115 - Sistema de Telegestão do Saneamento do Algarve	0	1 740			1 740				-1 740
129 - Conceção - Construção da ETAR de Faro	0	93 660			93 660				-93 660
219 - Reforço de adução na zona da Penina	0	18 086			18 086				-18 086
267 - Equipamento das captação RAI e RA2 - Sistema de Almadena	0	118			118				-118
295 - Novo Balneário OPERAÇÃO ZONA	0	54 433			54 433				-54 433
344 - Investimentos Diversos 2021	0	23 655			23 655				-23 655
367 - Investimentos Diversos 2022	0	69 930			69 930				-69 930
371 - Fornecimento e Montagem de uma Plataforma	0	308 651			308 651				-308 651
359 - Programa ZERO Constr Parque Eólico Fase I	0	2 975			2 975				-2 975
992 - Modelação Gestão Otimização Origens	0	176			176				-176
372 - CE-Reab Furos LF2, LF6 e LF8 Portelas	0	74 484			74 484				-74 484
365 - Remoção de Amianto em Imóveis da AdA	0	3 485			3 485				-3 485
555 - Investimentos I Candidatura	0	3 333			3 333				-3 333

Pese embora a AdA tenha realizado 4,41 M€ de investimentos não previstos em orçamento, i.e., 3,09 M€ acima do previsto e 1,31 M€ em investimentos não previstos, no cômputo geral a empresa ficou abaixo do orçamentado em 9,44 M€. Por outro lado, inseridos no valor apresentado estão revisões de preços faturadas pelos fornecedores calculadas em consonância com os índices de atualização previstos nos cadernos de encargos e na própria legislação.

PONTO 2 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise da eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final. No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela seguinte apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DE TAXA DE JURO	31.12.2022	IMPACTO TAXA MÉDIA +1%	IMPACTO TAXA MÉDIA -1%
Juros (gastos) à taxa variável	636 658	298 212	-315 954
Juros (rendimentos) à taxa variável	885 875	414 945	-439 632
Impacto Líquido	-249 217	-116 734	123 679

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio na AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal se justifique.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

ANO DE 2022	< 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS
Empréstimos obrigacionistas	n.a.	n.a.	n.a.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2022 e a liquidar em 2023; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2022 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches: (i) transferência de plafond no montante de 100 612 mil euros da tranche B para a tranche A; (ii) prorrogação da data final de disponibilidade do financiamento até 14 de setembro de 2023; (iii) waiver ao covenant "Net debt/EBITDA" relativo ao ano 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo AdP tem utilizados 280 milhões de euros da tranche A e 49,3 milhões de euros da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos a liquidar no curto prazo, a AdA (via empresas do Grupo) dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

LINHAS DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO CONTRATUALIZADAS

RISCO DE LIQUIDEZ (MILHÕES EUROS)	PLAFOND DISPONÍVEL	PLAFOND USADO	PLAFOND NÃO USADO
Descobertos bancários (atribuíveis apenas à AdA)	7,0	0,0	7,0
Empréstimos de empresas do Grupo	0,0	0,0	0,0
Empréstimos de curto prazo a empresas do Grupo	0,0	0,0	0,0
Linhas de crédito líquidas disponíveis atribuíveis à AdP SGPS	15,0	15,0	0,0
Descobertos bancários (Grupo AdP)	27,0	21,0	6,0

O objetivo da AdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da AdA (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO EM MILHÕES EUROS	2022	2021
Empréstimos não correntes (empréstimos obrigacionistas)	0,0	0,0
Empréstimos não correntes (empréstimos obrigacionistas e de empresas do Grupo)	36,0	28,5
Disponibilidades	14,3	0,9
Endividamento líquido	21,7	27,6
Total capital próprio	32,2	30,6
Capital	29,8	29,8
Endividamento líquido/total do capital	67,3%	90,2%

O modelo de financiamento da AdA assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento obrigacionista e no capital próprio.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdA. A AdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados às subsidiárias e a suprimentos/apoios de tesouraria concedidos às subsidiárias.

O risco de crédito das subsidiárias é diminuto atendendo às respetivas situações financeiras e aos enquadramentos legais e regulatórios. Com efeito, nos sistemas de titularidade estatal, os rácios de autonomia financeira são elevados e nos sistemas multimunicipais ou em regime de parceria, os contratos de concessão ou parceria, dispõem de mecanismos de reposição do equilíbrio económico-financeiro de forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades com terceiros, nomeadamente as responsabilidades resultantes do serviço da dívida.

Acresce que, no caso dos sistemas multimunicipais e nas parcerias, foi consolidada a disposição regulatória e legislativa que assegura a recuperação das dívidas dos municípios a esses sistemas no âmbito do âmbito do Desvio de Recuperação de Gastos, que por sua vez tem um prazo de recuperação definido por Decreto-Lei.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

SEGMENTO DE NEGÓCIO (MILHÕES DE €)	TIPOLOGIA DE CLIENTES		TOTAL (NOTA X)
	GRANDES CLIENTES INDUSTRIAIS E OUTRAS ENTIDADES	EMPRESAS DO GRUPO	
Risco	Médio	Baixo	
Exposição bruta	36,5	0,0	
Imparidade	2,7	0,0	
Exposição líquida	33,8	0,0	

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 e 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da Demonstração da Posição Financeira.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS EM MILHÕES EUROS	2022	2021
Depósitos à ordem (Nota 12)	14,31	0,93
Depósitos prazo (Nota 12)	0,00	0,00
	14,31	0,93
RATING		
A-	0,09	0,00
A2	0,00	0,03
A3	0,00	0,22
B1	0,00	0,00
Ba2	0,00	0,00
Baa1	0,00	0,03
Baa2	0,26	0,65
BB	0,05	0,00
BBB	0,02	0,00
BBB+	13,90	0,00
Não disponível	0,00	0,00
	14,31	0,93

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdA, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

ANOS	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (Milhões de €)	4,7	5,4	5,8	6,3	6,5
Taxa Média de Financiamento (%)	2,87%	0,74%	0,76%	0,76%	0,74%

Apresenta-se no quadro abaixo a remuneração do financiamento, sob as várias componentes e igualmente as taxas médias anualizadas referentes aos juros suportados e encargos sob financiamento (all-in).

ANOS	2022	2021	2020
Endividamento	172 472 202	175 791 741	185 596 610
Remuneração do financiamento	5 662 620	6 432 308	7 918 843
Juros Suportados	4 526 979	5 182 892	5 577 482
Imposto Selo s/ Operações Financeiras	3 288	6 140	5 342
Diferenças de câmbio desfavoráveis de financiamento	0	0	0
Perdas em Instrumentos Financeiros (justo Valor)	0	0	0
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	1 138 923	1 247 015	2 336 019
TPPE - Ativos em Curso	0	-3 740	0
Taxa média juros suportados	2,90%	2,74%	2,73%
Taxa média total de financiamento	3,56%	3,53%	4,07%

PONTO 3 - LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Nos termos definidos no n.º1 do artigo 60.º da Lei n.º 2/2021, de 31 de março (lei do Orçamento de Estado para 2021, retificada pela Lei 27-A/2021, de 24 de julho, apurado nos termos da fórmula disposta no n.º4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019).

A Águas do Algarve, S.A. tem vindo a reduzir o seu endividamento, conforme se detalha no quadro seguinte, cumprindo os termos definidos para 2019 na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2019.

PASSIVO REMUNERADO (EM €)	2022	2021	2020	2019	2018	VALOR	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	172 472 202	175 791 741	185 596 610	196 217 956	217 954 163	-3 319 538	-1,89%
- dos quais concedidos pela DGTF						0	
Aumentos de Capital por dotação						0	
Aumentos de Capital por conversão de créditos						0	
Endividamento Ajustado	172 472 202	175 791 741	185 596 610	196 217 956	217 954 163	-3 319 538	-1,89%

EM EUROS	2022	2021
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	172 472 202	175 791 741
Capital Social	29 825 000	29 825 000
Novos Investimentos no ano (expressão material)	0	0
Varição do Endividamento	-1,89%	

PONTO 4 - EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

De 2021 para 2022 verifica-se um aumento do prazo médio de pagamento, conforme quadro seguinte:

PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO	2022	2021	VARIAÇÃO DIAS	VARIAÇÃO %
PMP (Dias)	43	38	5	14,0%

No termos do ponto 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, “os objetivos de prazos de pagamento a fornecedores e respetivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:”

	GRAU DE CUMPRIMENTO DO OBJECTIVO		
	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTOS	INCUMPRIMENTO
PMP do ano anterior inferior a 45	PMP < 30 d	30 d ≤ PMP < 40 d	PMP ≥ 40 d
PMP do ano anterior superior a 45	Redução do PMP superior a 25 %	Redução do PMP no intervalo (15 %; 25 %)	Aumento do PMP ou inferior a 15 %

Deste modo, e face aos valores que tinham sido registados para o ano de 2021, verifica-se que em 2022 não estamos dentro do indicador:

Abaixo a divisão dos valores em dívida, por prazos de vencimento:

	VALORES EM DÍVIDA					
	DÍVIDAS NÃO VENCIDAS (€)	DÍVIDAS VENCIDAS (€) 0-90 DIAS	DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O 1º DL 65-A/2011 (€)			
			90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	>360 DIAS
Aquisições de bens e serviços	1 946 994	611 251	106 110	66 120	162 788	149 287
Aquisições de Capital	1 587 558	54 565	550	31 769	2 214	279 489
Total	3 534 552	665 816	106 660	97 889	165 002	428 776

PONTO 5 - DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

PONTO 6 - REMUNERAÇÕES

Apresentam-se de seguida os quadros com as remunerações dos Órgãos Sociais da Empresa

A) ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	REMUNERAÇÃO ANUAL 2022 (€)			
				BRUTA (1)	REDUÇÃO REMUNERATÓRIA (2)	REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL (4)=(1)+ +(2)+(3)
2021 - 2023	Presidente	Rogério Conceição Bacalhau Coelho	575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2021 - 2023	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2021 - 2023	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO (INÍCIO-FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		REMUNERAÇÃO	
			FORMA (1)	DATA	[ENTIDADE PAGADORA]	(O/D)(2)
2021 - 2023	Presidente Executivo	António Paulo Jacinto Eusébio	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	EPAL / AdA
2021 - 2023	Vice-Presidente Executivo	Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2021 - 2023	Vogal Executivo	Hugo Miguel Guerreiro Nunes	AG	15/03/2021	Águas do Algarve, S.A.	AdA / AdA
2021 - 2023	Vogal Não Executivo	Ana Paula Fernandes Martins	AG	15/03/2021	C. M. Tavira	C. M. Tavira
2021 - 2023	Vogal Não Executivo	José Carlos Martins Rolo	AG	15/03/2021	C. M. Albufeira	C. M. Albufeira

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [9]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D - Origem / Destino

Sendo a Águas do Algarve, S.A. uma Empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento dos lugares de origem, as remunerações dos administradores são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME
Ana Paula Fernandes Martins	Câmara Municipal de Tavira	Presidente	Público
José Carlos Martins Rolo	Câmara Municipal de Albufeira	Presidente	Público

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO			
	FIXADO (S/N)	CLASSIFICAÇÃO (A/B/C)	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)	
			VENCIMENTO	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO
António Paulo Jacinto Eusébio	S	B	4 922,84	1 969,14
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	S	B	4 430,56	1 772,22
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	S	B	3 938,27	1 157,31

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL 2022 (€)					
	FIXA (*)	VARIÁVEL	BRUTA (1)	REDUÇÃO REMUNERATÓRIA (2)	REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL (4)=(1)-(2)+(3)
António Paulo Jacinto Eusébio	94 368	0	94 368	4 718	0	89 650
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	85 129	0	85 129	4 256	0	80 872
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	79 518	0	79 518	3 976	0	75 542
			259 015	12 951	0	246 064

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

MEMBRO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)						
	VALOR DO SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL [IDENTIFICAR]	SEGURO DE VIDA	SEGURO DE SAÚDE	OUTROS	
	ENCARGO DIÁRIO	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE		ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE	[IDENTIFICAR]	ENCARGO ANUAL DA ENTIDADE
António Paulo Jacinto Eusébio	7,14	1 727,88	CGA	21 505,94	- - -	- - -	0,00
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	7,14	1 742,16	Segurança Social	13 372,06	- - -	- - -	0,00
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	7,14	1 742,16	Segurança Social	16 595,09	- - -	- - -	0,00
		5 212,20		51 473,09			0,00

MEMBRO DO CA	ENCARGOS COM VIATURAS - 2022								
	VIATURA ATRIBUIDA (S/N)	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO (S/N)	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA (€)	MODALIDADE (1) (IDENTIFICAR)	ANO DE INÍCIO	ANO DE TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL (€)	GASTO ANUAL COM RENDAS (€)	PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES s(nº)
António Paulo Jacinto Eusébio	Sim	Sim	28 231,03	AOV	2018	2023	467,33	5 607,96	4
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2023	426,56	5 118,72	5
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	Sim	Sim	25 251,47	AOV	2018	2023	426,56	5 118,72	5

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)

MEMBRO DO CA	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS (*)		GASTOS TOTAIS COM VIAGENS (€)
				IDENTIFICAR	VALOR	
Joaquim Carlos Correia Peres	0,00	0,00	0,00	Refeições	57,88	57,88
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	0,00	0,00	0,00	Refeições	50,74	50,74
António Paulo Jacinto Eusébio	0,00	0,00	0,00	Refeições	28,56	28,56

B) CONSELHO FISCAL

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	N.º DE MANDATOS
			FORMA (1)	DATA		
2019 - 2021	Presidente	Município de Lagoa, representado pela Presidente da Câmara Municipal, Luis António Alves da Encarnação (*)	AG	15/03/2021	AG	1
2019 - 2021	Vogal Efetivo	Sandra Simões Filipe Valério	AG	08/04/2019	AG	1
2019 - 2021	Vogal Efetivo	João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	AG	08/04/2019	AG	2
2019 - 2021	Vogal Suplente	António Jorge Morgado	AG	19/06/2020	AG	2

Número estatutário mínimo e máximo de membros – [4] / [4]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(*) Dr.ª Ana Paula Martins renunciou em 15-03-2021.

REMUNERAÇÃO ANUAL 2020 (€)

MEMBRO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	REVERSÃO REMUNERATÓRIA (3)	VALOR FINAL
				(4)=(1)-(2)+(3)
Município de Lagoa, representado pela Presidente	0,00	0,00	0,00	0,00
João Daniel Salgado Alves Salgueiro de Matos	14 301,14	715,40	0,00	13 585,74
Sandra Simões Filipe	14 301,14	715,40	0,00	13 585,74
	28 602,28	1 430,80	0,00	27 171,48

C) REVISOR OFICIAL

MANDATO (INÍCIO / FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC / ROC			DESIGNAÇÃO			N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA EMPRESA
		NOME	N.º DE INSCRIÇÃO NA OROC	N.º DE REGISTO NA CMVM	FORMA¹	DATA	CONTRATADA		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers&Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda representada por José Alves Bizarro Duarte	183	20161485	AG	05/04/2019	Sim	4	4
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	05/04/2019	Sim	3	3
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	05/04/2019	Sim	4	4

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) - Apresentaram renúncia a 08/04/2019

NOME

REVISÃO DE CONTAS DE 2022 (€)

PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda,
representada por João Rui Fernandes Ramos e Jorge Manuel Santos Costa

11 205

A sociedade não procedeu, desde 1 de janeiro de 2022 até ao momento presente, à eleição nem do conselho fiscal nem do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas para um novo mandato.

A PWC não apresentou renúncia ao cargo de sociedade de revisores oficiais de contas, tendo-se mantido na plenitude de funções.

PONTO 7 - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº 8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE:

A) À NÃO UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO NEM DE OUTROS INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO POR GESTORES PÚBLICOS, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DE DESPESAS AO SERVIÇO DA EMPRESA;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

B) AO NÃO REEMBOLSO A GESTORES PÚBLICOS DE QUAISQUER DESPESAS QUE CAIAM NO ÂMBITO DO CONCEITO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PESSOAL;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

C) DESPESAS COM COMUNICAÇÕES;

O valor anual das despesas com comunicações dos gestores da Águas do Algarve, S.A. é o que se apresenta no quadro seguinte:

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)		
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÕES
António Paulo Jacinto Eusébio	N/A	536	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	N/A	536	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	N/A	536	

D) DESPESAS COM COMBUSTÍVEL E PORTAGENS EM VIATURAS DE SERVIÇO.

O quadro seguinte apresenta os gastos com combustível e portagens pelas viaturas dos gestores da Empresa:

MEMBRO DO CA	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEIS E PORTAGENS	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)			OBSERVAÇÕES
		COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL	
António Paulo Jacinto Eusébio	486	3 987	1 186	5 173	
Maria Isabel Fernandes da Silva Soares	389	2 489	541	3 031	
Hugo Miguel Guerreiro Nunes	389	2 385	515	2 900	

PONTO 8 - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A Águas do Algarve, S.A dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

PONTO 9 - ELABORAÇÃO (DE TRÊS EM TRÊS ANOS) E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

A informação relativa ao ano de 2022 é apresentada de seguida:

NÚMERO DE PESSOAS POR GÉNERO	2022	
	FEMININO	MASCULINO
Chefia	7	4
Chefia intermédia	2	9
Técnico de apoio administrativo	12	1
Técnico operacional	4	74
Técnico superior ou equiparado	53	31
Total por género	78	119

RETRIBUIÇÃO TOTAL MÉDIA MENSAL POR GÉNERO	2022	
	FEMININO	MASCULINO
Chefia	4 024	5 755
Chefia intermédia	4 238	3 807
Técnico de apoio administrativo	1 568	2 291
Técnico operacional	1 122	1 273
Técnico superior ou equiparado	1 947	2 154

PONTO 10 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES CONEXAS E DO RELATÓRIO ANUAL ONDE É INDICADO O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ELENCADAS NO PLANO, TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE PREVISÃO DA CORRUPÇÃO, DESIGNADAMENTE A RECOMENDAÇÃO DO REFERIDO CONSELHO, DATADO DE 1 DE JULHO DE 2009.

A Empresa adotou desde 27 de dezembro de 2011, a Comissão Executiva da Águas do Algarve, S.A. aprovou a revisão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – publicado no sítio da internet <https://www.aguasdoalgarve.pt/content/regulamentos> - e a manutenção de sua aplicação. A 14 de janeiro a Comissão Executiva da Águas do Algarve, S.A. aprovou os complementos ao plano-recomendação emanada pelo Conselho de Previsão da Corrupção (CPC) de 07 de novembro de 2014. Encontra-se em fase de conclusão a revisão do referido Plano, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo CPC e ajustá-lo à evolução da realidade da Empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela Empresa visando a sua mitigação.

Este Plano pretende também reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders. Compreendendo toda a Empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, s.a. procede à avaliação anual do PGRCIC em vigor na Empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público Empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da [EMPRESA] e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a Empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor Empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

Destaque-se que o Grupo AdP apresentou a 17 de dezembro de 2021 a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdA, S.A. uma das Empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A Águas do Algarve, S.A. e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

PONTO 11 - CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO, DESIGNADAMENTE:

- A) O MODO COMO FORAM APLICADAS AS NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA VIGENTES EM 2019, SENDO QUE, NAS EMPRESAS-MÃE DE GRUPOS PÚBLICOS, ESSE PONTO DEVERÁ INCLUIR TODAS AS EMPRESAS EM QUE ESTAS PARTICIPEM MAIORITARIAMENTE;**
- B) OS PROCEDIMENTOS INTERNOS INSTITUÍDOS PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E SE OS MESMOS SÃO OBJETO DE REVISÃO PERIÓDICA, COM REFERÊNCIA À ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO;**
- C) OS ATOS OU CONTRATOS CELEBRADOS COM VALOR SUPERIOR A 5 M€, INDEPENDENTEMENTE DA ESPÉCIE DO ATO, OU CONTRATO, EM CAUSA, E SE OS MESMOS FORAM SUJEITOS A VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS, CONFORME DETERMINA O ARTIGO 47º DA LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS (LOPTC).**

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das Empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

A central de compras do Grupo AdP, operacionalizada através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e, com isso, obter condições contratuais mais atrativas para o conjunto das Empresas. Complementarmente, ao libertar as Empresas da carga administrativa e financeira associada à necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que a contratação implica um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos, resultante das particularidades técnicas relevantes de boa parte dos bens e serviços de que as Empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, de que são exemplo designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

a) Procedimentos Internos para contratação de Bens e Serviços

A Águas do Algarve, S.A. possui um departamento, designado “Departamento de Compras e Logística”, o qual tem por obrigação e competência a preparação de desenvolvimento de todas as aquisições de bens e serviços de que a Empresa necessita para a sua atividade.

Este departamento centraliza toda a logística das aquisições, cuja necessidade lhe é encaminhada através de requisições efetuadas no sistema SAP, por todos os departamentos e áreas da Empresa.

b) Contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros

Embora em 2022 não tenham sido celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros, foi no ano de 2022 que foi obtido o visto prévio para a seguinte aquisição de serviços:

- Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Zona Poente- Lote 2), no valor de 58 478 073,60€+IVA

PONTO 12 - MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As Empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

PONTO 13 - MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS PREVISTAS NO DESPACHO N.º 395/2020 – SET, DA SECRETARIA DE ESTADO DO TESOUREIRO, JUSTIFICANDO DETALHADAMENTE O NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS.

No quadro abaixo são apresentados os valores respeitantes à verificação do cumprimento dos respetivos objetivos, que se resumem:

- Redução do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios face a 2021;
- Redução ou manutenção dos seguintes conjuntos de gastos face a 2021: (1) Gastos com contratações de estudos, pareceres e consultoria;
- Não incremento dos gastos associados à frota automóvel, face a 2021;
- Não agravamento dos gastos-com-pessoal-corrigidos, face a 2021.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	REAL	PAO	REAL	REAL	REAL	2022/2021		2022/2019	
	2022	2022	2021	2020	2019	Δ ABSOL.	VAR. %	ΔABSOL.	VAR. %
(0) EBITDA (1)	26 123 800	27 394 604	29 343 384	26 867 701	27 575 593	-3 219 584	-11%	-1 451 793	-5%
(1) CMVMC	1 779 906	1 993 339	1 959 076	2 387 017	2 087 828	-179 170	-9%	-307 922	-15%
(2) FSE	26 632 599	24 176 187	23 893 319	24 193 356	24 733 456	2 739 280	11%	1 899 143	8%
FSE (efeito IFRS 16)	161 322	366 174	276 465	213 624	193 831	-115 143	-42%	-32 509	-17%
(3)Gastos com o pessoal	6 073 378	6 550 031	5 598 973	5 685 161	5 532 981	474 405	8%	540 397	10%
i. Relativos aos órgãos sociais ^{a)}	347 915	344 269	342 735	330 836	334 613	5 180	2%	13 302	4%
ii. Indemnizações pagas por rescisão ^{b)}						0		0	
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{c)}						0		0	
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ^{a)}	217 924					217 924		217 924	
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i., ii., iii. e iv	5 507 539	6 205 762	5 256 238	5 354 325	5 198 368	251 301	5%	309 171	6%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais ^{b)}	1 984 725	36 200	111 971	100 541	98 530	1 872 754	1673%	1 886 194	1914%
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	32 662 480	33 049 531	31 615 862	32 378 616	32 449 565	1 046 618	3%	212 915	1%
(7) Volume de negócios (VN)	60 429 039	61 752 042	59 834 278	59 021 350	60 476 160	594 761	1%	-47 122	0%
Subsídios à exploração	241 131	23 260	338 098	124 770	22 174	-96 967	-29%	218 957	987%
Indemnizações Compensatórias						0		0	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais ^{b)}						0		0	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	60 429 039	61 752 042	59 834 278	59 021 350	60 476 160	594 761	1%	-47 122	0%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	54,05%	53,52%	52,84%	54,86%	53,66%	0	2%	0	1%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	42 078	56 914	14 836	22 500	54 255	27 242	184%	-12 177	-22%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	4 088	0	199	2 760	5 848	3 889	1955%	-1 760	-30%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	237 858	383 714	291 021	273 320	301 788	-53 163	-18%	-63 930	-21%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	326 971	541 048	563 345	469 832	643 564	-236 374	-42%	-316 593	-49%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	610 995	981 676	869 401	768 412	1 005 455	-258 406	-30%	-394 460	-39%
N.º Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	209	213	191	182	174	18	9%	35	20%
N.º Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	12	0	0%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	13	13	13	13	13	0	0%	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	184	188	166	157	149	18	11%	35	23%
N.º Trabalhadores/N.º CD	14	14	13	12	11	1	11%	3	23%
N.º de viaturas	72	76	72	72	72	0	0%	0	0%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Conforme se constata, não foram cumpridos os objetivos respeitantes aos gastos com o pessoal, no entanto o aumento desta rubrica foi antecipadamente autorizado por via da aprovação do Plano de Atividade e Orçamento de 2022.

Verifica-se o não cumprimento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

Quanto aos objetivos referentes aos restantes gastos, é de referir os seguintes valores gastos em 2022:

- Gastos associados à frota automóvel com viaturas: não verifica uma redução face ao ano anterior;
- Gastos com deslocações/estadas: não se verifica uma redução face ao ano anterior;
- Gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria: verifica-se uma redução face ao ano anterior.

Relativamente ao número de viaturas ao serviço da Empresa importa salientar que a Empresa passou a utilizar 16 viaturas elétricas e manteve o número de viaturas do parque automóvel do ano transato, bem com do número aprovado em orçamento: 72. Neste número já se consideram as 2 viaturas alienadas pela AdA em 2022, as quais mereceram aprovação prévia pelo Concedente

PONTO 14 - PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO DECRETO-LEI N.º133/2013 DE 3 DE OUTUBRO, ARTIGO 136.º DA LOE 2022 E ARTIGO 102.º DO DLEO 2022)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das Empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido, a ADP:

- acompanhou as Empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;

Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1 472 milhões de euros;

Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas Empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Para o biénio 2022-2023, o Grupo AdP obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho nº INF 608/2022, o qual foi emitido em 17 de Agosto de 2022 pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, e para os seguintes serviços:

- Aplicação de disponibilidades necessárias para assegurar descobertos bancários de curto prazo
- Recebimentos de clientes por referência SIBS.
- Garantias bancárias em substituição de depósitos caução destinados a garantir obrigações das empresas do grupo AdP.
- Recebimento de clientes através do sistema DPG - Digital Payments Gateway.
- Pagamentos a fornecedores por referência SIBS.
- Contas bancárias e aplicações financeiras em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias.
- Empréstimos bancários (curto, médio ou longo prazo).
- Garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados no IGCP.
- Utilização da vertente credora dos débitos diretos.
- Cartões refeição.
- Compra e venda de moeda estrangeira.

BANCO / INSTITUIÇÃO	1º TRIMESTRE 2022 €	2º TRIMESTRE 2022 €	3º TRIMESTRE 2022 €	4º TRIMESTRE 2022 €
APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
IGCP	0	0	0	0
Fundo de Compensação do Trabalho	9 695	10 874	11 540	13 298
Total de Aplicações Financeiras	9 695	10 874	11 540	13 298
DEPÓSITOS À ORDEM e CAIXA				
Novo Banco	535	535	535	535
BPI	22 982	22 816	22 785	22 785
Santander	35 169	34 717	34 612	33 766
BBVA	279 184	56 804	79 884	43 437
Millennium BCP	3 719	649	48 371	45 301
CGD	774 976	178 738	-68 109	258 692
IGCP	2 031 473	474 677	439 228	13 895 597
Bankinter	9 847	9 766	9 685	9 604
Euro Bic	278	263	263	232
Total de Depósitos à Ordem	3 158 163	778 964	567 254	14 309 949
Caixa	9 000	9 000	9 000	9 000
JUROS AUFERIDOS				
IGCP				
Banca Comercial				
TOTAL DE JUROS AUFERIDOS	0	0	0	0

PONTO 15 - DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPECTIVO RESULTADO

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

No ano de 2021, foi efetuada a seguinte Recomendação pelo Tribunal de Contas, referente ao processo de visto n.º 601/2021, no âmbito da empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção / Construção:

“2) Recomendar à entidade fiscalizada, ao abrigo do disposto no artigo 44.º, n.º 4, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), que em futuros procedimentos proceda a:

- a) Cumpra rigorosamente o disposto nos artigos 139.º e 146.º, n.º 1, do CCP e os princípios da proporcionalidade e da necessidade na respetiva interpretação e aplicação, adotando, sempre que possível, fórmulas de avaliação do fator preço que permitam graduar os vários limiares de preços admissíveis permitindo, por essa via, a ordenação de todas as propostas;
- b) Identificação dos pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato, nas peças do procedimento, em conformidade.”

À data atual encontra-se em curso uma Auditoria do Tribunal de Contas aos contratos de aquisições de serviços, tendo a mesma iniciado em 2022, e que ainda decorre.

PONTO 16 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7.º DA LEI N.º 62/2017, DE 01 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3.º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6.º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO

Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);

O Grupo AdP tem implementada uma política sustentada da Igualdade de Género. Esta política específica é coadjuvada pela existência de um conjunto de outras políticas não discriminatórias, tais como, o Código de Conduta e Ética, o Acordo Coletivo de Trabalho e a certificação na norma de Responsabilidade Social SA8000, que consolidam a atuação da Empresa, aumentando a cultura corporativa e a coesão social.

A Política de Recursos Humanos do Grupo garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a cultura corporativa e coesão social no Grupo. O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo AdP assume os Objetivos de “Garantir a igualdade de oportunidades e promover a diversidade e inclusão” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”. O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assume ainda os Compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”.

A igualdade entre mulheres e homens significa a igual oportunidade de participação de homens e mulheres em todas as esferas da vida pública e privada. Está consagrada na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 13º, e constitui um princípio fundamental do direito comunitário considerado no artigo 2º do Tratado da Comunidade Europeia.

Na sua dimensão laboral, este princípio traduz-se na:

- Igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, ao emprego, à formação profissional e à progressão na carreira;
- Participação equilibrada dos homens e das mulheres na vida profissional e na vida familiar, nomeadamente no que respeita à necessidade de ausência ao trabalho por licença de maternidade e/ou paternidade e para prestação de cuidados a pessoas dependentes.

Entendemos que a política de igualdade de género e de conciliação das obrigações profissionais e familiares é, não só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades.

A Águas do Algarve, S.A., durante o ano de 2022 executou diversas medidas do seu Plano de igualdade de género 2022 e já estabeleceu e divulgou o Plano de igualdade de género 2023, em estrito cumprimento com o estabelecido na Lei nº 62/2017 de 1 de agosto.

Este Plano de igualdade de género 2023, está disponibilizado em: Plano de Igualdade de Género | Águas do Algarve (aguasdoalgarve.pt) e organizado pelas seguintes dimensões/subdimensões agregadoras:

- Estratégia, Missão e Valores;
- Igualdade nas condições de trabalho:
 - o Avaliação de desempenho;
 - o Promoção / Progressão da carreira profissional;
 - o Licenças / Licenças partilhadas;
 - o Redução do tempo de trabalho;
- Conciliação Entre a Vida Pessoal, Familiar e Profissional:
 - o Teletrabalho
- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

Estas dimensões compreendem objetivos e medidas de intervenção, às quais estão associados indicadores, estado de implementação, responsabilidade pela sua execução, prazo, custo e metas a alcançar:

Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

O Grupo AdP divulga anualmente no seu R&C e no seu Relatório de Sustentabilidade Corporativo a informação relevante de Recursos Humanos desagregada por sexo (bem como nos relatórios individuais das Empresas). O Relatório de Sustentabilidade Corporativo é enviado aos principais stakeholders e é disponibilizado no sítio da internet da Águas do Algarve e da Águas de Portugal (Relatórios de Sustentabilidade (adp.pt)).

O Plano de igualdade de género referido na alínea anterior visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. De entre os objetivos definidos, podemos exemplificar:

Objetivos:

- Promover a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- Assegurar um contexto de trabalho isento de discriminação em função do sexo, da parentalidade e/ou da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Garantir o princípio da igualdade e não discriminação no acesso ao emprego;
- Promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no acesso à formação;
- Promover a igualdade entre mulheres e homens no domínio da progressão e desenvolvimento profissional;

- Garantir o direito ao gozo das licenças de parentalidade pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Incentivar os trabalhadores homens ao uso partilhado da licença parental inicial;
- Prevenir e combater o assédio no trabalho. Prevenir e combater a prática de outras ofensas à integridade física ou moral, liberdade, honra ou dignidade do trabalhador ou da trabalhadora.

Para cumprimento dos objetivos acima referidos, podemos de entre outras, exemplificar as seguintes medidas:

Medidas:

- Consultar os trabalhadores/as sobre o grau de satisfação com as políticas e medidas implementadas, relativas às dimensões de diversidade e igualdade, ética, não discriminação e equilíbrio e conciliação vida profissional, familiar e pessoal;
- Verificação de todos os anúncios de oferta de emprego e outras formas de publicidade ligadas à pré-seleção de forma a garantir que não contêm, direta ou indiretamente, qualquer restrição, especificação ou preferência baseada no sexo;
- Criação e implementação de procedimento interno para assegurar que mulheres e homens têm igual oportunidade ao número de horas de formação certificada estabelecida por lei;
- Criação de procedimento e/ou mecanismos de divulgação de oportunidades internas, nomeadamente área específica no portal interno;
- Promover a equidade Homem/Mulher no gozo das licenças parentais através da divulgação de direitos e deveres na maternidade/parentalidade, previstos na legislação;
- Disponibilização de um conjunto de medidas/benefícios para os trabalhadores e trabalhadoras que promovem a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal. Exemplo: iniciativas de bem-estar e entretenimento;
- Formação para todos os colaboradores em matéria de Código de Conduta e Ética e em Responsabilidade Social.

Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º I do artigo 50.º do RJSPE);

A Águas do Algarve, S.A. assume, no âmbito da política corporativa de gestão de recursos humanos da AdP, SGPS, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus recursos humanos, respeitando os seguintes princípios:

- Criar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Promover comportamentos éticos e de respeito mútuo;
- Assegurar a saúde e segurança no trabalho;
- Respeitar as relações laborais;
- Acolher a diversidade;
- Fortalecer a motivação dos colaboradores;
- Promover o envolvimento e o compromisso com o Grupo AdP.

Nesse sentido, estão implementadas um conjunto de políticas corporativas que visam realizar o referido compromisso:

Formação Contínua

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na nossa estratégia, entendemos que é fundamental dotar os nossos recursos humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da Águas do Algarve, S.A.. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

Valorização Profissional

Um dos valores da Águas do Algarve, S.A. é o seu contributo para o desenvolvimento dos colaboradores através da aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida. Os colaboradores são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual.

A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa é igualmente incentivada e suportada.

Horário flexível

Tendo em vista o compromisso de promoção do equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos colaboradores é disponibilizado o regime de horário de trabalho flexível que permite a gestão individual do horário de trabalho de cada trabalhador garantindo em simultâneo o cumprimento de todas as obrigações profissionais e de produtividade estabelecidas.

No cumprimento de medidas de eficiência energética do Grupo AdP, a Empresa implementou um sistema de trabalho remoto, para todos os colaboradores da Empresa, cujas funções o permitissem.

Seguros

A saúde e segurança dos colaboradores é muito valorizada pela Águas do Algarve, S.A.. Todos os colaboradores têm acesso a um conjunto de seguros que garantem apoio ao próprio e à família em caso de acidente ou doença e também nos casos de invalidez ou morte.

Nascer no Mundo AdP

No âmbito da promoção do envolvimento dos colaboradores com a Empresa e do equilíbrio entre vida pessoal e profissional, quando nasce um filho de um colaborador é oferecido um cabaz nascimento que pretende celebrar esse momento único que é o nascimento de uma nova vida no Mundo AdP.

Gestão do Desempenho

O Processo de Avaliação de Desempenho tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da Empresa e potenciar o aumento da produtividade. O Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra a observação, o acompanhamento, a avaliação e o desenvolvimento dos colaboradores.

Gestão de Carreiras

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que o Grupo AdP valoriza e estimula constituindo um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos.

O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de know-how específico é um processo que acrescenta valor ao Grupo AdP e possibilita aos colaboradores e colaboradoras a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. A Política Corporativa de Mobilidade Geográfica, implementada desde 2015, tem dado um contributo ativo para a dinamização de processos de mobilidade funcional ao garantir um conjunto de apoios aos colaboradores, em mobilidade, destinados a facilitar e apoiar a transição e a instalação no novo local de trabalho.

PONTO 17 - ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA, PREVISTA NOS ARTIGOS 66.º-B OU 508.º-G DO CSC, CONTENDO, NO MÍNIMO, A INFORMAÇÃO INDICADA NOS N.ºS 2 DOS MENCIONADOS ARTIGOS. ESTA INFORMAÇÃO DEVERÁ SER PREFERENCIALMENTE APRESENTADA EM RELATÓRIO SEPARADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, EM ANEXO AO RGS (VIDE MANUAL PARA A ELABORAÇÃO DO RGS, DISPONÍVEL NO SÍTIO DA INTERNET DA UTAM).

A Águas do Algarve, S.A. não tem a obrigatoriedade individual de reportar a informação não financeira (artigo 66º CSC revisto pelo DL 89/2017). Todavia, esta informação vai ser disponibilizado no relatório consolidado de sustentabilidade do Grupo AdP.

Ponto obrigatório constar no anexo I.

Relativamente ao constante do nº2 dos art.º 66-B e 508.º-G, recomenda-se que, neste ponto, seja feita referência aos capítulos relativos à sustentabilidade e capital humano, do Relatório de Gestão, capítulos estes em que consta já a informação mínima requerida.

Nos casos aplicáveis, deve ser feita remissão para o anexo do RGS.

PONTO 18 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SITE DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

Conforme orientações da DGTF, a Águas do Algarve S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO		COMENTÁRIOS
	S/N/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	
Estatutos	N.A.		
Caracterização da Empresa	N.A.		
Função de tutela e accionista	N.A.		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	N.A.		
Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.		
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	N.A.		
Informação Financeira histórica e atual	N.A.		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.		
Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
Outras transações	N.A.		
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	N.A.		
Social	N.A.		
Ambiental	N.A.		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo			
Código de ética	N.A.		

Ofício-Circular da DGFT

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2022	CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Objectivos de Gestão 2022			
Indicadores de Gestão global	S	Classificação de 2,1 numa escala até 3,0.	Ponto I - Objectivos de gestão (artigo 38º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e Plano de Atividades e Orçamento
Metas a Atingir constantes no PAO 2020			
Investimento	N	Orçamento de 29,96 milhões de €; executado 20,52 milhões de €; taxa de execução de 68%.	Atrasos diversos nas execuções de obras, ou nas questões processuais para integração de património: -2,8 milhões de € em integrações; -3,1 milhões de € em aquisições diretas; - 1,9 milhões de € no Programa Zero; -1,0 milhões de € na ETAR de Lagos.
Nível de endividamento	N	Orçamento de 156,8 milhões de €; realizado 172,4 milhões de €.	Expectativa de cessão de Acordo de Regularização Dívida de cliente a uma entidade bancária, o qual não se concretizou ainda.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N	Rácio Gastos Operacionais / Volume de Negócios: Orçamento de 53,52%, realizado de 54,39%	Aumentos significativos dos preços de aquisição de bens serviços.
Gestão do Risco Financeiro		Taxa média de financiamento	
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento de -3%	
Evolução do PMP a fornecedores	N	+ 6 dias	A empresa conta recuperar deste não cumprimento em 2023.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	1,5 milhões de € vencidos.	Sem casos problemáticos
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação	N/A		
Reserva emitida na última Certificação Legal de Contas			
Reserva	S	sem reservas	
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não houve atribuições em 2022	
CA-Reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	N/A	eliminação em 2022 da redução de 5%; ainda sujeita a ratificação em Assembleia Geral.	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	N/A		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)	N/A		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Cartão de crédito do IGCP, exclusivamente utilizado para pagamentos de anúncios de procedimentos de compras.	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	NA	Nada a assinalar	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Cumprir	
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Nada a assinalar	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	site da empresa	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	site da empresa	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Código dos Contratos Públicos	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	1 contrato, totalizando 58,0 milhões de euros	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	Economato, energia, viaturas	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	Variação de +8,7%.	Aumentos significativos dos preços de aquisição de bens e serviços. Variação significativa nos Gastos com Amortizações derivada da integração em 2022 das barragens de Odeleite e do Beliche.
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	S	Variação de -42,0%.	Redução significativa nos Gastos com Assessoria Jurídica.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	% de disponibilidades no IGCP: 97,0%.	inclui uma conta à ordem cujo montante em Dezembro de 2022 era de 13,4 milhões de €, correspondendo um adiantamento recebido para investimentos PRR.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Sem aplicações na banca	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Nada a assinalar	
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	site da empresa	
Apresentação da demonstração não financeira	NA	Relatório elaborado pela holding	

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa. (b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.



A Águas do Algarve, S.A. mantém na sua estratégia e linhas de conduta a promoção da melhoria da sustentabilidade ambiental, económica e social. Também se pretende aprofundar a tendência para a redução das emissões de carbono, apostando-se cada vez mais na utilização de carros elétricos e no alargamento de novas medidas ambientalmente sustentáveis.

As alterações climáticas vão trazer novos desafios em relação às origens de água, a reutilização adequada das águas residuais e o aproveitamento de lamas para fins úteis. Nomeadamente a empresa está em negociações avançadas com alguns clientes no sentido de já durante o ano de 2023 fornecer água para reutilização para regas.

A Águas do Algarve tem também trabalhado no sentido da atualização do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, o qual terá como horizonte temporal até ao ano de 2066.



AS

Neste Estudo considera-se um esforço adicional de investimento na concessão, no qual se inclui investimento denominado PRR, investimento em neutralidade energética, no empreendimento hidráulico de Odeleite-Beliche, na melhoria do desempenho de diversas ETARs, ETAs, condutas, entre outros.

Decorrente da assinatura do novo contrato de concessão e, da concordância de todos os municípios clientes, a faturação da área de negócio do saneamento é efetuada através dos “rendimentos tarifários”, desde o ano de 2021. De acordo com a respetiva repartição por utilizador municipal, o valor definido para 2023 será de 27 106 792€, já atualizado pelo IHPC de acordo com as instruções da ERSAR.

Em relação à faturação do abastecimento de água a ERSAR já validou, e o concedente já ratificou a tarifa para 2023, de 0,4885€/m³, também atualizada pelo IHPC e de acordo com as instruções da ERSAR.

Para a faturação de água para reutilização a Águas do Algarve ainda não recebeu a validação do Concedente relativamente ao preço a faturar aos clientes. A empresa espera que a respetiva validação venha a ser rececionada ainda durante o ano de 2023.

Em maio de 2021 a Empresa assinou um Acordo de Regularização de Dívida com o cliente Vila Real de Santo António SGU/Município de Vila Real de Santo António, no montante de 16,5 milhões de euros, que titulariza uma parte da dívida total.

Não obstante a cessão do acordo não ter ocorrido ainda durante o ano de 2022, a Águas do Algarve tem a expectativa de cessão em 2023 deste Acordo a uma entidade bancária.

A AdA e a Fagar acordaram realizar um trabalho conjunto para analisar 3 tipos de divergências entre as posições e entendimentos de cada empresa.

1. Registos contabilísticos
2. Conclusão dos processos de registo da propriedade dos ativos transferidos entre Município de Faro/Fagar e a AdA no âmbito do processo de adesão aos sistemas multimunicipais
3. Conclusão do processo de verificação e validação de valores e sua quitação, associados à integração de ativos na AdA no âmbito do processo de adesão aos sistemas multimunicipais

Na sequência deste entendimento e do ponto 1 foi realizado um trabalho de conciliação de todos os registos contabilísticos das duas empresas que permitiu conciliar os registos contabilísticos das 2 empresas, resolvendo as diferenças que existiam.

No que respeita ao ponto 2 foi acordado recurso a um advogado, local, que trabalha com ambas as entidades a quem têm vindo a ser entregues os documentos que identificam os processos em aberto e "as dificuldades" em concluir/registar os processos de transferência de propriedade dos ativos que se encontram em aberto.

No que respeita ao ponto 3 ainda não foram desenvolvidos quaisquer trabalhos.

Não obstante, a administração da AdA, considerando os contactos e os trabalhos realizados, estima que o ponto 2 tenha desenvolvimentos consideráveis durante o ano de 2023 (poderá não ser ainda possível resolver na totalidade este ponto 2 durante 2023, por morosidades de registos notariais e pela necessidade de regularizar registos de propriedade anteriores à titularidade do município), e que relativamente ao ponto 3 se chegue também até ao final do ano de 2023, a uma plataforma de entendimento que defina critérios e processos que permitam saldar os valores com relação à FAGAR que se encontram ainda em aberto no ativo da AdA.

O Plano de Atividades e Orçamento de 2023 da empresa foi submetido à apreciação da Tutela no dia 28 de Dezembro de 2022.

Neste documento a empresa propõe-se um esforço considerável de execução de investimento, nos montantes de:

EXECUÇÃO DE INVESTIMENTO (2023-2025)

ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
44,1 milhões de €	71,6 milhões de €	104,1 milhões de €

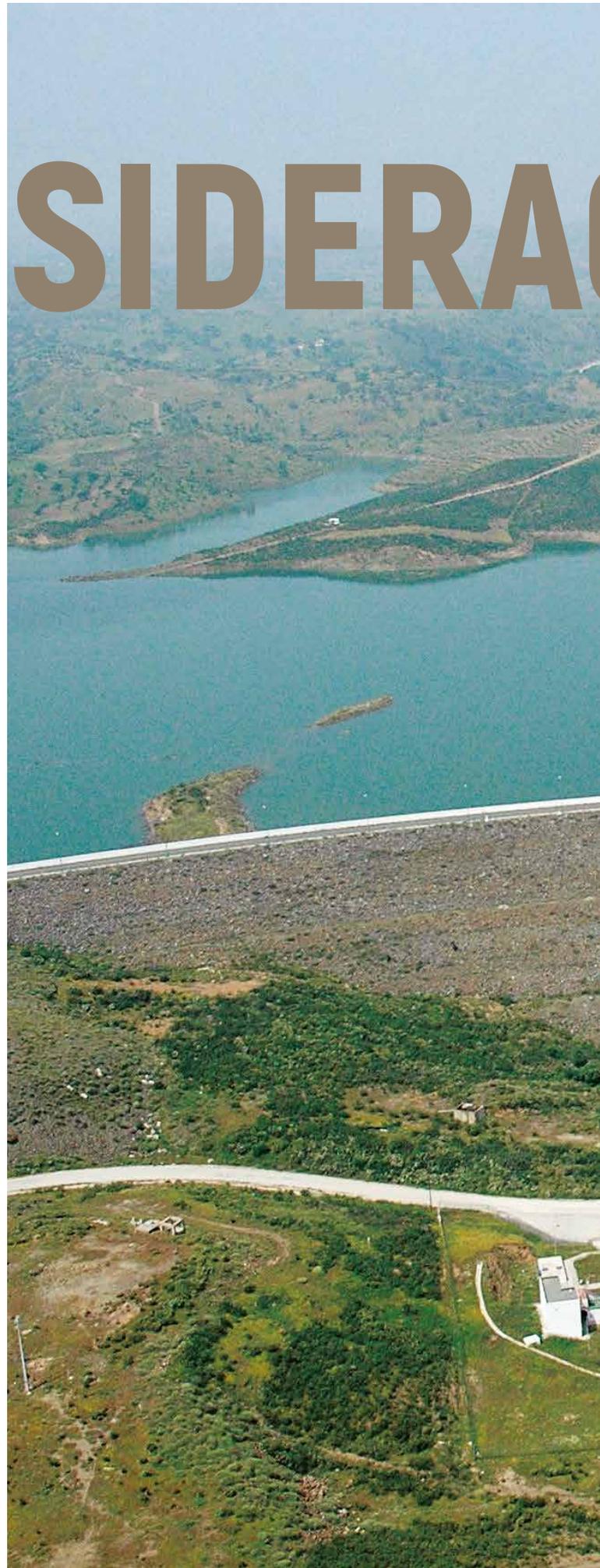
O orçamento está neste momento em fase de apreciação pela UTAM, conforme informação disponível no respetivo sítio eletrónico: <https://www.utam.gov.pt/>. A Águas do Algarve mantém a expectativa de aprovação do documento pela Tutela.



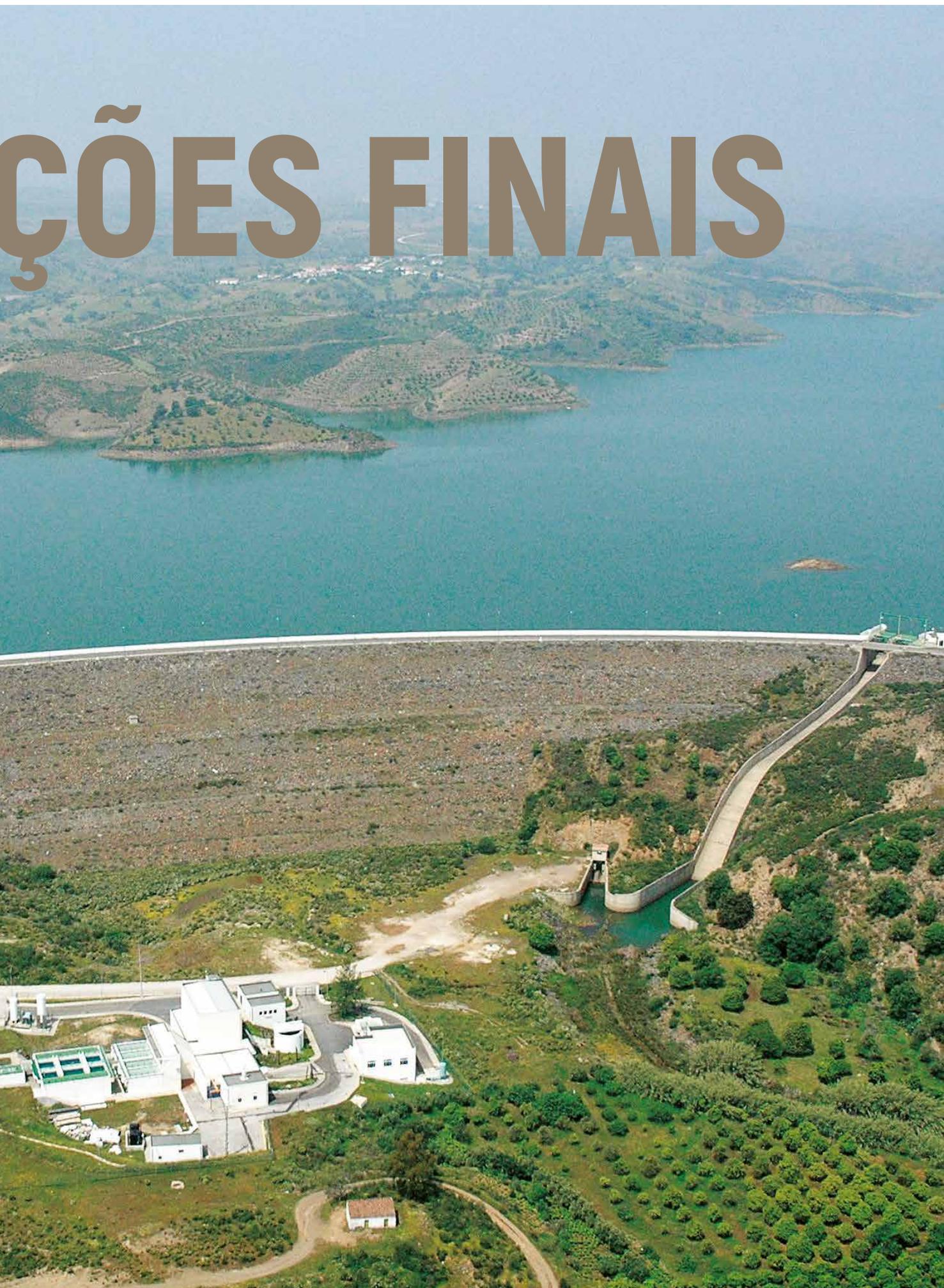
D-CONSIDERAÇÃO

Para o resultado obtido a todos os níveis muito contribuíram e, por isso, aqui deixamos expressos os nossos agradecimentos:

- Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro João Pedro Matos Fernandes, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- Aos nossos Acionistas, com especial relevo para a Águas de Portugal, S.G.P.S., SA, que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer;
- Aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento e dinâmica da Empresa;
- À Entidade Reguladora dos Serviços e Resíduos, à Agência Portuguesa para o Ambiente e aos organismos regionais pela cooperação prestada;
- Aos atuais Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.

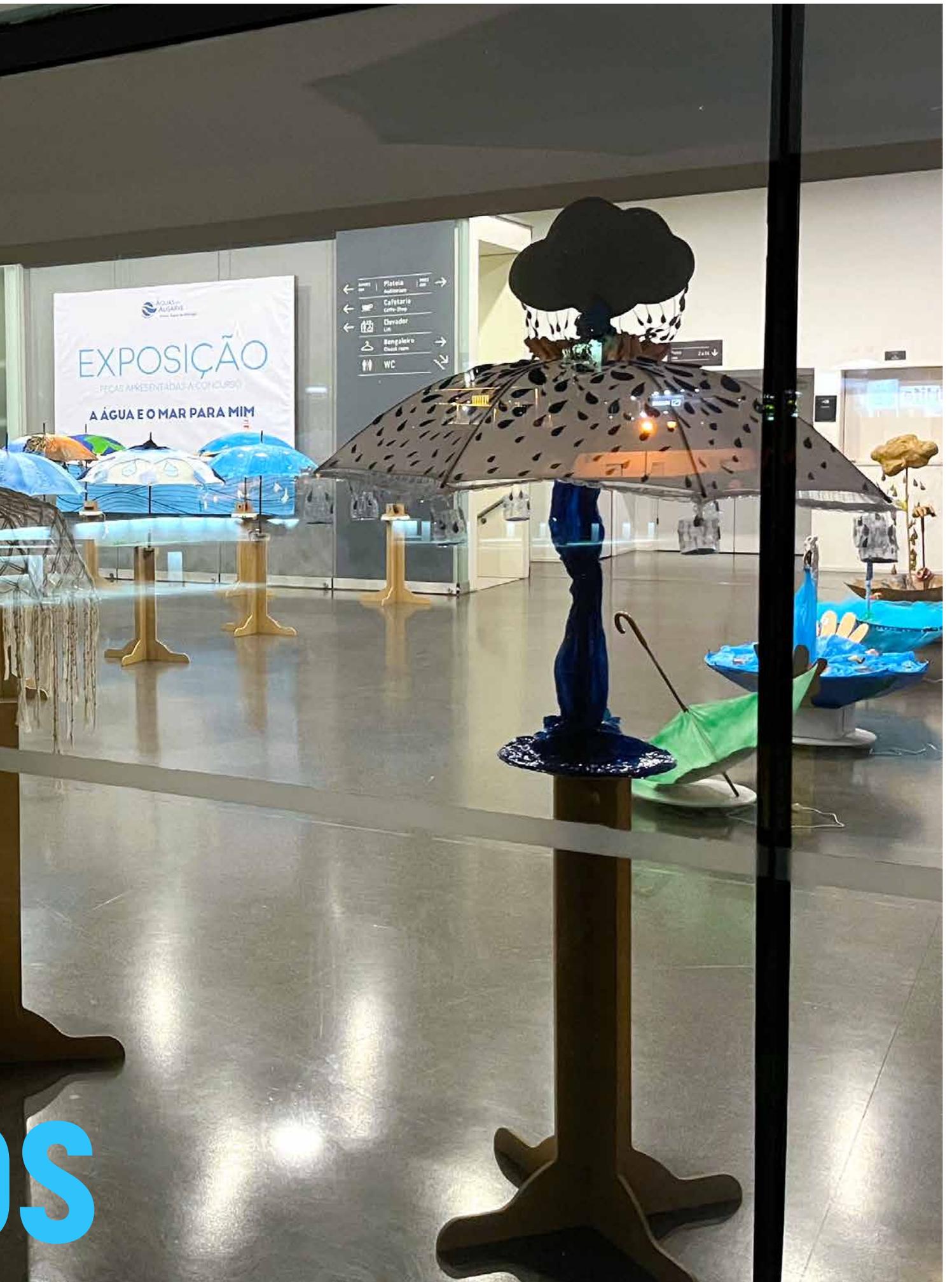


ÇÕES FINAIS



E - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADO





S

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 1 663 064 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 83 153 euros;
- Remanescente, no valor de 1 579 911 euros para resultados transitados.

Faro, 8 de março de 2023

O Conselho de Administração

António Paulo Jacinto Eusébio
(Presidente Executivo)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vice-Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)



F - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

Nos termos da Lei e dos estatutos, vem o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A. submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa, as contas do exercício de 2022.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

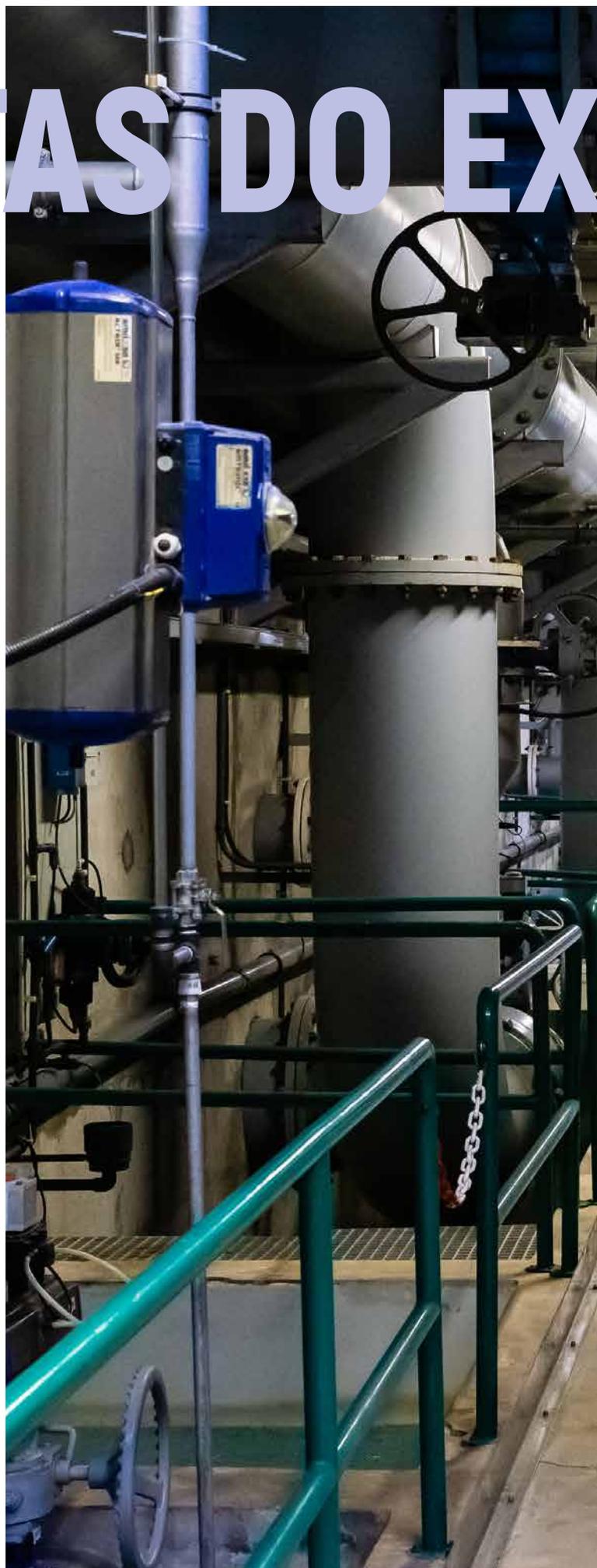
- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração dos resultados e do rendimento integral;
- Demonstração das variações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legal de contas.



EXERCÍCIO



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
ATIVO			
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	5	453 112 260	397 541 132
Ativos fixos tangíveis	6	958 682	968 716
Ativos sob direito de uso	7	117 705	236 022
Outros ativos financeiros	8	13 298	8 992
Impostos diferidos ativos	33	37 450 110	34 774 155
Clientes e outros ativos não correntes	10	0	0
Total dos ativos não correntes		491 652 056	433 529 016
Ativos Correntes			
Inventários	12	2 844 460	2 484 794
Ativos fin. ao justo valor rend.int.	13	15 793 949	16 466 032
Clientes	10	17 962 547	19 165 184
Imposto sobre o rendim. do exercício	33	240 106	0
Outros ativos correntes	11	11 230 085	11 217 506
Caixa e depósitos bancários	14	14 318 949	942 363
Total dos ativos correntes		62 390 096	50 275 879
Total do ATIVO		554 042 152	483 804 895
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio dos acionistas			
Capital social	15	29 825 000	29 825 000
Reservas e outros ajustamentos	15	3 293 604	3 275 316
Resultados transitados	15	(2 562 015)	(2 909 491)
Resultado líquido do exercício		1 663 065	365 764
Total do CAPITAL PRÓPRIO		32 219 653	30 556 589
PASSIVO			
Passivos Não Correntes			
Provisões	16	81 500	81 500
Empréstimos	19	124 552 491	135 972 619
Passivos da locação	7	0	2 081
Fornecedores e outros passivos não correntes	20	3 502 830	3 707 776
Impostos diferidos passivos	33	6 110 618	6 285 461
Acréscimo de gastos de investimento contratual	17	72 942 913	69 315 131
Subsídios ao investimento	18	207 191 954	148 706 182
Desvio tarifário passivo	9	39 222 371	34 799 628
Total dos passivos não correntes		453 604 677	398 870 379
Passivos Correntes			
Empréstimos	19	47 919 711	39 819 121
Passivos da locação	7	18 552	159 579
Fornecedores	20	10 273 031	6 005 006
Outros passivos correntes	20	10 006 528	7 385 306
Imposto sobre o rendim. do exercício	33	0	1 008 915
Total dos passivos correntes		68 217 821	54 377 927
Total do PASSIVO		521 822 498	453 248 306
Total do PASSIVO e CAPITAL PRÓPRIO		554 042 152	483 804 895

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	2022	2021
Vendas	+	22	34 033 726	33 596 511
Prestações de serviços	+	22	26 395 313	26 237 766
Rendimentos construção ativos concessionados	+	22	20 495 618	7 292 383
Défice/superavit tarifário	-	9	4 422 743	9 909 369
Gasto das vendas/variação inventários	-	23	1 779 906	1 959 076
Gastos construção ativos concessionados	-	23	20 495 618	7 292 383
Fornecimentos e serviços externos	-	24	26 632 599	23 893 319
Gastos com pessoal	-	25	6 073 378	5 598 973
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-	26	22 670 339	20 226 439
Provisões e reversões do exercício	-	27	1 478	0
Perdas por imparidade e reversões do exercício	-	28	0	1 040 188
Subsídios à exploração	+	30	241 131	338 098
Subsídios ao investimento	+	18	7 956 973	5 771 409
Outros gastos e perdas operacionais	-	29	881 305	657 224
Outros rendimentos e ganhos operacionais	+	30	817 531	1 273 461
Resultados operacionais	=		6 985 882	3 932 657
Gastos financeiros	-	31	5 665 908	6 426 168
Rendimentos financeiros	+	32	925 588	1 860 376
Resultados financeiros	=		4 740 320	4 565 792
Resultados antes de imposto	=		2 245 562	(633 135)
Imposto do exercício	-	33	3 433 296	2 961 230
Imposto diferido	+	33	2 850 799	3 960 129
Res. Líquido do exercício operações continuadas	=		1 663 065	365 764
Resultado líquido do exercício	=		1 663 065	365 764
Rendimento integral	=		1 663 065	365 764
Resultado por ação (básico e diluído)		15	0,28	0,06
Resultado integral por ação (básico e diluído)		15	0,28	0,06

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RES. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo a 31.12.2020		29 825 000	3 238 347	(3 611 887)	739 364	30 190 825
Aplicação do RL do Exercício	15	0	36 968	702 396	(739 364)	0,00
Realização de Capital		0	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição de dividendos		0	0,00	0,00	0,00	0,00
DRG acumulado		0	0,00	0,00	0,00	0,00
DRG acumulado - Imposto Diferido		0	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício		0	0,00	0,00	365 764	365 764
Saldo a 31.12.2021		29 825 000	3 275 316	(2 909 491)	365 764	30 556 589
Aplicação do RL do Exercício	15	0	18 288	347 476	(365 764)	0
Realização de Capital		0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0
DRG acumulado		0	0	0	0	0
DRG acumulado - Imposto Diferido		0	0	0	0	0
Resultado Líquido do Exercício		0	0	0	1 663 065	1 663 065
Saldo a 31.12.2022		29 825 000	3 293 604	(2 562 015)	1 663 065	32 219 653

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXO	NOTAS	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		67 329 737	64 234 641
Recebimentos operacionais - Outros		5 010 759	7 284 735
Pagamentos a fornecedores		(31 293 893)	(35 223 725)
Pagamentos ao pessoal		(3 898 456)	(3 658 547)
Pagamentos ao Estado		(2 903 276)	(2 778 565)
Pagamento de IRC		(4 722 368)	(1 928 182)
Pagamento operacionais outros		(3 026 567)	(5 522 815)
Fluxo das atividades operacionais		26 495 936	22 407 542
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de investimentos financeiros		28	1
Recebimentos de ativos intangíveis		17 550	0
Recebimentos de subsídios de investimento	11	14 125 820	1 616 518
Pagamentos de ativos intangíveis		(18 409 488)	(6 374 939)
Fluxo das atividades de investimento		(4 266 090)	(4 758 420)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	19	23 000 000	13 500 000
Recebimentos de Subsídios e doações		0	0
Outros recebimentos de financiamento		0	0
Recebimentos de realizações de capital		0	0
Pagamentos de empréstimos obtidos	19	(26 457 428)	(23 413 085)
Pagamentos de juros e gastos similares		(5 251 386)	(6 329 218)
Pagamentos de dividendos	15	0	0
Outros pagamentos de financiamentos	7	(143 765)	(373 684)
Fluxo das atividades de financiamento		(8 852 579)	(16 615 987)
Variação de caixa e seus equivalentes		13 377 266	1 033 135
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	941 682	(91 452)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14	14 318 949	941 682
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO			
Caixa	14	9 000	9 000
Depósitos à ordem	14	14 309 949	933 363
Tesouraria ativa		14 318 949	942 363
Descobertos bancários	19	0	(681)
Tesouraria passiva		0	(681)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		14 318 949	941 682

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Informação geral	142
2 - Políticas contabilísticas	144
3 - Novas normas e alteração de políticas	148
4 - Políticas de gestão de risco	149
5 - Ativos intangíveis	152
6 - Ativos fixos tangíveis	156
7 - Locações	158
8 - Outros ativos financeiros	161
9 - Desvio de recuperação de gastos (Défice / Superavit tarifário)	162
10 - Clientes	164
11 - Outros ativos	169
12 - Inventários	170
13 - Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	171
14 - Caixa e seus equivalentes	172
15 - Capital próprio	173
16 - Provisões, ativos e passivos contingentes	174
17 - Acréscimos de gastos de investimento contratual	176
18 - Subsídios ao investimento	177
19 - Empréstimos	177
20 - Fornecedores e outros passivos	179
21 - Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	180
22 - Rédito de contratos com clientes	181
23 - Gastos da vendas	182
24 - Fornecimento e serviços externos	183
25 - Gastos com pessoal	184
26 - Amortizações e depreciações do exercício	184
27 - Provisões e reversões do exercício	184
28 - Perdas por imparidades e reversões do exercício	185
29 - Outros gastos e perdas operacionais	185
30 - Outros rendimentos e ganhos operacionais	185
31 - Gastos financeiros	186
32 - Rendimentos financeiros	186
33 - Imposto sobre o rendimento	186
34 - Saldos e transações com partes relacionadas	190
35 - Compromissos	191
36 - Investimento Contratual	194
37 - Honorários de auditoria e de revisão legal de contas	194
38 - Outros assuntos	194
39 - Eventos subsequentes	194
40 - Glossário Financeiro e Técnico	196
41 - Principais Diplomas Relativos ao Setor da Água e Saneamento Publicados em 2022	197
Certificação legal de contas	203

1 - INFORMAÇÃO GERAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO E ATIVIDADE DA EMPRESA

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por AdA S.A., entidade, empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, nº 10, em Faro.

São acionistas da AdA S.A.:

ACIONISTAS	AÇÕES			
	QUANTIDADE	VALOR	CLASSE	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3 247 447	16 237 235	A + B	54,44%
Município de Albufeira	289 270	1 446 350	A + B	4,85%
Município de Alcoutim	17 236	86 180	A	0,29%
Município de Aljezur	34 046	170 230	A	0,57%
Município de Castro Marim	32 787	163 935	A	0,55%
Município de Faro	409 788	2 048 940	A + B	6,87%
Município de Lagoa	187 813	939 065	A + B	3,15%
Município de Lagos	202 726	1 013 630	A + B	3,40%
Município de Loulé	338 797	1 693 985	A	5,68%
Município de Monchique	25 718	128 590	A	0,43%
Município de Olhão	230 791	1 153 955	A	3,87%
Município de Portimão	369 206	1 846 030	A + B	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49 607	248 035	A + B	0,83%
Município de Silves	222 439	1 112 195	A + B	3,73%
Município de Tavira	135 680	678 400	A	2,27%
Município de Vila do Bispo	53 605	268 025	A + B	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118 044	590 220	A	1,98%
Totais	5 965 000	29 825 000		100,00%

O capital social realizado da Empresa é de 29 825 000 euros, correspondendo a 5 965 000 ações de valor nominal de 5 euros cada. A empresa é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais integralmente públicos criada pelo Decreto-lei nº 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei nº 130/95, de 5 de junho, e nº 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei nº 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei nº 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei nº 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei nº 285/2003, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 2019 foi assinado um novo Contrato de Concessão (CC), no dia 24 de julho de 2019, para o período 2019-2048. Atendendo ao ponto 1 da Clausula 1.ª do CC, o Concedente atribuiu à Águas do Algarve, S.A. nos termos desse contrato e do Decreto-Lei nº 93/2019, de 15 de julho, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve (adiante abreviado por Sistema), criado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei nº 93/2019, de 15 de julho, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo. Este Sistema substitui os dois sistemas multimunicipais extintos, nomeadamente o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e o sistema multimunicipal de saneamento do Algarve.

1.2. ATIVIDADE ECONÓMICA

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

As tarifas e os rendimentos tarifários em "alta" praticados pela Águas do Algarve, S.A. são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Algarve, S.A. as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifários a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável. Durante o ano de 2022, as tarifas aplicadas na faturação pela Águas do Algarve, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2021.

O diploma constituinte da agregação do SMM, Decreto-Lei n.º 93/2019, de 15 de julho, e respetivo contrato de concessão, estabelece a metodologia de registo e de recuperação do Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos. De acordo com esta metodologia em 2043, o saldo atual dos DRG registado nas contas da Águas do Algarve, S.A. estará recuperado.

Para o SMM gerido pela Águas do Algarve, S.A., ao abrigo do novo contrato de concessão celebrado em 2019, foi efetuado o registo inicial dos DRG, e a partir daí o correspondente a cada exercício económico.

1.2.1. ATIVIDADE REGULADA

O modelo dos contratos de concessão e parceria criado para o sistema multimunicipal possui as seguintes características:

- i) as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela empresa concessionária;
- ii) o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI);
- iii) os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco. A AdA tem assegurada a sua remuneração através das cláusulas de reequilíbrio dos contratos de concessão. A concessão tem a duração de 30 e decorre até ao ano 2048. Em 2022, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,18%.

ÁGUA E SANEAMENTO	CONCESSÃO/PARceria	PRAZO	PERÍODO	REMUNERAÇÃO ACIONISTA TAXA DE REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO ACIONISTA BASE DE INCIDÊNCIA ⁽¹⁾
Águas do Algarve SA ⁽²⁾	Concessão	30 anos	2019-2048	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

(2) A 24 de julho de 2019 foi celebrado Contrato de Concessão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Algarve gerido pelas Águas do Algarve, S.A. por um prazo de 30 anos (2019-2048). Este contrato resulta da agregação dos contratos de concessão existentes àquela data.

A empresa desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente. Com a alteração introduzida aos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei 10/2014, de 6 de março, pelo art.º 428.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, os poderes da Entidade Reguladora sobre as tarifas passam a ser exercidos pelo Concedente.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Algarve S.A. pode registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

Em 31 de dezembro de 2022 estavam registados nas contas da Águas do Algarve, S.A., cerca de 39,2 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

A empresa está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

A empresa tem uma concessão atribuída pelo Estado em regime de exclusividade para a prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. O contrato de concessão caracteriza-se por contemplar elevados níveis de investimentos a efetuar pela empresa. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela entidade reguladora (ERSAR) e faturada aos municípios que são servidos pela concessão. Uma das características do contrato de concessão é ter retorno garantido sobre o capital investido.

1.3. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 07 de março de 2023 na sede da Empresa em Faro. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. DATA DE REFERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AdA S.A. relativamente a 31 de dezembro de 2022 e comparativos a 31 de dezembro de 2021.

2.3. CONVERSÃO CAMBIAL

2.3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da empresa e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data da demonstração de posição financeira, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas são assim registadas em resultados do exercício ou em “Reservas e outros ajustamentos”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional pela empresa de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.4. DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (“DUI”) - CONCESSÕES

2.4.1. CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdA S.A. presta dois tipos de serviços:

- (i) o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e
- (ii) o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão da empresa gestor do SMM (sistema multimunicipal), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AdA, empresa gestora do SMM (sistema multimunicipal) classifica, como concessionária, as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.4.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis (DUI) em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3. AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na empresa são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

ÁREAS DE NEGÓCIO	TOTAL DO INVESTIMENTO DO CONTRATO	ANOS	TOTAL DE CAUDAIS DO CONTRATO (M ³)	TAXA DEPLEÇÃO 2022
ÁGUA	526 749 703	30	1 892 458 222	4,0301%
SANEAMENTO	374 945 428	30	1 233 840 012	3,7157%
ESTRUTURA	10 353 322	30	3 126 298 234	3,9091%
	912 048 454		6 252 596 468	

2.4.4. ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da AdA S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica acréscimo de gastos de investimento contratual (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4.5. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (DÉFICE / SUPERAVIT TARIFÁRIO)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão e são registados ao custo amortizado. A Águas do Algarve regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos

sistemas agregados, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.4.6. RÉDITO DA CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdA SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 - vida útil de locações
- Nota 9.2 - estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 10.2 - imparidade de ativos financeiros
- Nota 13.2 - justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Nota 16.2 - provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 33.1 - estimativa de impostos e impostos diferidos

2.6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira (DPF) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da DPF são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da DPF que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da DPF, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3 - NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

3.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3.2. NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTEAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

DESCRIÇÃO	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IIFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2022
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações, não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA.

3.3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023 e que a empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

DESCRIÇÃO (JÁ ENDOSSADAS PELA UE)	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

DESCRIÇÃO (AÍND A NÃO ENDOSSADAS PELA UE)	ALTERAÇÃO	DATA EFETIVA
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdA SA após 1 de janeiro de 2023.

3.4. NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 CONTAS DE DIFERIMENTO RELACIONADAS COM ATIVIDADES REGULADAS

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o Exposure Draft da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os *cash-flows* futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os *cash-flows* futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. A AdA SA encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4 - POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1. FATORES DE RISCO

As atividades da empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. A AdA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da empresa. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria da AdP SGPS, com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais da empresa. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

4.2. RISCO DE MERCADO

4.2.1. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdA, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

JUROS SUPORTADOS À TAXA VARIÁVEL	2022	2021
Real	636 658	478 128
Taxa média + 1%	934 870	760 427
Taxa média - 1%	320 704	199 594

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de 12 meses.

4.2.2. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio da empresa é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional.

4.2.3. RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis representam aproximadamente 6% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo AdP, através da AdP VALOR, negocia centralmente a aquisição destas matérias-primas. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Tendo em consideração a atual conjuntura e o término do contrato de fornecimento de energia que se encontrava em vigor, é esperado um aumento considerável dos custos com eletricidade para o próximo ano.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdA SA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP, mandatada pela AdA SA, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ	< 1 ANO	1 a 5 ANOS	> 5 ANOS
Financiamentos	47 919 711	53 532 167	71 020 325
Fornecedores e outros passivos	20 279 559	2 220 995	1 281 835
	68 199 270	55 753 162	72 302 159

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que a AdA escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em setembro de 2017 a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros, aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 30 de junho de 2021, o Grupo tem utilizados 30 milhões de euros de tranche A e 41,8 milhões de euros de tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdA dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

RISCO DE LIQUIDEZ (MILHÕES DE EUROS)	PLAFOND DISPONÍVEL	PLAFOND UTILIZADO	PLAFOND NÃO UTILIZADO
Descobertos Bancários	7 000 000	0	7 000 000

O objetivo da AdA SA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos à AdA SA. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

RISCO DE CAPITAL	NOTAS	2022	2021
Empréstimos não correntes	19	124 552 491	135 972 619
Empréstimos correntes	19	47 919 711	39 819 121
Passivos da locação	7	18 552	161 659
Disponibilidades	14	14 318 949	942 363
Dívida líquida		158 171 805	176 895 764
Subsídios ao Investimento	18	207 191 954	148 706 182
Total do Capital Próprio	15	32 219 653	30 556 589
Capital e subsídios		239 411 607	179 262 771
Dívida líquida		0,66	0,99

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AdA está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AdA SA tem apenas uma natureza: autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados. O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 11) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 32).

O Conselho de Administração da AdA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na DPF, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	NOTA	2022	2021
Depósitos à Ordem	14	14 309 949	933 363
Fundo de compensação do Trabalho	8	13 298	8 992
Ativos financeiros bancários		14 323 247	942 355

RATING	2022	2021
A-	86 807	0
A2	0	28 382
A3	0	220 756
B1	0	535
Ba2	535	0
Baa1	0	33 308
Baa2	258 692	649 966
BB	45 301	0
BBB	22 785	0
BBB+	13 895 597	0
não disponível	232	417
	14 309 949	933 363

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.

4.5. RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1. RISCO DE CATÁSTROFE

A empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AdA SA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2. RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ("DUI") - CONCESSÕES

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.4.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

IMPARIDADE

Os ativos da empresa são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas do contrato de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da empresa. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AdA SA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão ou parceria. No fim das concessões ou parcerias o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 9).

Na determinação do investimento contratual a AdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdA SA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

ATIVO LÍQUIDO INTANGÍVEL	2022	2021
Despesas de desenvolvimento	1 989	19 917
Programas de Computador	0	0
Propriedade industrial e outros direitos	180 529	207 638
Diretos de Utilização de Infraestruturas (DUIs)	452 929 742	397 313 577
Ativos Intangíveis	453 112 260	397 541 132

A AdA não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

ATIVOS LÍQUIDOS INTANGÍVEIS	2020	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2021
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	472 353	2 942	0	0	0	0	475 295
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	773 334	0	0	0	0	0	773 334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	28 060 120	6 278 452	0	0	(3 018 521)	0	31 320 051
Direitos de utilização de infraestruturas	629 175 760	1 013 931	0	0	3 018 521	0	633 208 212
Valor Bruto dos ativos intangíveis	658 484 682	7 295 326	0	0	0	0	665 780 008
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	433 035	22 342	0	0	0	0	455 378
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	538 586	27 109	0	0	0	0	565 696
Direitos de utilização de infraestruturas	251 845 487	13 868 074	0	0	1 501 125	0	267 214 687
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	252 820 225	13 917 526	0	0	1 501 125	0	268 238 876
Ativos líquidos intangíveis	405 664 457	(6 622 200)	0	0	(1 501 125)	0	397 541 132

ATIVOS LÍQUIDOS INTANGÍVEIS	2021	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2022
Valor bruto dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	475 295	0	0	0	0	0	475 295
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	773 334	0	0	0	0	0	773 334
Ativos intangíveis em curso (DUI)	31 320 051	19 534 643	0	0	(6 636 404)	0	44 218 290
Direitos de utilização de infraestruturas	633 208 212	54 891 145	0	(27 517)	6 636 404	0	694 708 244
Valor Bruto dos ativos intangíveis	665 780 008	74 425 788	0	(27 517)	0	0	740 178 279
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:							
Despesas de desenvolvimento	455 378	17 928	0	0	0	0	473 305
Programas de Computador	3 116	0	0	0	0	0	3 116
Propriedade industrial e outros direitos	565 696	27 109	0	0	0	0	592 805
Direitos de utilização de infraestruturas	267 214 687	16 467 016	0	(15 741)	2 330 831	0	285 996 793
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	268 238 876	16 512 054	0	(15 741)	2 330 831	0	287 066 020
Ativos líquidos intangíveis	397 541 132	57 913 735	0	(11 776)	(2 330 831)	0	453 112 260

A transferência no montante 6 636 404 euros para a rubrica “Direito de utilização de infraestruturas” é explicada pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica “Acréscimo de gastos de investimento contratual” para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas, o montante de 2 330 831 euros.

No aumento verificado no valor bruto de DUI, em 2022, está incluída a integração das barragens de Odeleite e Beliche no valor de 54 milhões de euros (37 milhões de euros referentes à barragem de Odeleite e 17 milhões de euros referentes à barragem de Beliche).

Das empreitadas que foram passadas a ativo firme destacam-se o Sistema Elevatório de Olhão-Faro (3 milhões de euros) e 0,6 milhões de euros referentes ao Data Center e Disaster.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde a obras em curso em infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Destacam-se as seguintes:

PRINCIPAIS OBRAS EM CURSO	MONTANTE
Reabilitação da ETAR de Lagos	8 866 836
Beneficiações na ETA de Alcantarilha	5 396 451
Reabilitação das EEAR de Faro e de Olhão	5 128 780
Nova Reserva do Barlavento	3 163 676
Rep. e Melhorias em Infr. Saneamento	2 075 829
Obras Complementares à FAGAR	2 019 270
Reformulação sistema de telegestão SMAAA	1 968 851
Sist. Elev. Água para o Túnel Odel/Belic	1 756 267
Const EEAR Reutiliz de Efluent-ETAR VRSA	1 612 205
Desativar ETAR do Rogil e Carrascalinho	1 573 070
Secagem Solar de Lamas da ETAR VRSA	1 334 046
Fases Reforço Ad. Loulé - Lig. Resv. Int	1 319 020
	36 214 301

No presente exercício, foram capitalizados 431 858 euros referentes a gastos com pessoal. Em 2021 foram capitalizados 331 319 euros, 327 579 euros referentes a gastos com pessoal e 3.746 euros referentes a gastos financeiros (ver notas 25 e 31). As principais adições respeitam à Reabilitação da ETAR de Lagos, ao Sistema Elevatório para o Túnel de Odeleite/Beliche e à Construção da EEAR para Reutilização de Efluente – ETAR de VRSA.

REABILITAÇÃO DA ETAR DE LAGOS

A empreitada da “Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção” tem por objetivo a reabilitação da atual ETAR, beneficiando as fases líquida, sólida e gasosa. No que diz respeito à linha de tratamento da fase líquida, a beneficiação engloba as etapas de pré-tratamento, homogeneização, decantação primária, tratamento biológico, decantação secundária e desinfecção por UV. Relativamente à linha de tratamento da fase sólida, a remodelação passará pelas etapas de espessamento, digestão anaeróbia e desidratação por centrifugas. No que se refere à linha de tratamento da fase gasosa, esta incluirá etapas de desodorização e tratamento do ar das zonas potencialmente mais libertadoras de odores e a intervenção ao nível do tratamento do biogás para produção de energia.

SISTEMA ELEVATÓRIO PARA O TÚNEL DE ODELEITE/BELICHE

A empreitada do “Sistema Elevatório para o Túnel de Odeleite/Beliche” tem por objetivo, em situação de seca extrema, permitir transferir água para a albufeira de Beliche a partir do volume morto da albufeira de Odeleite, continuando assim a ser assegurado o Abastecimento à Região do Algarve, mesmo quando o nível em Odeleite estiver já abaixo da tomada de água para o túnel de interligação entre as duas albufeiras. Para tanto, será necessário bombear a água do volume morto até à estrutura de entrada do túnel, de forma a que aquela possa, a partir daí, fluir por gravidade em direção ao Beliche.

CONSTRUÇÃO DA EEAR PARA REUTILIZAÇÃO DE EFLUENTE – ETAR DE VRSA

A empreitada da EEAR para Reutilização de Efluente – ETAR de VRSA tem por objetivo o aproveitamento de Água para Reutilização (ApR) produzida na estação de tratamento de água residual de Vila Real de Santo António (ETAR VRSA) para rega dos campos de golfe existentes na zona Norte do Concelho de Castro Marim e nos que se encontram planeados para a mesma zona, nomeadamente nos empreendimentos existentes – Quinta do Vale e Castro Marim Golfe.

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

DEPRECIAÇÕES

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 27
Equipamento Básico	3 - 27
Equipamento Transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento Administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

DESRECONHECIMENTO

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdA S.A..

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em e 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

ATIVO LÍQUIDO TANGÍVEL	2022	2021
Terrenos e Recursos Naturais	88 600	88 600
Edifícios e outras construções	720 999	709 661
Equipamento Básico	4 812	11 100
Equipamento Administrativo	18 568	23 679
Ativo fixo tangível - Outros	63	63
Ativo fixo tangível - Em Curso	125 642	135 614
Ativos tangíveis	958 682	968 716

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

VALOR LÍQUIDO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2020	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2021
Valor bruto dos ativos tangíveis:							
Terrenos	88 600	0	0	0	0	0	88 600
Edifícios e outras construções	1 326 876	0	0	0	0	0	1 326 876
Equipamento básico	39 276	8 381	0	0	0	0	47 657
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 827 082	0	0	0	0	0	1 827 082
Outros	10 484	0	0	0	0	0	10 484
Ativos tangíveis fixos em curso	133 354	2 260	0	0	0	0	135 614
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3 524 516	10 641	0	0	0	0	3 535 156
Depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	590 748	26 468	0	0	0	0	617 215
Equipamento básico	29 601	6 956	0	0	0	0	36 557
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 798 274	5 129	0	0	0	0	1 803 402
Outros	10 414	7	0	0	0	0	10 421
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2 527 881	38 560	0	0	0	0	2 566 440
Ativos líquidos fixos tangíveis	996 635						968 716

ATIVOS LÍQUIDOS TANGÍVEIS	2021	AUMENTOS	ABATES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	RECLASSIFICAÇÕES	2022
Valor bruto dos ativos tangíveis:							
Terrenos	88 600	0	0	0	0	0	88 600
Edifícios e outras construções	1 326 876	0	0	0	40 506	0	1 367 382
Equipamento básico	47 657	0	0	0	0	0	47 657
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 827 082	0	0	0	0	0	1 827 082
Outros	10 484	0	0	0	0	0	10 484
Ativos tangíveis fixos em curso	135 614	50 976	0	0	(40 506)	(20 442)	125 642
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3 535 156	50 976	0	0	0	(20 442)	3 565 690
Depreciações acumuladas dos ativos fixo tangíveis:							
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	617 215	29 168	0	0	0	0	646 384
Equipamento básico	36 557	6 288	0	0	0	0	42 845
Equipamento de transporte	98 845	0	0	0	0	0	98 845
Equipamento administrativo	1 803 402	5 112	0	0	0	0	1 808 514
Outros	10 421	0	0	0	0	0	10 421
Depreciações acum. dos ativos fixos tangíveis	2 566 440	40 568	0	0	0	0	2 607 008
Ativos líquidos fixos tangíveis	968 716						958 682

Os 20 442 euros relatados em Reclassificações resultam da transferência de ativos em curso para gastos do exercício, visto que os projetos não tiveram sequência para ativos geradores de proveitos.

7 - LOCAÇÕES

7.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações nas quais a AdA é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de entrada em vigor da locação, a AdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A empresa reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso. Fazer notar que a AdA só tem locações enquanto locatário.

A) IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

SEPARAR COMPONENTES DE UM CONTRATO

Se um contrato é, ou contém uma locação, a empresa contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de entrada em vigor da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca o ativo subjacente da locação disponível para uso do locatário.

B) CONTABILIZAÇÃO NOS LOCATÁRIOS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DA LOCAÇÃO

Na data de entrada em vigor da locação a AdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expeável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA LOCAÇÃO

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

NATUREZAS	INTERVALO DE ANOS
Equipamento de transporte	1 - 4
Outro equipamento	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdA mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

EXPEDIENTES PRÁTICOS UTILIZADOS PELO ADA ENQUANTO LOCATÁRIO

A AdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdA é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

7.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 e o respetivo movimento ocorrido naquelas datas é como segue:

ATIVOS SOB DIREITO DE USO	01.01.2022			AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	31.12.2022		
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO		VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO
a) que em 31.12.2020 estavam classificados como locações financeiras							
Viaturas	637 350	(557 646)	79 704	77 548	678 138	(635 194)	42 944
Outros equipamentos	244 672	(88 353)	156 318	81 557	244 672	(169 911)	74 761
Subtotal	882 022	(646 000)	236 022	159 105	922 810	(805 105)	117 705
a) que em 31.12.2020 estavam classificados como locações operacionais							
Viaturas	0	0	0	0	0	0	0
Outros equipamentos	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	882 022	(646 000)	236 022	159 105	922 810	(805 105)	117 705

7.4. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

PASSIVOS DA LOCAÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
Não corrente	0	2 081
Corrente	18 552	159 579
	18 552	161 659
CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVOS SOB DIREITO DE USO	31.12.2022	31.12.2021
Equipamento de transporte	18 552	80 045
Outros equipamentos	0	81 615
	18 552	161 659
FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	19 665	162 689
De 1 a 5 anos	0	2 206
Mais de 5 anos	0	0
	19 665	164 895
JUROS	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	1 113	1 601
De 1 a 5 anos	0	1 634
Mais de 5 anos	0	0
	1 113	3 235
VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	18 552	159 579
De 1 a 5 anos	0	2 081
Mais de 5 anos	0	0
	18 552	161 659

7.5. PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

ATIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DA LOCAÇÃO	2022	2021
Aumento do ativo - Direito de uso do ativo da locação	40 788	111 093
Aumento do passivo - Passivo da locação	(143 108)	(163 143)
TOTAL DOS PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO	2022	2021
Contabilizadas de acordo com a IFRS 16	279 253	342 084
Contabilizadas como despesa em resultados	23 662	31 600
TOTAL	302 915	373 684
TOTAL DOS PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO	2022	2021
Capital	279 253	335 465
Juros	23 662	38 220
TOTAL	302 915	373 684

8 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

8.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 13.

8.2. DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2022	2021
Fundo de compensação do Trabalho	13 298	8 992
Caixa e Bancos	13 298	8 992

Os ativos existentes respeitam ao fundo de compensação do trabalho exigido legalmente.

9 - DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (DÉFICE / SUPERAVIT TARIFÁRIO)

9.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

9.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

9.3. DETALHE E MOVIMENTO

Em 2022 a empresa atingiu o seguinte Resultado Líquido da atividade de 4 965 969€.

Nos termos do Contrato de Concessão, e considerando a taxa média das OTs em 2022, de 2,18%, o valor da Remuneração Acionista é de 1 663 065€.

Assim, o Resultado Líquido de 2022 é de 1 663 065€, conforme abaixo se discrimina:

RUBRICA	VALOR A REMUNERAR	DIAS DE REMUNERAÇÃO	FORMA DE REMUNERAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Capital Social a 1 de janeiro de 2022	29 825 000	365	OT + 3%	1 544 935
Reserva Legal a 1 de janeiro de 2022	3 275 316	365	OT + 3%	169 662
Adicional de dividendos distribuídos	(2 583 741)	365	OT	(56 326)
Remuneração Acionista não distribuída de 2019 e 2021	347 476	279	OT	5 790
Ajuste líquido ERSAR referente ao DRG de 2010	(717 314)	279	OT 2020	(1 722)
Aumentos de capital entre 01-01-2022 e 31-12-2022	0		OT + 3%	0
Reforço da Reserva Legal (AG de 28 de Março de 2022)	18 288	279	OT + 3%	724
Remuneração Acionista de 2022				1 663 065
Ajuste líquido ERSAR referente ao DRG de 2021				0
Resultado Líquido de 2022				1 663 065
RESULTADOS	2022	2021	2018	2019
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	4 965 969	7 766 081	5 577 513	5 208 485
DRG líquido do ano	(3 302 904)	(6 683 003)	(4 466 650)	(4 007 647)
DRG líquido do ano anterior	0	(717 314)	(371 499)	0
Resultado Líquido da atividade (após DRG)	1 663 065	365 764	739 364	1 200 838

De referir que a Assembleia Geral de aprovação das contas de 2021 foi realizada no dia 28 de março de 2022, pelo que só a partir dessa data se procedeu à aplicação dos Resultados Líquidos de 2021, com efeitos neste caso para o cálculo da remuneração acionista sobre as Reservas Legais, constituídas em 2022, e a Remuneração Acionista de 2021 não distribuída (e que foi contabilizada em Resultados Transitados).

Por definição o Desvio de Recuperação de Gastos corresponde à diferença entre o Resultado Líquido da atividade e a Remuneração Acionista calculada nos termos do Contrato da Concessão, líquida de eventuais ajustamentos da ERSAR.

Relativamente ao DRG de 2021, em 9 de Agosto de 2022 a ERSAR enviou a sua Decisão Final (Ofício da ERSAR nº O-003954/2022) sobre a reclamação efetuada anteriormente pela AdA SA em 4 de Julho de 2022. E nesta decisão incluiu gastos não aceites no montante de 291 372 euros.

A Águas do Algarve, não concordando com a Decisão Final da ERSAR, impugnou judicialmente a mesma, sendo que à data do fecho das contas não há ainda nenhum desenvolvimento sobre esta ação. Pelo facto de ter impugnado judicialmente a Decisão da ERSAR relativa ao DRG de 2021, não foi considerado nenhum ajustamento às Contas de 2022.

Entretanto a AdA submeteu o Relatório DRG de 2022 em 10 de Fevereiro de 2023 à apreciação da ERSAR, no qual solicita ao Regulador que aceite os resultados das métricas, e por conseguinte não considere qualquer ajustamento ao DRG de 2022. À data do fecho das contas de 2022 a ERSAR ainda não se pronunciou sobre o Relatório. Nesse sentido, também nas contas de 2022 não foi considerado qualquer ajustamento para o DRG de 2022. A Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data;
- (iii) ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG decorrente de sentença judicial não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras da empresa.

A reconciliação entre o rendimento garantido e o resultado líquido antes de desvio de recuperação de gastos a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE	RL DA ATIVIDADE	DRG BRUTO	IMPOSTO DIFERIDO DRG	REMUNERAÇÃO ACIONISTA
Resultado Líquido da atividade (antes DRG)	4 965 969	(4 422 743)	1 119 839	1 663 065

Na Demonstração da Posição Financeira está registado, no Passivo não corrente, o valor de 39 222 371€ referente ao Desvio tarifário passivo acumulado no final de 2022. Este valor era de 34 799 628€ no final de 2021, tendo a variação de 4 422 743€ sido devida ao registo DRG bruto de 2022, conforme acima discriminado.

9.4. RENDIMENTO GARANTIDO

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

No ano de 2022 foi utilizado a taxa de 2,18% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos) acrescida de 3% de margem (spread) conforme definido pelo despacho do Concedente.

No final de 2022 o quadro abaixo na coluna Dívida Acionista Acumulada reflete um montante de 656 353€ que foram distribuídos a mais aos acionistas. E devido a isto não está considerado no cálculo abaixo uma eventual distribuição de dividendos aos acionistas relativamente ao Resultado Líquido de 2022.

ANO	REMUNERAÇÃO ANUAL ACIONISTA	AJUSTE DA REGULACÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL ACIONISTA (APÓS AJUSTE A REGULACÃO)	RESULTADOS LIQUIDOS ANUAIS ANTES DO DRG	DÉFICE TARIFÁRIO LÍQUIDO ANUAL EM BALANÇO	REMUNERAÇÃO ACIONISTA DISTRIBUÍVEL	DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS	DIVIDA ACUMULADA AOS ACIONISTAS APÓS DISTRIB. DE DIVIDENDOS	OT+3%
1995 a 2010	27 535 281	0	27 535 281	20 518 703	7 016 578	26 158 591	13 151 516	13 007 075	
2011	5 302 599	0	5 302 599	3 239 065	2 063 535	5 037 469	4 877 900	13 166 644	13,24%
2012	4 598 287	0	4 598 287	3 441 306	1 156 981	4 368 373	3 269 241	14 265 775	10,46%
2013	4 318 509	0	4 318 509	3 098 569	1 219 940	4 102 583	2 943 641	15 424 718	9,29%
2014	3 238 535	0	3 238 535	5 139 191	(1 900 655)	3 076 609	4 882 231	13 619 095	6,75%
2015	2 569 955	0	2 569 955	6 942 498	(4 372 543)	2 441 457	11 297 273	4 763 280	5,42%
2016	2 515 188	0	2 515 188	6 810 569	(4 295 381)	2 389 428	6 470 040	682 668	6,18%
2017	2 169 472	0	2 169 472	7 306 257	(5 136 786)	2 060 998	1 951 378	792 288	6,06%
2018	1 697 930	0	1 697 930	7 191 847	(5 493 917)	1 613 034	6 832 254	(4 426 933)	4,84%
2019	1 200 838	0	1 200 838	5 208 485	(4 007 647)	1 140 796	0	(3 286 136)	3,75%
2020	1 110 863	(371 499)	739 364	5 577 513	(4 838 149)	702 396	0	(2 583 741)	3,41%
2021	1 083 078	(717 314)	365 764	7 766 081	(7 400 317)	347 476	0	(2 236 265)	3,30%
2022	1 663 065	0	1 663 065	4 965 969	(3 302 904)	1 579 911	0	(656 353)	5,18%
SOMA	59 003 600	(1 088 813)	57 914 787	87 206 053	(29 291 266)	55 019 121	55 675 475	(656 353)	

10 - CLIENTES

10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (divulgados na nota 13).

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, a AdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da empresa, a AdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdA recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (*WRITE-OFF*)

A AdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a empresa alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

- o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
- o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2. ESTIMATIVA E JULGAMENTOS

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da AdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdA.

Conforme divulgado na nota 5.4. face à tipologia de clientes da AdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AdA.

10.3. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de Clientes é como segue:

CLIENTES	2022	2021
Clientes (c/c)	6 464 437	7 661 362
Clientes (acordos)	1 057 392	1 063 104
Clientes (juros mora)	93 549	93 549
Clientes (injunções)	13 065 809	13 065 809
Clientes (imparidades)	(2 718 640)	(2 718 640)
Clientes	17 962 547	19 165 184

O saldo de injunções registado é composto por dívida reclamada aos clientes:

- TAVIRAVERDE E.M. (3 230 140 €),
- VRSA SGU EM/Município de VRSA (9 780 290 €),
- Município de Vila do Bispo (55 380 €).

O ARD celebrado em 2011 com a FAGAR não regista alterações de 2021 para 2022, mantendo um valor de 1 057 392 milhões de euros incluídos acima na linha Clientes (acordos). Faz-se notar o seguinte relativamente a este ARD:

1. Em 2021 foi iniciado um processo para conciliação de registos contabilísticos e acerto de contas com a CM Faro e a FAGAR, visando resolver algumas divergências que persistiram durante alguns anos.
2. A conciliação dos registos contabilísticos ficou encerrada no exercício de 2021.
3. Os trabalhos referentes à formalização da transferência da propriedade de ativos e do cumprimento dos termos da adesão do Município de Faro aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento estão em curso, tendo as entidades acordado a contratação de serviços jurídicos comuns para o efeito.

SEGMENTO DE NEGÓCIO	NEGÓCIOS EM ALTA					
	TIPOLOGIA DE CLIENTES	MUNICÍPIOS	OUTROS	TOTAL	EMPRESAS DO GRUPO	
					BAIXO	TOTAL
RISCO	BAIXO	MÉDIO		BAIXO		
Exposição bruta	20 681 187	0	20 681 187	0	20 681 187	
Imparidade	2 718 640	0	2 718 640	0	2 718 640	
Exposição líquida	17 962 547	0	17 962 547	0	17 962 547	

O montante de € 2 718 640 registado em Clientes (imparidades) é composto pelas imparidades constituídas para os clientes VRSA SGU EM (€ 734 122) e TAVIRAVERDE E.M. (€ 1 984 519). Não há quaisquer novas imparidades de clientes registadas em 2022.

É convicção do Conselho de Administração que as imparidades constituídas são suficientes para cobrir o risco de cobrabilidade dos valores a receber de clientes.

ATIVOS FINANC. AO JUSTO VALOR REND. INTEGRAL	2022	2021
Clientes (ARDs)	15 793 949	16 466 032
Clientes (ARDs)	15 793 949	16 466 032

Em 2020, ao abrigo do Dec-Lei nº 5/2019, foi assinado, a 25 de novembro de 2020, um memorando de entendimento com o Município de VRSA, do qual resultou um Acordo de Regularização de Dívida para regularização de 16 788 663 euros. O acordo referido está espelhado nas contas como ativo financeiro ao justo valor através do rendimento integral, e o valor em dívida no fim do exercício, após o recebimento das 6 primeiras prestações, é de 15 793 979€.

Em 31 de dezembro 2022 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe:

CLIENTES	2022	2021	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
MUNICÍPIO DE LOULÉ	597 284	622 819	(25 535)	-4,10%
MUNICÍPIO DE LAGOS	444 142	465 639	(21 497)	-4,62%
EMARP EM	567 821	1 225 241	(657 420)	-53,66%
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	85 185	105 685	(20 499)	-19,40%
INFRALOBO EM	40 917	61 256	(20 338)	-33,20%
INFRAQUINTA EM	66 928	92 380	(25 452)	-27,55%
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	632 351	1 386 468	(754 116)	-54,39%
MUNICÍPIO DE LAGOA	572 614	647 315	(74 701)	-11,54%
MUNICÍPIO DE SILVES	288 272	304 621	(16 349)	-5,37%
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	165 152	229 362	(64 210)	-27,99%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	35 753	31 991	3 762	11,76%
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	47 431	47 833	(402)	-0,84%
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	15 802 454	16 474 537	(672 083)	-4,08%
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	17 086	21 428	(4 343)	-20,27%
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	190 078	95 304	94 774	99,44%
TAVIRAVERDE, EM	3 651 834	3 670 285	(18 451)	-0,50%
FAGAR EM	2 089 124	1 586 392	502 732	31,69%
INFRAOURA EM	162 684	217 768	(55 083)	-25,29%
VRSA SGU EM SA	9 771 784	9 771 784	0	0,00%
AMBIOLHÃO EM	568 891	606 291	(37 400)	-6,17%
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	677 349	685 457	(8 108)	-1,18%
Totais (Clientes)	36 475 136	38 349 856	(1 866 611)	-4,89%

Nota: no total não estão deduzidas as imparidades.

Após a nomeação do Conselho de Administração em 12 de Março de 2018 para o triénio 2018-2020, foram efetuadas várias reuniões com os municípios/entidades municipais que registavam saldos com idade superior a 2 meses. Estas reuniões tiveram o objetivo de estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. O ponto de situação para três casos existentes é o seguinte:

- TAVIRAVERDE E.M. – Existe contencioso judicial relativo a parte da dívida (VMG dos anos de 2007 a 2011) para a qual está registada uma imparidade de 1 984 519 euros. No exercício de 2022 foram regularizados 5 712 € referentes à última prestação referentes ao ARD formado em 2017;
- Em 2021 foi assinado ARD com o município de VRSA considerando 13 379 743 € de dívida respeitante a faturação emitida pela empresa, mais 3 408 921 € de juros de mora referentes a essa mesma faturação. A variação espelhada na tabela acima decorre do pagamento, em 2022, das 4 prestações previstas no plano de pagamento (no total, há, até 31-12-2022, pagamento de 6 prestações, 2 em 2021 e 4 em 2022);
- Na tabela anterior, ainda consta o cliente VRSA SGU EM SA. Contudo, a dívida deste é atualmente dívida do município de VRSA.

As outras variações significativas que estão evidenciadas na tabela acima não resultam de quaisquer diferendos entre estas e a AdA SA. Em termos gerais, verifica-se, o cumprimento do determinado no contrato de concessão, concretamente, às condições de crédito que este determina (60 dias). Em alguns casos, os saldos apresentados correspondem apenas às faturas emitidas a 31 de dezembro de 2022.

11 - OUTROS ATIVOS

11.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10 - Clientes
- 18 - Subsídios ao investimento

11.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de Outros ativos é como segue:

OUTROS ATIVOS CORRENTES	2022	2021
Adiantamentos a Fornecedores	214 373	381 284
Pessoal	677 715	7 066
Outros Devedores	3 206 454	4 766 853
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 849 230	5 104 142
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	576 044	434 534
IVA - reembolsos solicitados	706 268,79	523 625,53
	11 230 085	11 217 506

Na rubrica Devedores por acréscimos de rendimentos fazer notar que o saldo considera acréscimos de juros de mora por ausência de regularização de faturas por parte de 3 clientes, concretamente dos clientes Município de VRSA, TAVIRAVERDE EM e Município de Vila do Bispo, 3 163 878€, 1 106 672€ e 1 795€, respetivamente.

Relativamente à variação verificada na rubrica Outros Devedores, a diminuição do saldo é explicada principalmente pelos subsídios ao investimento (recebimento e ajustamentos aos valores das candidaturas). O saldo a 31-12-2022 é referente a valores a receber de diversas situações das quais realçam-se as seguintes:

- subsídios ao investimento (1,5 milhões de euros);
- subsídios à exploração (321 mil euros);
- re-faturação emitida no âmbito dos contratos de exploração e manutenção do sistema de saneamento (389 mil euros); e

iv. 577 mil euros a receber da ApA referente aos encargos com a exploração da EEI (7º ano do protocolo) que ultrapassam o valor acordado no protocolo entre esta entidade e a AdA SA (1 M€). Este protocolo findou em janeiro sendo substituído pelo contrato de concessão de 24 de janeiro de 2022.

A) SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

VALORES A RECEBER DE FUNDO COESÃO

Encontram-se registados em Outros Devedores cerca de 1,5 milhões de euros a receber no âmbito de candidaturas ao POSEUR. Em 2022 a empresa recebeu 713 178 de euros de apoios comunitários ao investimento (POSEUR), assim como 13 412 642 de euros de adiantamento para o PRR.

CÓDIGO OPERAÇÃO	EMPREITADA	POR RECEBER
POSEUR-03-2012-FC-000025	LIGAÇÃO DE ALGOZ - TUNES AO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ALBUFEIRA LAGOA E SILVES	112 755
POSEUR-03-2012-FC-000027	ETAR DA COMPANHEIRA	457 556
POSEUR-03-2012-FC-000028	ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO	631 602
POSEUR-03-2012-FC-000835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DA ETA DE ALCANTARILHA	270 487
POSEUR-03-2012-FC-001445	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ApR DA ETAR de VRSA	40 472
TOTAL A RECEBER		1 512 872

Reconciliação do fundo coesão

CANDIDATURA	DESIGNAÇÃO	TERMO ACEITAÇÃO	RECEBIMENTOS 2022	AJUSTAMENTOS 2022	A RECEBER
POSEUR-03-2012-FC-000002	LIGAÇÃO DE MONCHIQUE NORTE AO SISTEMA DE SANEAMENTO DO ALGARVE	554 667	(67 716)	(97 317)	0
POSEUR-03-2012-FC-000025	LIGAÇÃO DE ALGOZ - TUNES AO SISTEMA DE SANEAMENTO DE ALBUFEIRA LAGOA E SILVES	1 544 483	(6 455)	0	112 755
POSEUR-03-2012-FC-000026	SISTEMA INTERCETOR E ELEVATÓRIO DE VILA DO BISPO E SAGRES	1 716 423	85 821	(5 886)	0
POSEUR-03-2012-FC-000027	ETAR DA COMPANHEIRA	9 096 271	(55 344)	(1 133 709)	457 556
POSEUR-03-2012-FC-000028	ETAR DE FARO - OLHÃO E SISTEMA ELEVATÓRIO DE OLHÃO	14 155 603	0	0	631 602
POSEUR-03-2012-FC-000835	REFORÇO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DA ETA DE ALCANTARILHA	3 505 759	0	235 333	270 487
POSEUR-03-2012-FC-001445	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVAÇÃO E ADUÇÃO DE ApR DA ETAR de VRSA	809 433	756 872	0	40 472
TOTAL		31 382 638	713 178	(1 001 578)	1 512 872

B) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2022	2021
IVA a receber	706 269	523 626
Tributação autárquica	0	0
EOEP ativos	706 269	523 626

C) PERDAS POR IMPARIDADE PARA OUTROS ATIVOS

A AdA não registou quaisquer imparidades de outros ativos em 2022 (ver nota 28).

12 - INVENTÁRIOS

12.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio

12.2. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

INVENTÁRIOS	2022	2021
Matérias Primas e Subsidiárias	2 844 460	2 484 794
Inventários	2 844 460	2 484 794

Em 31 de dezembro de 2022, os inventários relacionados com peças de manutenção totalizam 2.427.613 euros. Em matérias subsidiárias estão registados 416.848 euros respeitantes, na sua generalidade, a reagentes.

O movimento ocorrido nas matérias-primas exercício findo a 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

GASTOS DAS VENDAS	2022	2021
Inventários início exercício	2 484 794	2 338 662
Compras	2 139 572	2 105 208
CMVMC e regularizações	(1 779 906)	(1 959 076)
Inventários início exercício	2 844 460	2 484 794

13 - ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

13.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um ativo financeiro que é um instrumento de dívida é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda;
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) com clientes no âmbito do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro.

RECONHECIMENTO INICIAL

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado, sendo reconhecidos em resultados utilizando a taxa de juro efetiva da transação;
- As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados; e
- As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pela empresa, a Ada recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

13.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Os Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela AdA correspondem aos Acordos de Regularização de Dívida (ARD's) celebrados com os clientes municipais no âmbito do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou com o Banco Europeu de Investimento uma linha de 200 milhões de euros que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de ARD's. A cedência será feita pelo valor nominal dos créditos. Neste sentido considera-se que o justo valor dos ARD's corresponde ao seu valor nominal.

13.3. DETALHE

O detalhe dos ativos financeiros ao Justo valor através de outro rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

ATIVOS FINANC. AO JUSTO VALOR REND. INTEGRAL	2022	2021
Clientes (ARDs)	15 793 949	16 466 032
Clientes (ARDs)	15 793 949	16 466 032

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e às empresas municipais e intermunicipais e que tenham por objeto o exercício de atividades de distribuição de água e saneamento de águas residuais, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e às entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

O mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida ("ARD") beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro do ano anterior à celebrado do ARD, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo de aí decorrente.

Por fim, o diploma permite a cessão destes créditos a terceiros (sem recurso ao grupo AdP), bem como: (i) os créditos que digam respeito a dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, após celebração de Acordo de Regularização de Dívida, substancialmente nos termos e condições definidos no anexo ao presente decreto-lei; e (ii) os créditos que já tenham sido objeto de acordo de pagamento, independentemente da sua designação.

A cessão dos créditos permite a extensão do prazo de reembolso a 25 anos, ficando este prazo limitado a 5 anos em caso de impossibilidade de cessão do crédito decorridos 12 meses desde a data de efetividade do ARD.

A Lei do Orçamento de Estado para 2021 e para 2022 consagrou a possibilidade de serem feitos novos ARD's em 2021 e 2022, respetivamente.

14 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

14.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração de posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

14.2. DETALHE

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 é como segue:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS NO FIM DO PERÍODO	2022	2021
Caixa	9 000	9 000
Depósitos à ordem	14 309 949	933 363
Caixa e Bancos	14 318 949	942 363

15 - CAPITAL PRÓPRIO

15.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

DIVIDENDOS

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas

15.2. CAPITAL SOCIAL

O capital no montante de 29 825 000 euros é constituído por 5 965 000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

CAPITAL SOCIAL	%	2022		2021	
		CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL REALIZADO
Águas de Portugal, SGPS, SA	54,44%	16 237 235	16 237 235	16 237 235	16 237 235
Município de Albufeira	4,85%	1 446 350	1 446 350	1 446 350	1 446 350
Município de Alcoutim	0,29%	86 180	86 180	86 180	86 180
Município de Aljezur	0,57%	170 230	170 230	170 230	170 230
Município de Castro Marim	0,55%	163 935	163 935	163 935	163 935
Município de Faro	6,87%	2 048 940	2 048 940	2 048 940	2 048 940
Município de Lagoa	3,15%	939 065	939 065	939 065	939 065
Município de Lagos	3,40%	1 013 630	1 013 630	1 013 630	1 013 630
Município de Loulé	5,68%	1 693 985	1 693 985	1 693 985	1 693 985
Município de Monchique	0,43%	128 590	128 590	128 590	128 590
Município de Olhão	3,87%	1 153 955	1 153 955	1 153 955	1 153 955
Município de Portimão	6,19%	1 846 030	1 846 030	1 846 030	1 846 030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248 035	248 035	248 035	248 035
Município de Silves	3,73%	1 112 195	1 112 195	1 112 195	1 112 195
Município de Tavira	2,27%	678 400	678 400	678 400	678 400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268 025	268 025	268 025	268 025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590 220	590 220	590 220	590 220
Capital Social	100,00%	29 825 000	29 825 000	29 825 000	29 825 000

15.3. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o resultado líquido por ação é o seguinte:

RESULTADO POR AÇÃO	2022	2021
Resultado líquido	1 663 065	365 764
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000	5 965 000
Resultado por ação	0,28	0,06

RESULTADO POR AÇÃO (SEM DRG)	2022	2021
Resultado líquido da Atividade (nota 9)	4 965 969	7 766 081
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	5 965 000	5 965 000
Resultado por ação	0,83	1,30

O resultado contratual por ação desvalorizou 36% face a 2021. Esta diminuição é explicada pelos resultados da atividade de 2022.

15.4. RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

RESULTADOS - MOVIMENTOS EXERCÍCIO	2021	AFETAÇÃO RES. LÍQ.	DRG	DIVIDENDOS	RES. LÍQUIDO	2022
Reservas e outros ajustamentos	3 275 316	18 288	0	0	0	3 293 604
Resultados transitados	(2 909 491)	347 476	0	0	0	(2 562 015)
Resultado Líquido do exercício	365 764	(365 764)	0	0	1 663 065	1 663 065
SOMA	731 589	0	0	0	1 663 065	2 394 653

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

16.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PROVISÕES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a empresa divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração de posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda

representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

ATIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

16.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A AdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

16.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue.

MOVIMENTOS DE PROVISÕES	2021	AUMENTO (NOTA 27)	REVERSÕES (NOTA 27)	2022
Provisões - outros	81 500	0	0	81 500
Movimentos de provisões	81 500	0	0	81 500

Não existem quaisquer provisões registadas em 2022 e a provisão em saldo está relacionada com o diferendo entre a empresa e um antigo fornecedor de assessoria jurídica e respeita a honorários.

PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A empresa faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

A correr em tribunal, e já devidamente contestadas, a empresa tem as seguintes ações interpostas por terceiros.

TIPO DE AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	VALOR DA RESPONSABILIDADE MÁXIMA	VALOR DA PROBABILIDADE DA OBRIGAÇÃO	VALOR DA PROVISÃO CONSTITUÍDA NA CONTABILIDADE	PROBABILIDADE DE DESFECHO FAVORÁVEL À ADA SA
Outros	Ação Administrativa de Contencioso Pré-Contratual para anulação de decisão de adjudicação. Sentença favorável à AdA SA mas interposto recurso pela requerente.	30 000	0	0	PROVÁVEL
Expropriações	Ação Executiva contra o Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M., tendo como objecto a Sentença condenatória Judicial proferida no âmbito do Processo n.º 627/2002. INTERVENIENTE ACIDENTAL: ÁGUAS DO ALGARVE, SA	14 964	0	0	POSSÍVEL
Outros	Pedido formulado contra a AdA. p/ Sociedade de Construções Soares SA (inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, SA). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela emissão de sentença.	2 662 386	0	0	POSSÍVEL
Contraordenações	Ação contra AdA, por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE. Empreitada de "Concepção/construção do SAAS às ilhas da Culatra e da Armona -Travessias da Ria Formosa Perfuração Horizontal Dirigida. Inexequibilidade técnica das travessias da Ria Formosa.	8 332 017	0	0	POSSÍVEL
Contraordenações	Atualização do pedido de €8 332 017,21 formulado na anterior ação n.º 46/09.3 BELLE).	9 191 598	0	0	POSSÍVEL
Outros	Ação Declarativa de Condenação em Processo Comum	81 500	0	0	POSSÍVEL

A Administração considera que as provisões e imparidades registadas são adequadas face aos riscos emergentes dos processos judiciais em curso.

GARANTIAS

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

GARANTIAS BANCÁRIAS	VALOR
Tribunais Cíveis	603 913
Petrogal	10 475
ARH	566 466
Abastecimento	1 180 854
IP - infraestruturas de Portugal	5 000
Rotas do Algarve Litoral	40 000
Tribunais Cíveis	91 001
Saneamento	136 001
Total	1 316 854

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS	NATUREZA	BANCO	VALOR
ARH	AA	CGD	566 466
Tribunal Civil da Comarca de Silves	AA	Millenium BCP	229 582
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD	124 699
Tribunal Civil da Comarca de Monchique	AA	Millenium BCP	57 955
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	AA	CGD	57 314

16.4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Até 23 de janeiro de 2022 vigorou o protocolo assinado em 30 de Setembro de 2013, com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), segundo o qual a Águas do Algarve, S.A. suportaria um gasto anual de até 1.000.000 Euros, com o empreendimento hidráulico de Odeleite-Beliche (AHOB), sendo o restante a cargo da APA. O protocolo em causa estava balizado temporalmente entre 1 de outubro e 30 de setembro, ou seja, findou com sensivelmente 4 meses decorridos do 9º ano (3 meses de 2021 e os primeiros 24 dias de janeiro de 2022). Os respetivos gastos encontram-se refletidos em fornecimentos e serviços externos (nota 24).

Em 25 de Janeiro de 2022 foi assinado um contrato de concessão do respetivo empreendimento com o Estado Português, no qual se atribuiu a gestão do AHOB à Águas do Algarve. E neste contrato de concessão ficou estipulado um modelo diferente de partilha dos gastos de manutenção e operação, ficando 15,6% dos mesmos a cargo da Associação de Regantes do Sotavento, e os restantes 84,4% suportados pela Águas do Algarve.

A Águas do Algarve tem também um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O referido protocolo terminará em 2025.

17 - ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

17.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.4.4.

17.2. DETALHE E MOVIMENTO

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF e sujeitos a amortização no prazo da concessão, perfazem em 2022 o montante 912.048.454 euros, dos quais 694.708.244 euros já se encontram realizados (DUI firme). O valor em curso no final do exercício ascende a 44.218.290 euros (ver nota 5). Em 2022 foi considerado o investimento incremental referente à integração de património das barragens de Odeleite e Beliche (ver nota 5).

MOVIMENTOS DO PERÍODO

O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual constam do quadro seguinte:

ACRÉSCIMO GASTOS INVEST. CONTRATUAL	2021	AUMENTOS (NOTA 26)	DIMINUIÇÕES	RECLASSIFICAÇÕES (NOTA 5)	2022
Acréscimo gastos invest. contratual	69 315 131	5 958 613	0	(2 330 831)	72 942 913

As amortizações do exercício dos investimentos futuros ascenderam a cerca de 6 milhões de euros tendo sido transferidos para amortizações acumuladas do direito de utilização das infraestruturas cerca de 2,3 milhões de euros (ver nota 5).

18 - SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a empresa cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

18.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

SALDO DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	2022	2021
Fundos comunitários	119 337 581	111 076 796
Integração património	87 854 373	37 629 387
	207 191 954	148 706 182

O aumento verificado no saldo da rubrica de Fundos comunitários resulta de reprogramações das candidaturas ao POSEUR. O aumento verificado na rubrica de Integração de Património corresponde ao valor da integração das barragens de Odeleite e Beliche, que transitaram para a AdA a custo zero (ver nota 6).

O movimento ocorrido nos Subsídios ao investimento – Fundo de coesão no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADOS

VARIAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO	2021	RECONHECIMENTO	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	2022
Fundos comunitários	111 076 796	(4 269 710)	13 647 975	(1 236 911)	119 430	119 337 581
Integração património	37 629 387	(3 687 263)	53 912 250	0	0	87 854 373
Varição subsídios de Investimento	148 706 182	(7 956 973)	67 560 225	(1 236 911)	119 430	207 191 954

O total de recebimentos em 2022 ascenderam a 713 mil de euros. A AdA SA, tal como em 2021, verteu em pedidos de pagamento praticamente toda a despesa incorrida no âmbito das empreitadas candidatas ao POSEUR.

O aumento relatado refere-se essencialmente ao recebimento do adiantamento relacionado com o PRR (ver nota 11), e à integração das barragens de Odelouca e Odeleite (ver nota 5).

19 - EMPRÉSTIMOS

19.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração de posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

19.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

EMPRÉSTIMOS POR NATUREZA	2022	2021
Empréstimos Bancários BEI	124 552 491	135 972 619
Empréstimos Empresa mãe	0	0
Empréstimos não correntes (1)	124 552 491	135 972 619
Descobertos Bancários	0	681
Empréstimos Bancários BEI	11 724 719	11 165 500
Empréstimos Empresa mãe	36 194 992	28 652 940
Empréstimos correntes (2)	47 919 711	39 819 121
Total de empréstimos (3 = 1 + 2)	172 472 202	175 791 741

No presente exercício destaca-se a redução dos empréstimos em cerca de 3,4 milhões de euros.

MOVIMENTO NOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021, e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa, é como segue:

VARIAÇÃO NOS SALDOS EM EMPRÉSTIMOS (NÃO CORRENTES E CORRENTES)	EMPRÉSTIMOS BEI	EMPRÉSTIMOS EMPRESA MÃE	DESCOBERTOS BANCÁRIOS	SOMA
Saldo em 01.01.2022	147 138 120	28 652 940	681	175 791 741
Novos empréstimos obtidos	0	23 000 000	0	23 000 000
Juros e comissões em dívida a 31.12.2022	13 119	42 052	0	55 171
Amortização de empréstimos	(10 874 028)	(15 500 000)	(681)	(26 374 709)
Saldo em 31.12.2022	136 277 210	36 194 992	0	172 472 202

EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE

O capital dos empréstimos BEI e AdP SGPS, a 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 tem a seguinte maturidade:

EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE	2022	2021
Até 1 ano	47 919 711	39 819 121
De 1 a 2 anos	12 344 970	11 420 128
De 2 a 3 anos	12 972 762	12 344 970
De 3 a 4 anos	13 832 305	12 971 520
De 4 a 5 anos	14 382 130	13 790 904
Superior a 5 anos	71 020 325	85 445 097
Empréstimos por Maturidade	172 472 202	175 791 741

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA

Em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021, os empréstimos BEI e AdP SGPS apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA	2022	2021
Taxa de juro variável		
Até 1 ano	36 194 992	28 653 621
De 1 a 2 anos	0	0
De 2 a 3 anos	0	0
Superior a 3 anos	0	0
Total de empréstimos com taxa de juro variável	36 194 992	28 653 621
Taxa de juro fixa		
Até 1 ano	11 724 719	11 165 500
De 1 a 2 anos	12 344 970	11 420 128
De 2 a 3 anos	12 972 762	12 344 970
Superior a 3 anos	99 234 760	112 207 521
Total de empréstimos com taxa de juro variável	36 194 992	28 653 621
Total de empréstimos	172 472 202	175 791 741

JUSTO VALOR

Os empréstimos obtidos pela Ada correspondem a empréstimos BEI (136.277.210 euros) e a empréstimos da AdP SGPS, suprimentos e linha de apoio à tesouraria (36.194.992 euros). Atendendo ao facto de (i) não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI se poderia financiar atendendo aos montantes e prazos envolvidos (25 anos), não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

20 - FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

20.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

20.2. DETALHE

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

i) Fornecedores e outros passivos não correntes

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES	2022	2021
Fornecedores de investimento	2 717 581	2 633 827
Outras contas a pagar	785 249	1 073 629
Outros fornecedores	0	320
Fornecedores e outros passivos não correntes	3 502 830	3 707 776

A rubrica Fornecedores de investimento respeita essencialmente a obrigações resultantes da integração de património dos municípios. O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora os passivos não correntes resultantes do protocolo de exploração do Centro do Lince firmado com o ICNF. O protocolo com o ICNF finda no ano de 2025.

ii) Fornecedores correntes

FORNECEDORES CORRENTES	2022	2021
Fornecedores c/c - Gerais	4 158 651	2 868 204
Fornecedores c/c - Empresa mãe	484 597	0
Fornecedores c/c - Outras partes relacionadas - Municípios	0	0
Fornecedores c/c - Outras partes relacionadas - Outras	10 680	7 597
Fornecedores - Faturas Receção/Conferência	1 039 807	763 344
Outras contas a pagar - Fornecedores Investimento	4 579 297	2 365 861
Fornecedores correntes	10 273 031	6 005 006

OUTROS PASSIVOS CORRENTES	2022	2021
Pessoal	3 045	2 550
Acréscimo com férias e subsídio de férias	1 450 759	678 942
Adiantamento de Subsídios	0	0
Outros acréscimos e diferimentos	5 815 279	3 405 049
Outros credores	2 737 445	3 298 766
Outros Passivos Correntes	10 006 528	7 385 306

A rubrica de **Outros acréscimos e diferimentos** inclui valores a pagar relacionados com o protocolo assinado com o ICNF relativo ao Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico, seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção. Relativamente ao aumento verificado na rubrica está relacionado acréscimos com revisão de preços aos contratos de exploração e manutenção do sistema de saneamento, no valor de 1,6 milhões de euros.

ii) Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	2022	2021
Pagamentos por conta	3 151 227	2 541 015
Pagamento adicional por conta	523 628	385 986
Retenções na fonte	1 517	1 517
Imposto corrente	(3 436 265)	(3 937 433)
Imposto sobre o rendimento	240 106	(1 008 915)
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2022	2021
Retenções - IRS	(86 795)	(63 084)
Retenções - Segurança Social	(142 679)	(106 402)
Outros	(2 707 683)	(2 500 286)
EOEP passivos	(2 937 156)	(2 669 772)

21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

2022

INST. FINANCEIROS POR CATEGORIA	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	PASSIVOS FINANC. AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVO/PASSIVO NÃO CLASSIF. C/ INST. FINANC.	TOTAL DPF A 31.12.2022
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	453 112 260	453 112 260
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	958 682	958 682
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	117 705	117 705
Outros Ativos financeiros	13 298	0	0	13 298	0	13 298
Clientes CORRENTES	17 962 547	0	0	17 962 547	0	17 962 547
EOEP	0	0	0	0	706 269	706 269
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	37 450 110	37 450 110
Inventários	0	0	0	0	2 844 460	2 844 460
Ativos financeiros ao justo valor	0	15 793 949	0	15 793 949	0	15 793 949
Outros ativos correntes	10 523 816	0	0	10 523 816	0	10 523 816
Caixa e seus equivalentes	14 318 949	0	0	14 318 949	0	14 318 949
Total do ATIVO	42 818 610	15 793 949	0	58 612 559	495 429 593	554 042 152
Provisões	0	0	0	0	81 500	81 500
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	124 552 491	124 552 491	0	124 552 491
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	3 502 830	3 502 830	0	3 502 830
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	6 110 618	6 110 618
Acréscimos de Gastos de Invest. Contratual	0	0	0	0	72 942 913	72 942 913
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	207 191 954	207 191 954
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	39 222 371	39 222 371
Empréstimos correntes	0	0	47 919 711	47 919 711	0	47 919 711
Passivos da locação CORRENTES	0	0	18 552	18 552	0	18 552
Fornecedores	0	0	10 273 031	10 273 031	0	10 273 031
Outros passivos correntes	0	0	10 006 528	10 006 528	0	10 006 528
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	0	0
Total do PASSIVO	0	0	196 273 143	196 273 143	325 549 356	521 822 498

INST. FINANCEIROS POR CATEGORIA	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	PASSIVOS FINANC. AO CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	ATIVO/PASSIVO NÃO CLASSIF. C/ INST. FINANC.	TOTAL DPF A 31.12.2021
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	397 541 132	397 541 132
Ativos Tangíveis	0	0	0	0	968 716	968 716
Ativos sob direito de uso	0	0	0	0	236 022	236 022
Outros Ativos financeiros	8 992	0	0	8 992	0	8 992
Clientes CORRENTES	19 165 184	0	0	19 165 184	0	19 165 184
Impostos diferidos Ativos	0	0	0	0	34 774 155	34 774 155
Inventários	0	0	0	0	2 484 794	2 484 794
Ativos financeiros ao justo valor	0	16 466 032	0	16 466 032	0	16 466 032
Outros ativos correntes	11 217 506	0	0	11 217 506	0	11 217 506
Caixa e seus equivalentes	942 363	0	0	942 363	0	942 363
Total do ATIVO	31 334 044	16 466 032	0	47 800 076	436 004 819	483 804 895
Provisões	0	0	0	0	81 500	81 500
Empréstimos NÃO CORRENTES	0	0	135 972 619	135 972 619	0	135 972 619
Passivos da locação NÃO CORRENTES	0	0	2 081	2 081	0	2 081
Fornecedores de Outros passivos NÃO CORRENTES	0	0	3 707 776	3 707 776	0	3 707 776
Impostos diferidos Passivos	0	0	0	0	6 285 461	6 285 461
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	0	0	0	0	69 315 131	69 315 131
Subsídios ao Investimento	0	0	0	0	148 706 182	148 706 182
Desvio tarifário passivo	0	0	0	0	34 799 628	34 799 628
Empréstimos correntes	0	0	39 819 121	39 819 121	0	39 819 121
Passivos da locação CORRENTES	0	0	159 579	159 579	0	159 579
Fornecedores	0	0	6 005 006	6 005 006	0	6 005 006
Outros passivos correntes	0	0	7 385 306	7 385 306	0	7 385 306
Imposto s/ rendimento do exercício	0	0	0	0	1 008 915	1 008 915
Total do PASSIVO	0	0	193 051 488	193 051 488	260 196 818	453 248 306

22 - RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

22.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdA SA efetua a sua melhor estimativa. Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

VENDA DE BENS

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

22.2. DETALHE

O rédito de contratos com clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

VENDAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDIMENTOS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	2022	2021
Venda de água	34 033 726	33 596 511
Prestações de Serviços - Tratamento de Efluente	26 394 150	26 237 113
Prestações de Serviços - Atividades assessoria/complementares	1 163	653
Rendimentos de serviços de construção	20 495 618	7 292 383
Correções exercício anteriores	0	0
Total	80 924 657	67 126 661

Em 2022 constatou-se um acréscimo operacional das Vendas de água (437 mil euros face a 2021).

Relativamente à Prestações de Serviços – Tratamento de efluentes a variação (positiva) foi de 157 mil euros face a 2021.

Quanto aos Rendimentos de serviços da construção, a variação é bastante significativa face a 2021, evidenciando um aumento de 13,2 milhões de euros (ver nota 5).

23 - GASTOS DA VENDAS

O gasto das vendas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

GASTOS DAS VENDAS E DA CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS (IFRIC 12)	2022	2021
CMVMC - Mercadorias	137 964	211 787
CMVMC - Matérias-primas e subsidiárias	1 641 942	1 747 289
CMVMC - Correções exercícios anteriores	0	0
Gastos das Vendas/Variação de inventários	1 779 906	1 959 076
Gastos da construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	20 495 618	7 292 383
Gastos das vendas e dos serviços de construção	22 275 524	9 251 459

Os gastos com consumo não tiveram variações significativas face a 2021, exceto as respeitantes aos gastos da construção (IFRIC 12) (ver nota 5).

GASTOS DAS VENDAS	2022	2021
Inventários - início exercício (nota 12)	-	2 484 794
Compras	+	2 139 572
Inventários - fim exercício (nota 12)	-	2 844 460
CMVMC e regularizações	=	(1 779 906)

24 - FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

24.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

24.2. DETALHE

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	2022	2021
Subcontratos	14 088 247	11 134 618
Electricidade	1 596 557	3 209 701
Rendas e Alugueres	347 585	122 540
Seguros		
Multiriscos	307 606	179 075
Outros seguros	183 109	49 757
Conservação e reparação		
Edfícios	73 061	58 305
Equipamento básico	3 194 560	2 835 277
Outras despesas conservação	42 634	37 759
Trabalhos especializados		
Assistência técnica	215 509	514 625
Análises/Monitorização	525 168	441 056
Recolha e transporte de lamas	1 949 978	1 637 529
FEE gestão	1 450 297	897 514
Outros trabalhos especializados	549 474	926 264
Material de laboratório	476 125	332 939
Outros FSE	1 632 689	1 516 359
Fornecimento e serviços externos	26 632 599	23 893 319

A rubrica Eletricidade regista uma diminuição de 50% face a 2021 pela alteração das tarifas de acesso à rede, o que permitiu poupanças significativas em 2022.

A variação dos gastos com subcontratos está relacionada essencialmente com as revisões de preços estimadas para os contratos de exploração e manutenção do sistema de saneamento (ver nota 20).

25 - GASTOS COM PESSOAL

25.1. DETALHE

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

GASTOS COM PESSOAL	2022	2021
Remunerações	4 988 908	4 566 938
Encargos sociais sobre remunerações	1 102 461	1 022 986
Outros gastos com pessoal	352 763	336 629
Correções relativas a exercícios anteriores	61 104	0
Gastos com pessoal capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	(431 858)	(327 579)
Gastos com pessoal	6 073 378	5 598 973

Face a 2022, os Gastos com o Pessoal registam um aumento de 474 mil euros. Este aumento é explicado pela integração de novos colaboradores, e pelos aumentos por atualização e progressões de carreiras.

Em 2022, foram capitalizados em ativo 432 mil euros de gastos com pessoal afeto à Direção de Gestão de Ativos.

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES	2022	2021
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	180	172
Número médio de colaboradores	185	177

NÚMERO DE COLABORADORES A 31 DE DEZEMBRO	2022	2021
Órgãos Sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	197	179
Número de colaboradores a 31 de dezembro	202	184

26 - AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as amortizações e depreciações têm o seguinte detalhe:

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2022	2021
Amortizações de ativos intangíveis (nota 5)	16 512 054	13 917 526
Amortizações de gastos do investimento contratual (nota 17)	5 958 613	6 000 508
Depreciações de ativos tangíveis (nota 6)	40 568	38 560
Depreciações ADU - Equipam. de Transporte (nota 7)	159 105	269 845
Depreciações e amortizações do exercício	22 670 339	20 226 439

27 - PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as provisões e reversões têm o seguinte detalhe:

PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO	2022	2021
Provisões - outros (nota 16)	0	0
Reversões de provisões (nota 16)	(1 478)	0
Total	(1 478)	0

28 - PERDAS POR IMPARIDADES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO	2022	2021
Perdas por imparidade de clientes	0	0
Perdas por imparidade de outros devedores	0	1 040 188
Total	0	1 040 188

Relativamente à Somague ACE temos registado no ativo um valor de 1 013 226€, cuja origem se prende com 2 Autos de Multa aplicados ao ACE, e que foram logo contestados pelo próprio ACE. A AdA intentou posteriormente uma ação judicial que não teve provimento em 1ª instância, por alegadamente ter dado entrada fora de prazo. Não obstante a AdA ter recorrido seguidamente para um tribunal de instância superior, sem decisão até à data, a probabilidade de reversão deste não provimento ronda os 50%, de acordo com a Jurista da AdA. E num cenário de reversão da decisão, a probabilidade de haver uma decisão posterior favorável à AdA e de haver o recebimento efetivo não se afigura robusta. Assim, considerou a Administração o mais prudente, a constituição de uma imparidade, o reconhecimento de uma perda potencial, no valor igual ao dos 2 Autos de Multa, 1 013 226€.

Relativamente ao que a Somague exige à Águas do Algarve, um montante a rondar os 9,2 milhões, a expectativa é a de que de facto a Somague perca outra vez esta ação, seguindo a tendência das decisões já conhecidas dos tribunais. Para este montante de 9,2 milhões de euros entendeu-se por conseguinte não constituir qualquer valor para provisão para riscos e encargos, pois a AdA está confiante da sua ilibação no final.

29 - OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	2022	2021
Impostos	478 166	474 278
Donativos	43 643	59 599
Quotizações	3 990	3 190
Outros gastos operacionais	348 397	104 940
Correções relativas a exercícios anteriores	7 109	15 217
Outros gastos e perdas operacionais	881 305	657 224

Os valores registados na rubrica de Impostos referem-se essencialmente às taxas da ERSAR, taxas essas devidas no âmbito das atividades de abastecimento e saneamento, a ajustamentos resultantes de diferenças de estimativas de gastos projetadas em 2021 face aos gastos reais conhecidos em 2022, e a ajustamentos a candidaturas a apoios comunitários, nomeadamente, candidaturas do POSEUR.

30 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	2022	2021
Venda de Energia	20 968	10 713
Venda de Análises	416 060	368 935
Outros rendimentos e ganhos operacionais	361 421	584 384
Correções relativas a exercícios anteriores	19 081	309 428
Outros rendimentos e ganhos operacionais	817 531	1 273 461

O decréscimo verificado na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais resulta de proveitos registados em 2021 que não têm correspondência em 2022. Por exemplo:

- (i) Registo em 2021 dos proveitos decorrentes do Protocolo com a ApA – AHOB, referentes a gastos anteriores a 2021.
- (ii) Reversão de gastos em 2021, de gastos registados referentes à exploração manutenção do sistema de saneamento, da zona poente, registados incorretamente em 2020.

Em sentido contrário, em 2022 registaram-se proveitos resultantes do projeto piloto de gestão de energia da EE1 (291 mil euros).

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Na tabela abaixo detalha-se a rubrica Subsídios à exploração:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2022	2021
Subs. à Exploração - EOEP	8 278	10 987
Subs. à Exploração - De Out. Entidades	232 853	327 112
	241 131	338 098

Reconheceram-se em 2022 vários rendimentos associados a projetos de I&D, dos quais destacamos as candidaturas PREDAQUA e IDIAQUA.

Os subsídios recebidos do IEFP para os estágios profissionais, que decorrem ou decorreram no exercício, estão registados como rendimento Subs. à Exploração – EOEP.

31 - GASTOS FINANCEIROS

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

GASTOS FINANCEIROS	2022	2021
Juros Suportados	4 526 986	5 182 892
Comissões AdP	946 897	1 009 697
Outros gastos financeiros	192 025	237 318
Gastos financeiros capitalizados em ATIVO (nota 5.3)	0	(3 740)
Gastos Financeiros	5 665 908	6 426 168

A redução dos juros suportados é justificada pela amortização de capital em dívida referente a empréstimos BEI (ver nota 19).

32 - RENDIMENTOS FINANCEIROS

Nos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS FINANCEIROS	2022	2021
Juros mora	575 809	1 630 003
Juros acordos	310 038	191 136
Outros juros	39 741	39 237
Rendimentos financeiros	925 588	1 860 376

Na rubrica de juros de mora e acordos destacam-se essencialmente os rendimentos com os juros de mora relativos a clientes que apresentam as dívidas vencidas mais relevantes, destacando-se o município de VRSA. Os juros de acordos respeitam aos juros acordo de regularização de dívida firmado com o município de VRSA em 2021. Referir que as variações entre juros de mora e juros de acordos estão correlacionadas inversamente, concretamente, a diminuição do valor de juros de mora verificada decorre da reclassificação de parte da dívida de VRSA de corrente para acordo, sendo que a taxa de juro associada ao ARD bastante inferior à taxa comercial. Consequente, e, obviamente, houve a diminuição do valor base de capital para cálculo de juro de mora, que transitou para ARD.

33 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A AdA, residente em Portugal encontram-se sujeitas à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa direta ou indiretamente são tributadas à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam

reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, ao empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados consolidados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

33.1. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde ao valor do IRC a pagar referente a 2022.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021 a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	2022	2021
Imposto corrente	3 436 265	3 937 433
Excesso/Insuficiência de estimativa de imposto	(2 969)	(976 203)
Imposto diferido	(2 850 799)	(3 960 129)
Imposto sobre o rendimento	582 497	(998 899)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

RECONCILIAÇÃO TAXA EFETIVA IMPOSTO	2022	2021
Resultado antes impostos	2 245 562	(633 135)
Taxa de imposto sobre o rendimento	0,21	0,21
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	471 568	(132 958)
Variações patrimoniais		
Varição patrimonial negativa	(5 018)	(5 018)
Varição patrimonial positiva	849 662	538 119
+	844 644	533 101
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Donativos	1 500	0
Multas, coimas e juros compensatórios	1 225	2 085
Amortizações do invest.contratual futuro	5 958 613	6 000 508
Correções relativas a exercícios anteriores	278 410	0
Seguros	28 873	32 706
Acréscimo de subsídios - IFRIC 12	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos	4 422 743	9 909 369
Outros	867 033	355 316
+	11 558 398	16 299 984
Encargos dedutíveis para efeitos fiscais		
Recup. de amort. anteriormente tributadas (Subs.Futuro+subs. IFRIC 12)	1 068 311	578 550
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidades tributadas	0	163 992
Benefícios fiscais	34 153	39 779
-	1 102 464	782 320
Lucro tributável	13 546 140	15 417 630
Imposto calculado	2 844 689	3 237 702
Tributação autónoma	12 010	7 719
Derrama municipal	97 259	116 130
Derrama estadual	482 307	575 881
+	591 576	699 731
Imposto sobre o rendimento	3 436 265	3 937 433
Insuficiência / Excesso Estimativa	(2 969)	(976 203)
Imposto sobre o rendimento	3 433 296	2 961 230
Aumento / reversão dos Impostos diferidos	(2 850 799)	(3 960 129)
Imposto sobre o rendimento	582 497	(998 899)
Taxa efetiva de imposto	25,94%	157,77%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

NATUREZAS	2021	DOTAÇÃO	UTILIZAÇÃO	2022
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de Derrama		4,32%	4,32%	
Ativos por Impostos Diferidos				
Provisões				
Outros				
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	94 023 554	5 958 613	191 853	100 174 020
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	8 508 536	0	(5 018)	8 503 518
Desvio tarifário (nota 9)	34 799 628	4 422 743	0	39 222 371
Passivos da locação (nota 7)	0	0	0	0
Base de incidência	137 331 718	10 381 356	186 835	147 899 909
IRC	28 840 060	2 180 085	39 235	31 059 380
Derrama	5 934 095	448 528	8 072	6 390 695
Imposto diferido ATIVO reconhecido	34 774 155	2 628 612	47 308	37 450 110
Taxa de IRC	21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama		4,32%	4,32%	
Passivos por impostos diferidos				
Outros				
Ajustamentos Transição – Amort./subsídios – Inv. Contratual NÃO Realiz.	23 753 684		(849 662)	22 904 049
Efeito IFRIC 12 Exercício - Sub IFRIC 12 vs Fiscal				
Diferença Amort. fiscal/contabilística/subsídio Inv. Contratual NÃO Realiz.	1 069 016	159 167		1 228 183
Ativos sob direito de uso (nota 7)	0			0
Base de incidência	24 822 699	159 167	-849 662	24 132 232
Taxa de IRC	5 212 756	33 425	-178 429	5 067 752
Taxa de Derrama	1 072 709	6 877	-36 710	1 042 876
Imposto diferido PASSIVO reconhecido	6 285 461	40 302	-215 139	6 110 618

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	2022	2021
Pagamentos por conta	3 151 227	2 541 015
Pagamento adicional por conta	523 628	385 986
Retenções na fonte	1 517	1 517
Imposto corrente	(3 436 265)	(3 937 433)
Imposto sobre o rendimento	240 106	(1 008 915)

A Águas do Algarve, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos que são maioritariamente resultantes dos (i) acréscimos de gastos para investimentos contratuais, (ii) das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos fiscalmente dedutíveis.

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que se tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, aplicando-se o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdA SA, entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão, não se justificando que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Desta forma, o valor apresentado pela Águas do Algarve, S.A. respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Conforme indicado na nota 33 - Imposto sobre o rendimento, e nesta nota 7 – Impostos diferidos ativos e passivos, a AdA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

34 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

34.1. PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é espelhada nas tabelas seguintes:

MOVIMENTOS COM PARTES RELACIONADAS	2022 PROVEITOS	2022 GASTOS	2021 PROVEITOS	2021 GASTOS
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	0	2 951 677	0	2 612 988
ADP VALOR, SA	2 193	0	0	5 448
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	416 060	0	368 935	0
ÁGUAS TEJO ATLÂNTICO SA	120	0	0	0
EPAL, SA	2 130	72 487	1 740	57 076
ADP ENERGIAS SA	0	75 351	0	68 584
MUNICÍPIO DE LOULÉ	7 697 401	8 666	7 555 074	9 007
MUNICÍPIO DE LAGOS	5 774 972	0	5 895 930	28 065
EMARP, E.M.	7 357 297	68 522	7 367 591	70 828
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	1 100 775	758	1 223 898	404
INFRALOBO, E.M.	428 257	875	455 827	890
INFRAQUINTA, E.M.	743 733	(5 168)	748 319	3 636
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	9 521 907	0	9 097 661	931
MUNICÍPIO FARO	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE LAGOA	4 292 232	702	3 980 695	4 037
MUNICÍPIO DE SILVES	3 728 542	507	3 826 363	1 263
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	816 936	14 994	774 316	15 630
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	207 968	0	184 200	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	692 980	270	677 805	295
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	825 765	1	1 757 380	0
MUNICÍPIO DE TAVIRA	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	204 515	5 229	221 305	3 259
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	1 227 837	1 354	1 220 101	1 446
TAVIRAVERDE, E.M.	2 231 168	15 746	2 198 383	18 783
FAGAR, E.M.	6 058 124	29 770	6 073 802	29 351
INFRAMOURA, E.M.	2 248 906	1 593	2 114 686	1 314
MUNICÍPIO DE OLHÃO	0	0	0	0
VRSA SGU, E.M.	0	0	0	0
AMBIOLHÃO, E.M.	3 431 914	5 322	3 563 698	5 078
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	2 722 385	6 994	2 719 644	6 787
MUNICÍPIO PORTIMÃO	0	0	0	0
	61 734 116	3 255 651	62 027 353	2 945 099

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	2022	2022	2021	2021
	ACTIVOS	PASSIVOS	ACTIVOS	PASSIVOS
ÁGUAS DE PORTUGAL SGPS, SA	31 772	36 714 468	0	28 810 810
ADP VALOR, SA	0	3 255	0	5 448
ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, SA	290 254	0	129 427	0
ÁGUAS TEJO ATLÂNTICO SA	120	0	0	0
EPAL, SA	923	30 426	590	
ADP ENERGIAS SA	0	8 427	0	10 504
MUNICÍPIO DE LOULÉ	597 284	265	622 819	337
MUNICÍPIO DE LAGOS	444 142	0	465 639	0
EMARP, E.M.	567 821	1 962 440	1 225 241	2 218 273
MUNICÍPIO DE S BRÁS DE ALPORTEL	85 185	116	105 685	37
INFRALOBO, E.M.	40 917	(78)	61 256	(50)
INFRAQUINTA, E.M.	66 928	251	100 493	167
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	632 351	(59)	1 386 468	(59)
MUNICÍPIO FARO	0	0	0	4 907
MUNICÍPIO DE LAGOA	572 614	48	647 315	51
MUNICÍPIO DE SILVES	288 272	0	304 621	0
MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO	166 947	402 895	231 157	419 965
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	35 753	0	31 991	0
MUNICÍPIO DE ALJEZUR	47 431	6 523	47 833	7 212
MUNICÍPIO VILA REAL SANTO ANTÓNIO	28 738 117	0	28 894 473	172
MUNICÍPIO DE TAVIRA	0	0	0	0
MUNICÍPIO DE ALCOUTIM	17 086	0	21 428	251
MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM	190 078	50 878	95 304	50 891
TAVIRAVERDE, E.M.	4 758 506	1 308	4 716 875	3 287
FAGAR, E.M.	2 092 968	19 128	1 590 235	16 401
INFRAMOURA, E.M.	162 684	209	217 768	106
MUNICÍPIO DE OLHÃO	0	0	0	0
VRSA SGU, E.M.	0	0	0	0
AMBIOLHÃO, E.M.	568 891	429	606 291	395
ADVRS - ÁGUAS DE VRSA	677 349	30	685 457	0
MUNICÍPIO PORTIMÃO	0	0	0	0
	41 074 393	39 200 960	42 188 366	31 549 103

Os saldos do município de VRSA e de TAVIRAVERDE EM consideram os juros de mora acrescidos para o incumprimento na regularização de várias faturas (ver notas 10 e 32).

35 - COMPROMISSOS

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição financeira apresentada:

a) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

CONTRATOS DE EMPREITADA (CONTRATOS SUPERIORES A 500 MIL EUROS)

EMPREITADAS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2022
Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção	ECOCIAF - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS	8 178 335	4 658 276
Empreitada de Reabilitação da ETAR de Lagos por Conceção-Construção	VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A	6 058 615	3 801 612
Empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé Ligação ao Reservatório Intermédio	CAMACHO ENGENHARIA, S.A.	3 172 943	952 946
Empreitada de Fases de Reforço de Adução a Loulé Ligação ao Reservatório Intermédio	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	1 720 000	207 297
Execução de trabalhos de reparações e melhorias em Infraestruturas de Saneamento do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve	METALCÁRIO - CONSTRUÇÕES LDA	3 715 215	2 054 156
Nova Reserva do Barlavento	SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS SA (SETH)	2 982 453	2 708 180
Sistema de Elevação de Água para o Túnel Odeleite/Beliche LOTE B - Sistema Elevatório	ACCIONA AGUA,S.A. SUCURSAL PORTUGAL	2 250 000	1 548 546
Empreitada de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR da ETAR VRSA – Fase I	SADE SA	1 507 059	1 481 631
Empreitada para Desativar a ETAR do Rogil e do Carrascalinho e Respetivos Emissários	AQUINO CONSTRUÇÕES, SA	1 696 644	1 367 493
Projeto de Execução do "Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve-Solução da Tomada de Água no Pomarão"	AQUALOGUS - ENGENHARIA E AMBIENTE LDA	1 194 600	119 460
Empreitada de Central de Secagem solar de lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	NOV PRO CONSTRUÇÕES, S.A.	1 212 047	633 886
Empreitada de Central de Secagem solar de lamas da ETAR de Vila Real de Santo António por Conceção-Construção	VEOLIA WATER TREATMENT SOLUTIONS PORTUGAL, S.A	820 000	616 400

CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (CONTRATOS SUPERIORES A 100 MIL EUROS)

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E BENS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2022
Aquisição de Serviços de Operação e Manutenção do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Zona Poente - Lote 2)	Be Water, S.A.	58 478 074	5 049 050
Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Armazenamento/Valorização/Deposição em Destino Final de Lamas	Biosmart-Soluções Ambientais, S.A.	4 883 000	1 273 576
FEE de gestão a faturar pela AdP SGPS em 2022	AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 482 041	1 482 041
Aquisição de serviços para o Projeto de Execução do "Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve-Solução da Tomada de Água no Pomarão"	AQUALOGUS - Engenharia e Ambiente, Lda.	1 194 600	119 460
Comissões de intermediação às linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento, entre 15 junho 2022 e 15 março 2023	AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	849 988	648 227
Análises de Águas Naturais, Águas para Consumo Humano e Águas Residuais	Instituto Superior Técnico	622 176	259 291
Aquisição de Serviços de Trabalho Temporário	Multitrab - Trabalho Temporário, Lda.	475 000	82 225
Aquisição de Estudos e Consultoria para a implementação da Dessalinização na Região do Algarve	COBA - Consultores de Engenharia e Ambiente, SA.	472 572	118 713
Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução das Empreitadas de Reforço da Interligação Barlavento/Sotavento	COBA - Consultores de Engenharia e Ambiente, SA.	368 967	129 139
Aquisição de Serviços de Colheitas de Águas para Consumo Humano do SMAAA	Ambipar Control - Consultoria, Análises e Amostragem Ambiental, Lda.	351 000	6 966
Contratação de patrocínio judiciário 2022 - AAMM	AAMM-Sociedade Advogados, RL	350 000	74 713
Contratação de juros financeiros para a linha Suprimentos de médio/longo prazo, contratada à AdP SGPS, juros de financiamento inerentes à utilização prevista para o ano de 2022	AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	278 542	219 447
Aquisição de Serviços de AIA, EIA, RECAPE do ProjExecução "Reforço do Abastecimento de Água do Algarve-Solução da Tomada de Água no Pomarão e trabalhos complementares	NEMUS - Gestão e Requalificação Ambiental, Lda	261 225	0

CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS (CONTRATOS SUPERIORES A 100 MIL EUROS), CONTINUAÇÃO

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E BENS	FORNECEDOR	ADJUDICAÇÃO	EXECUTADO A 31.12.2022
Linha de financiamento de apoio à tesouraria para necessidades de curto prazo, no valor 24 milhões de Euros, juros de financiamento inerentes à utilização prevista para o ano de 2022	AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	254 720	199 583
Resultado da Contratação Centralizada para a Formação dos Contratos de Aquisição de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para as empresas do Grupo AdP - de 01 agosto 2022 a 31 julho 2023	AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	248 327	248 327
Contrato de Aquisição de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para as empresas do Grupo Águas de Portugal /Seguros de Responsabilidade Civil e Responsabilidade Ambiental	AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	226 819	226 819
Aquisição de Serviços para Elaboração do Projeto “Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de ApR – ETAR de Vilamoura”	TPF - Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A	207 053	41 411
Aquisição de Serviços de Transporte de Amostras de Água, em condições controladas, entre o Laboratório da Águas do Algarve e outros Laboratórios e entre Instalações Laboratoriais da Águas do Algarve	Serviaduana-Sociedade de Serviços Aduaneiros Lda	205 920	18 722
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Execução de Fases de Reforço de Adução a Loulé – Ligação ao Reservatório Intermédio	Ripórtico - Engenharia Lda	178 550	84 675
Aquisição de Serviços de Lavagem e Desinfecção de Reservatórios, Cisternas e Órgãos de Tratamento do Sistema de Abastecimento Água em Alta	Redecor - Revestimentos de Protecção e Decoração, S.A	177 183	49 411
Contrato de Aquisição de Serviços “Operação das Infraestruturas e Bens Comuns do Empreendimento Equiparado a Fins Múltiplos do Aproveitamento Hidráulico de Odeleite Beliche”	AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA	169 180	169 180
Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para Infraestruturas Hidráulicas e Aquisição de Serviços de Corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	MARSH LDA	146 077	146 077
Aquisição de Serviços para o Fornecimento de Lamas de clarificação da água do SMAA para destino Final de Valorização por incorporação no processo produtivo no CPL da Cimpor	AVE - Gestão Ambiental e Valorização Energética, SA	140 000	111 429
Aquisição de Serviços de análises de águas naturais, águas para consumo humano, águas residuais, lamas, resíduos e reagentes de processo - Lote 3	ALS Life Sciences Portugal, S.A	135 000	0
Contratação de Seguros Patrimoniais e de Responsabilidades para Infraestruturas Hidráulicas e Aquisição de Serviços de Corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal	MDS - CORRETOR DE SEGUROS, SA	131 761	131 761
Revisão de preços do contratual da “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO ALGARVE” - Período correspondente a Julho de 2019 - Junho 2020	Be Water, S.A.	123 232	123 232
Aquisição de Serviços relativa ao AIA, EIA e todos os trabalhos complementares da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve	AQUALOGUS - Engenharia e Ambiente, Lda	122 300	0
Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Execução da Otimização de Escoamento entre o Reserv. Inicial - Ocidental e o Reserv. Final	PROCESL - Engenharia Hidráulica e Ambiental, S.A	119 376	17 906
		72 652 683	11 031 380

36 - INVESTIMENTO CONTRATUAL

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdA não relevados na demonstração de posição financeira, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão.

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF e sujeitos a amortização no prazo da concessão, perfazem em 2022 o montante 912 048 454 euros, dos quais 694 708 244 euros já se encontram realizados (DUI firme). O valor em curso no final do exercício ascende a 44 218 290 euros (ver nota 5). Em 2022 foi considerado o investimento incremental referente à integração de património das barragens de Odeleite e Beliche (ver notas 5 e 17).

37 - HONORÁRIOS DE AUDITORIA E DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdA no exercício de 2022 foram os seguintes:

HONORÁRIOS	REVISÃO LEGAL DE CONTAS	OUTROS SERVIÇOS RELACIONADOS COM AUDITORIA	OUTROS SERVIÇOS	TOTAL
PricewaterhouseCoopers & Associados	11 205	0	0	11 205
Sociedade de Revisores de Contas, Lda	11 205	0	0	11 205
	11 205	0	0	11 205

38 - OUTROS ASSUNTOS

A Águas do Algarve, bem como o grupo ADP, deparam-se para 2023 com um cenário de agravamento significativo dos gastos com energia, reagentes, e prestações de serviços diversos.

Ao nível da energia o preço médio estimado para 2023, a rondar os 0,19€/kwh, quase sextuplica face ao preço suportado em 2022, o qual foi inferior a 0,04€/kwh. A justificação para este agravamento significativo tem 2 origens:

- A primeira pelo aumento abrupto nos preços de aquisição internacional, o qual é visível numa consulta dos sítios eletrónicos omip e omie, e que se tornou notória já em 2022.
- A segunda razão, relacionada com a primeira, tem a ver com o término do contrato de futuros de aquisição de energia para o grupo ADP, no final de 2022. Ou seja, a partir de Janeiro de 2023 o grupo teve de voltar a ir ao mercado para a contratação de novo fornecimento de energia, e embora detenha algum poder negocial, a proteção (hedging) do contrato de futuros desapareceu.

Não obstante este agravamento significativo o grupo ADP já encetou uma estratégia de mitigação dos efeitos de agravamento dos preços de energia, através da aposta no plano de neutralidade energética, o qual na AdA permitirá reduzir substancialmente as quantidades de energia (medidas em kwh) adquiridas na rede, substituindo-as em grande parte por autoprodução.

39 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Nos termos do Contrato de Concessão em vigor submetemos no dia 10 de Fevereiro de 2023 à ERSAR o Relatório Desvio de Recuperação de Gastos de 2022. Pelo teor do cálculo das métricas que efetuámos, medindo-as face às que foram definidas pela ERSAR, e considerando os ajustamentos que a Empresa entende por necessárias, nomeadamente, desconsideração de aumentos de gastos operacionais relacionados com a inflação e o agravamento significativo das cadeias de suprimento mundiais, a Empresa propôs à ERSAR que não houvesse lugar a qualquer ajustamento à Remuneração Acionista de 2022.

A Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

- (i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras tendo em conta o histórico verificado; e
- (ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras ser a melhor estimativa na presente data

Adicionalmente, relativamente ao DRG de 2021, as decisões finais enviadas pela ERSAR após as reclamações efetuadas e apresentação de fundamentações adicionais pelas empresas do Grupo AdP, incluem gastos não aceites no montante de 291 372 euros. Não concordando com aquelas decisões finais, em setembro de 2022 as empresas do Grupo AdP (Águas do Centro Litoral, Águas do Vale do Tejo, Águas do Tejo Atlântico e Águas do Algarve) em conjunto com a AdP SGPS apresentaram impugnações judiciais contra as decisões finais da ERSAR. Não foi considerado nenhum ajustamento ao DRG de 2021, por ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG decorrente de sentença judicial não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Não existe mais nada de relevante a assinalar com relação a eventos subsequentes.

Faro, 8 de março de 2023

O Conselho de Administração

António Paulo Jacinto Eusébio
(Presidente Executivo)

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vice-Presidente Executivo)

Hugo Miguel Guerreiro Nunes
(Vogal Executivo)

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)

José Carlos Martins Rolo
(Vogal)

O Contabilista Certificado

O Diretor Administrativo e Financeiro

Maria Madalena Mendes

Nuno Miguel Cupertino Franco

40 - GLOSSÁRIO FINANCEIRO E TÉCNICO

Águas de Portugal, SGPS, SA – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

AdA – Águas do Algarve, S.A.

Ambiente- "... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos"

ACE – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.

Caixa e equivalentes de caixa – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Cash Flow – A diferença entre os *cash inflows* e os *cash outflows* num determinado período.

COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.

Dívida Líquida – Dívida financeira de curto e longo prazo - Disponibilidades

EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation*) - Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+provisões.

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;

ETA – Estação de tratamento de águas para consumo humano.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Habitante Equivalente – representa a carga orgânica biodegradável com uma carência bioquímica de oxigénio ao fim de 5 dias (CBO5), de 60 g de oxigénio por dia.

HH's – Horas Homem

IAS/IFRS – *International Accounting Standards*. Normas Internacionais de Contabilidade / *International Financial Reporting Standards*. Novo normativo contabilístico emanado pelo *International Accounting Standards Board*, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.

Meio Ambiente - "soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo"

Natureza - "termo genérico que designa organismos e o ambiente onde eles vivem: o mundo natural"

Outsourcing – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.

OT's- Ordens de Trabalho

PCQA – Plano de controlo da qualidade da água

PIB – Produto interno bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

Rating – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspetivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O rating é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.



G - ANEXOS DO RELATÓRIO



A SÉRIO??

não siga
maus exemplos!

**EVITE O
DESPERDÍCIO**

água

DESPERDIÇAR HOJE
É FALTAR AMANHÃ



E CONTAS



RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS DA EMPRESA ÁGUAS DO ALGARVE SA ANO DE 2022

1.. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo nº 407 do Código da Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos Administradores com funções executivas da Águas do Algarve SA, é emitido o presente Relatório sobre o Desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2022.

2.. Atividade

Nos termos da Lei e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos seus Administradores Executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que aos Administradores Executivos se refere, livre e não condicionado.

3.. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos Administradores Executivos da Águas do Algarve, salientando também a preocupação deles em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão deles próprios, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Faro, 13 de fevereiro de 2023

Os Administradores Não Executivos da Águas do Algarve SA

ANA PAULA
FERNANDES
MARTINS

Assinado de forma
digital por ANA PAULA
FERNANDES MARTINS
Dados: 2023.02.14
10:31:24 Z

Ana Paula Martins Fernandes

Assinado por: JOSÉ CARLOS MARTINS ROLO
Num. de Identificação: 04876885
Data: 2023.02.16 10:48:04+00'00'



José Carlos Martins Rolo

CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA – INDICAÇÃO DO MODO COMO FOI DADO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO N.º 7 DO ARTIGO 49.º DO DLEO2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1 – Cada empresa deverá assegurar que não têm capacidade interna para satisfazer as respetivas necessidades aquisitivas;

2 – Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP Serviços que por sua vez promove a auscultação interna junto de todas as empresas do Grupo no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa, fixando um prazo de resposta, disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte das empresas;

3- Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:
3.1 – Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.

3.2 – Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para enviar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

Faro, 8 de março de 2023

O Conselho de Administração

ANTÓNIO
PAULO
JACINTO
EUSEBIO

Assinado de forma digital por ANTONIO PAULO JACINTO EUSEBIO
Dados: 2023.03.08 14:43:41 Z

António Paulo Jacinto Eusébio
(Presidente Executivo)

MARIA ISABEL
FERNANDES
DA SILVA
SOARES

Assinado de forma digital por MARIA ISABEL FERNANDES DA SILVA SOARES
Dados: 2023.03.08 15:48:42 Z

Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vice-Presidente Executivo)

HUGO
MIGUEL
GUERREIRO
NUNES

Assinado de forma digital por HUGO MIGUEL GUERREIRO NUNES
Dados: 2023.03.08 16:24:57 Z

Hugo Miguel Guerreiro Nunes

(Vogal Executivo)

Assinado por : **JOSÉ CARLOS MARTINS ROLO**
Num. de Identificação: BI048768855
Data: 2023.03.10 10:29:47+00'00'

ANA PAULA
FERNANDES
MARTINS

Assinado de forma digital por ANA PAULA FERNANDES MARTINS
Dados: 2023.03.09 14:31:15 Z

Ana Paula Fernandes Martins
(Vogal)



José Carlos Martins Rolo
(Vogal)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Algarve, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 554.042.152 euros e um total de capital próprio de 32.219.653 euros, incluindo um resultado líquido de 1.663.065 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Algarve, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de “Défice/superavit tarifário” da Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Entidade apresenta um superavit de 4.422.743 euros.

Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pelo Regulador. Conforme divulgado na nota 39 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

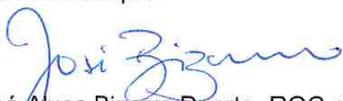
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com nº 20200003

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2022

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420 e do artigo 452 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Algarve, S.A. (adiante também designada por Sociedade), apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Algarve, S.A. e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contatos e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e Comissão Executiva, bem como da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal, promovendo durante o ano de 2022, diversas reuniões, tendo contado sempre que necessário, com a presença dos membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2022, que obteve a aprovação, através do despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 321/2022- SET, de 18 de março de 2022 e despacho da Secretaria de Estado do Ambiente n.º 49/SEAMB/2022, de 27 de março de 2022.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.
6. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável relativamente ao Relatório do Governo Societário do exercício de 2022, previsto no n.º 1 do artigo 54 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, emitido em 8 de março de 2023.
7. Relativamente à guerra entre a Rússia e Ucrânia e ao cenário de agravamento significativo dos gastos com energia, reagentes, e prestações de serviços diversos, são divulgados no Relatório de Gestão e na nota 38 das Demonstrações Financeiras, os respetivos riscos, impactos e estratégia de mitigação, sendo convicção da Administração de que as circunstâncias excecionais decorrentes desta situação não colocam em causa a continuidade das operações da Sociedade.
8. Em observância do artigo 420 do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativamente às remunerações vigentes em 2022, as quais se encontram divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário.
9. Exceto quanto ao referido a seguir, a Sociedade cumpriu com as orientações legais previstas no ofício-circular da DGTF relativo às instruções sobre o processo de prestação de contas de 2022:

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



9.1. Investimento - A execução do investimento ascendeu a 68 %, relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento. O desvio em causa encontra-se justificado no ponto 4.8 do Relatório de Gestão.

9.2 Nível de Endividamento - Estava orçamentado o montante de 156,8 milhões de euros, tendo sido executado 172,4 milhões de euros. O orçamento tinha subjacente a expectativa de cessão de acordo de regularização de dívida de cliente a uma entidade bancária, o qual não se concretizou até à data.

9.3 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores - Verifica-se um prazo superior em mais de 6 dias. A Sociedade espera recuperar durante o ano de 2023 este incumprimento.

9.4 Gastos Operacionais - Os gastos evidenciam uma variação de +8,7%, justificados por: (i) aumentos significativos dos preços de aquisição de bens e serviços; (ii) variação significativa nos gastos com amortizações derivada da integração em 2022 das barragens de Odeleite e do Beliche.

10. Conforme divulgado na nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de “Défice/superavit tarifário” da Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Entidade apresenta um superavit de 4.422.743 euros. Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pelo Regulador. Conforme divulgado na nota 39 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

11. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, datada de 8 de março de 2023, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual integra uma ênfase, conforme apresentado no ponto 10 deste Relatório e Parecer, e os outros requisitos legais, que se dão como aqui reproduzidos, e obteve destes as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

12. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.

13. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade no desempenho das suas funções na Águas do Algarve, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Águas do Algarve, S.A., aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2022.
- b) A proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

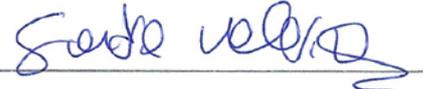
Faro, 8 de março de 2023



Dr. Luís Encarnação - Presidente



Dr. João Daniel Matos - Vogal



Dra. Sandra Filipe Valério - Vogal



